



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE HISTÓRIA**



ALINE OLIVEIRA DA SILVA

**A LUTA PELA TERRA NO SERTÃO DO RIO SÃO FRANCISCO:
A EXPERIÊNCIA DO ASSENTAMENTO LAMEIRÃO, DELMIRO GOUVEIA,
ALAGOAS, 1989-2014**

Campus do Sertão/ Delmiro Gouveia

Fevereiro/2019

ALINE OLIVEIRA DA SILVA

**A LUTA PELA TERRA NO SERTÃO DO RIO SÃO FRANCISCO:
A EXPERIÊNCIA DO ASSENTAMENTO LAMEIRÃO, DELMIRO GOUVEIA,
ALAGOAS, 1989-2014**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de História Licenciatura do Campus do Sertão/Universidade Federal de Alagoas como pré-requisito para obtenção do grau de Licenciatura em História, sob a orientação do Prof. Dr. José Vieira da Cruz.

Campus do Sertão/ Delmiro Gouveia

Fevereiro /2019

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza – CRB-4/2209

S586l Silva, Aline Oliveira da

A luta pela terra no sertão do rio São Francisco: a experiência do assentamento Lameirão, Delmiro Gouveia, Alagoas 1989-2014 / Aline Oliveira da Silva . – 2019.

113 f.

Orientação: Prof. Dr. José Vieira da Cruz.

Artigo monográfico (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de História. Delmiro Gouveia, 2019.

1. História - Alagoas. 2. Rio São Francisco. 3. Assentamento Lameirão. 4. Delmiro Gouveia – Alagoas. 5. Alto Sertão. 6. Reforma agrária. I. Título.

CDU: 981(813.5)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA



TERMO DE APROVAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “A LUTA PELA TERRA NO SERTÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: A EXPERIÊNCIA DO ASSENTAMENTO LAMEIRÃO, DELMIRO GOUVEIA, ALAGOAS, 1989-2014”, elaborado por **Aline Oliveira da Silva** foi aprovado por todo(a)s o(a)s membros da Banca Examinadora, cumprindo todas as exigências para obtenção do título de Licenciado em História.

Banca Examinadora:

Pedro Abelardo de Santana

Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana

Universidade Federal de Alagoas

Sara Angélica Bezerra Gomes

Prof.^a Ms. Sara Angélica Bezerra Gomes

Universidade Federal de Alagoas

Prof. Dr. José Vieira da Cruz (Orientador)

Universidade Federal de Alagoas

Dedicatória

À minha avó, Maria Do Carmo Pereira da Silva, minha querida “vó Carminha”, eximia agricultora e costureira.

E aos trabalhadore(a)s rurais sem terra, que teimosamente, insistiram e insistem em lutar pela Reforma Agrária no Sertão de Alagoas, que ousaram sair do anonimato, no qual estavam submetidos, portadores de utopias, construíram espaços e organizações. Homens e mulheres, que costuram suas próprias histórias.

AGRADECIMENTOS

O momento de agradecer é marcado por muita emoção e uma reviravolta de lembranças, fatos e emoções que constituem as tramas da história de cada sujeito. As histórias deste capítulo de minha graduação são compostas por pessoas importantes no meu devir.... E este trabalho, embora seja de minha autoria, é resultado de ações e histórias coletivas, costuradas no Sertão. Desse modo, estas palavras servem para externar minha eterna gratidão.

Agradeço inicialmente aos meus pais, Maria José Ferreira e Enoque Ferreira, pela confiança, dedicação, prontidão e apoio, na concretude dos meus projetos, pelo exemplo de integridade, a singular profissão dos meus pais, me ensinou que só posso colher aquilo que plantei, então este trabalho, também é fruto das minhas escolhas e dedicação. Sem a presença de vocês, não conseguiria percorrer a caminhada pertinente para este trabalho. As minhas irmãs, Andréa Oliveira e Alice Oliveira, pela compreensão com minha irritabilidade nos domingos de manhãs, por terem acreditado nos meus sonhos e projetos, por terem tecido coletivamente as minhas causas... Meus pais e minhas irmãs foram meu porto seguro, no decurso desta história. Sem eles esse trabalho não teria sido concluído, muito obrigado! Vocês fazem parte do capítulo da minha história afetiva.

Aos meus familiares, tias, tios, primas, primos, madrinhas, avós.... Que sempre torcem pelo meu sucesso e se alegram com as minhas conquistas. Em especial a minha “vó Carminha”, lembro-me que quando tínhamos 4 anos de idade, minha irmã e eu, fomos presenteadas por ela com caderno de caligrafia, lápis e borracha, que vinha com a orientação que deveríamos ter “caligrafias bonitas”. E foi norteadada por essa orientação que segui na busca pelo conhecimento, seguindo a orientação de uma boa caligrafia e, posteriormente, que a escola é um lugar permeado de saber. Esse singelo presente, concedido pela minha avó, uma eximia agricultora e costureira, era o símbolo do desejo que ela alimentava para seus filhos e netos, de que pudessem ter o direito do acesso à escola. Apesar, de infelizmente ela não ter obtido este gozo, sempre foi uma grande incentivadora do mundo das letras e da leitura.

Relatar para ela as notas escolares e a felicidade de concluir cada etapa da escolarização, sempre foi um momento de euforia e entusiasmo. Que ela sempre retribuía com um lindo sorriso. Após o término do ensino médio, foi ela a maior incentivadora para o ingresso no ensino superior. Mesmo ela nunca tendo adentrado nesse espaço, mas ela compreendia a importância do ensino e o poder da educação. Ela faz parte da concretude deste trabalho, projeto que foi

tecido coletivamente, nos meus desejos e no sonho de uma agricultora, que almejava que sua neta pudesse ter a oportunidade de estudar em uma Universidade.

As minhas melhores amigas de graduação, Leide Daiane, que com seu jeito espontâneo e simples, nos tornamos amigas instantaneamente. Ela foi a responsável em deixar os dias de estudos saborosos, quando nos preparava um delicioso cuscuz, do qual sinto saudades. E Ellen Cirilo, amizade que foi sendo arada nas experiências e (en)laços comuns, nas tramas tecidas conjuntamente, de viagens e chás futuros, que compartilharemos juntas!

Minha gratidão, a Jobson Passos, aquele que nos últimos meses, vem sendo meu abrigo nos momentos insertos, que tem escutando as angustias e alegrias, a qual este trabalho tem proporcionado. Além disso, tem me apresentado os capítulos do amor.

Aos meus amigos/irmãos militantes do MST, pelo entusiasmo constante com este presente trabalho, pela amizade presente em muitos momentos. Estaremos sempre juntos compartilhando os caminhos da rebeldia, as alegrias pessoais e as angústias pela realização da Reforma Agrária.

Aos entrevistado(a)s, assentado(a)s do Assentamento Lameirão, que revisitaram as experiências por eles tecidas, na luta pela posse da terra. Obrigado, pela contribuição e pela participação na construção deste trabalho: Zilma Tavares, José Cazuzza, Maria Rosângela e Jucilene Maria.

A minha professora Sara Angélica, pela solicitude, pelas contribuições e reflexões, leituras enviadas, pelas conversas nos corredores, pelo carinho e a amizade tecida. Aos meus professores da graduação, pela contribuição na minha formação profissional, cada um ao seu modo e ao seu método me mostrou os caminhos da história... Aos professores amigos do curso de geografia, prof. Lucas, prof. Claudemir e prof. Ricardo, pelo incentivo para a concretude desta pesquisa e pelas leituras enviadas.

Ao meu orientador e professor Dr. José Vieira da Cruz, por ter aberto as portas do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura (GEPHISC), e por termos compartilhados juntos os resultados da pesquisa sobre as narrativas/memórias da luta pela terra as margens do Sertão do São Francisco, concretizado pelos prêmios de Excelência Acadêmica, no qual nos proporcionaram imensa gratidão. Agradeço pela paciência, na lapidação deste trabalho. As suas valiosas orientações, precisas, seguras e apoio tornaram possível a realização

do presente estudo. Os acertos deste estudo são, sem dúvidas, consequências do seu olhar minucioso.

Agradeço a uma força imensurável, que só entende aquele que acredita, na FÉ! E foi baseada nesse pilar que consegui escalar as diversas montanhas que surgiram em meus caminhos.

Enfim, agradeço a cada um que, a sua maneira, tornou possível a realização desse projeto de vida... Agora é começar tudo de novo... A mochila continua repleta de inquietações, porém com saberes acumulados, experiências vividas... Mas, permanece pronta para novos caminhos... Novos desafios... Novas Histórias...

A TERRA É NOSSA

Patativa do Assaré

A terra é um bem comum
Que pertence a cada um.
Com o seu poder além,
Deus fez a grande Natura
Mas não passou escritura
Da terra para ninguém.

Se a terra foi Deus quem fez,
Se é obra da criação,
Deve cada camponês
Ter uma faixa de chão.

Quando um agregado solta
O seu grito de revolta,
Tem razão de reclamar.
Não há maior padecer
Do que um camponês viver
Sem terra pra trabalhar.

O grande latifundiário,
Egoísta e usurário,
Da terra toda se apossa
Causando crises fatais
Porém nas leis naturais
Sabemos que a terra é nossa.¹

¹ ASSARÉ, Patativa do. "A terra e nossa". In: *Revista indisciplinada de poesia avulsa*. Ano I, nº05, novembro de 2017. Disponível em < <http://www.poesiaavulsa.com/2017/09/patativa-do-assare-poemas-de-luta-e-de.html> > acesso em 31/05/18 as 18h39min.

RESUMO

Este trabalho tem a pretensão de estudar a experiência de luta pela posse da terra, de um dos primeiros assentamentos do Sertão, as margens do Baixo do Rio São Francisco, no município de Delmiro Gouveia, Alagoas, no período de 1989 a 2014: o Assentamento Lameirão. A pesquisa inicia-se em 1989 em razão da aquisição da área para fins de reforma agrária e encerra em 2014, quando o assentamento consolida parte de suas reivindicações. Em termos teóricos e metodológicos os fundamentos deste trabalho dialogam com o conceito de “experiência”, de E. P. Thompson, com a bibliografia relacionada a Reforma Agrária, com as discussões da história oral e das fontes escritas, orais e fotográficas que registram a experiência do referido assentamento. Fontes e literatura contextualizadas em torno das experiências, disputas e conquistas resultante do ativismo de agricultore(a)s sem terra e de moradores ribeirinhos do Alto Sertão do Baixo do Rio São Francisco. Em síntese, este trabalho, ao resgatar as experiências do referido assentamento e de seus assentado(a)s, discute as estratégias de resistência, destes trabalhadore(a)s em meio as disputas pela posse da terra no Sertão de Alagoas, as margens do Rio São Francisco. Experiência que já se acumula a vinte cinco anos, um quarto de século, delineados entre o fazer-se da ocupação ao desenlace das experiências de constituição do assentamento, enquanto espaço de organização coletiva, social, econômica e de identidade política e cultural.

Palavras-chave: Reforma Agrária, Assentamento, Sertão, Rio São Francisco, Alagoas.

ABSTRACT

This work intends to study the experience of struggle for land tenure, one of the first settlements in the backwoods, as known by Sertão, the banks of the down São Francisco River, in Delmiro Gouveia, Alagoas, since year of 1989 to 2014: the Settlement Lameirão. The survey began in 1989 due to the negotiation of the area for agrarian reform purposes and ends in 2014, when the settlement consolidates part of its demands. In theoretical and methodological terms, the foundations of this work interact with E. P. Thompson's concept of "experience" with the bibliography related to Agrarian Reform, with discussions of oral history and written, oral and photographic sources that record the experience of this settlement. Sources and literature contextualized around the experiences, disputes and achievements resulting from the activism of landless farmers and residents of the upper Sertão of the São Francisco River. In summary, this work, in rescuing the experiences of this settlement and its settlers, discusses the resistance strategies of these workers during disputes over land tenure in the Sertão of the Alagoas, the banks of Rio São Francisco. Experience that has accumulated twenty-five years, a quarter of a century, drawn between the occupation and the outcome of the experiences of constitution of the settlement, as a space of collective organization, social, economic and political and cultural identity.

Key words: Agrarian Reform, Settlement, Backwoods, São Francisco River, Alagoas.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Origem das famílias assentadas por município de residência.....	42
Gráfico 2 - Grau de escolaridade dos moradores do Assentamento Lameirão.....	43
Gráfico 3 - Faixa etária dos moradores do Assentamento Lameirão em 2018.....	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - NORDESTE: Famílias beneficiadas pela reforma agrária no Nordeste, até 1994 e entre 1995 – 2000	37
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Acampamento do(a)s trabalhadore(a)s rurais sem terra na praça Centenário, em Maceió, meados de setembro de 1988.....	31
Figura 2 - Último dia do acampamento na capital Maceió. Protesto realizado pelo(a)s trabalhadore(a)s rurais sem terra, em frente da sede do INCRA, após a negociação das terras da fazenda Peba e Lameirão, em meados de outubro de 1988.....	32
Figura 3 - Reunião com as famílias assentadas no Lameirão e a comissão do STTR de Inhapi e irmã Cecília componente da Pastoral Rural de Inhapi, final de 1989.....	35
Figura 4 - Mapa de localização do Assentamento Lameirão.	50
Figura 5 - Área do Assentamento Lameirão.....	51
Figura 6 - Área central da agrovila do Assentamento Lameirão.....	54
Figura 7 - Mina de água salobra, na área de reserva ambiental do Assentamento Lameirão.	54
Figura 8 - Modelo da casa construída pelo ITERAL em meados de 1992.....	55
Figura 9 - Assentado Manoel Soares nas margens do lago Xingó, após a instalação da primeira bomba elétrica de captação de água do Assentamento em 1995.....	57
Figura 10 - Área destinada para o cultivo de tilápias em tanque- rede no assentamento Lameirão, meados de 2008. Na foto o piscicultor Ricardo dos Santos.	60
Figura 11 - Área do cultivo de banana que remanesceu, após a perda de boa parte da área com fortes ventos. No cultivo da área o assentado Enoque Ferreira de Oliveira.	61
Figura 12 - Produção de melancia, produzida no início da implementação de irrigação que era destinada para banana e manga. Produto vendido para comerciante de Paulo Afonso- BA, em meados de 2005.	64
Figura 13 -- Entrega de peixe, via projeto CONAB. Assentado Enoque Ferreira entregando peixe a beneficiária da cidade de Delmiro Gouveia, janeiro de 2010.	66
Figura 14 - Produção de raízes de macaxeira e capim, na área do assentado Enoque Ferreira, julho de 2017.	67
Figura 15 - Quintal produtivo do assentado José Manoel da Silva, setembro de 2018.....	69
Figura 16 - Apiário de abelhas apis mellifera da assentada Maria José Ferreira, janeiro de 2019.	70
Figura 17 - Palanque eleitoral da coligação “Agora é a vez do povo”.....	71
Figura 18 - Revista Destaque Municípios ed. 23 dezembro de 2007, destaca as obras realizadas pela prefeitura de Delmiro no mandato de Cazuzza.....	72
Figura 19 - Ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-prefeito José Cazuzza Ferreira de Oliveira, com a população DelmireNSE em 28/03/2008.	73
Figura 20 - Colheita de milho dos assentados Manoel Soares e Manoel Barboza, safra colhida no mês de setembro de 2008.....	82
Figura 21 – Margem do cânion inundado pela barragem de Xingó, localizado no assentamento, registro em 05/01/2019.....	84
Figura 22 - Assentado Felipe Fernandes da Silva, com as vestimentas de vaqueiro indo para pega de boi, na comunidade Olho D’aguinha, comunidade vizinha do Assentamento Lameirão, em 01/06/2018.	85
Figura 23 - Batizado coletivo das crianças do Assentamento Lameirão, município de Delmiro Gouveia, em agosto de 1996.....	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAAL	Associação de Cooperação Agrícola do Assentamento Lameirão
AFAL	Agencia de Fomento de Alagoas
APL	Arranjo Produtivo Local
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CASCA	Centro de Ação Social para Crianças e Adolescentes
CEA	Companhia Energética de Alagoas
CEPA	Centro de Estudos e Pesquisa Aplicada
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CMAS	Conselho Municipal de Ação Social
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
COPABACS	Cooperativa de Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EMATER	Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITERAL	Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas
MA	Ministério da Agricultura
MONA	Monumento Natural
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAPP	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste
PDSFN	Programa de Desenvolvimento do Sistema Fundiário Nacional
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRV	Pastoreio Racional Voisin
PSB	Partido Socialista Brasileiro

RB	Relação de Beneficiário
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SERTA	Serviço de Tecnologia Alternativa
STTR	Sindicato dos Trabalhadores/Trabalhadoras Rurais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 CAPÍTULO - DA OCUPAÇÃO AO ASSENTAMENTO.....	25
1.1 A ocupação... ..	25
1.2 Formas de resistência.....	38
2 CAPÍTULO - A CONSTRUÇÃO DO ASSENTAMENTO.....	48
2.1 Espaço geográfico.....	49
2.1.1 Mona.....	51
2.1.2 Lotes	52
2.2 Investimentos em infraestrutura.....	55
2.3 Investimentos produtivos	57
2.3.1 Bovinocultura de leite.....	58
2.3.2 Piscicultura	59
2.3.3 Irrigação.....	60
2.3.4 Mãos camponesas	61
2.4 Colheita dos frutos.....	63
2.4.1 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	64
2.4.2 Outras produções	68
2.5 Relações com a política partidária	70
3 CAPÍTULO - “A TERRA PRA GENTE É MUITO IMPORTANTE...”	74
3.1 Identidade(s) constituída(s) na luta pela terra.....	75
3.2 Viver no assentamento.....	80
3.3 O cotidiano religioso.....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
BIBLIOGRAFIA	91
ANEXOS	97

INTRODUÇÃO

(...) existe uma lei... [a] lei de reforma agrária... e a gente pode nos juntar e forçar o governo a cumprir essa lei... aqui onde a gente mora. Então a situação em que as pessoas vivem, leva as pessoas a sonhar, em ter um pouco de terra, a maioria vivia em fazendas.²

A fala em destaque – retirada da entrevista realizada em 26/07/2016, com Zilma Tavares Costa, agricultora que participou da ocupação da fazenda Pebá, situada no município de Delmiro Gouveia, região do Alto Sertão do Baixo Rio São Francisco –,³ relata o fazer-se de uma experiência de luta pelo direito a posse da terra no Sertão de Alagoas. Esta experiência, revelou a existência de conflitos agrários envolvendo agricultore(a)s e ribeirinho(a)s, ambos trabalhadore(a)s sem terra, expulsos por latifundiários e/ou por “grileiros” que simulavam documentos para expropriação das terras em disputa.⁴ Contendas estabelecidas, de um lado, por agricultore(a)s e ribeirinho(a)s sem terra e, por outro lado, por latifundiários e grileiros, que evocavam o direito às terras da então fazenda Pebá, no município de Delmiro Gouveia, Sertão de Alagoas. Este conflito agrário, tem seus primeiros registros em janeiro de 1987, marco do início das primeiras ocupações de terras na região, quando mais de 66 famílias ocuparam a referida fazenda.⁵

A experiência política e social do fazer-se, seja no campo ou na cidade, desperta nos sujeitos que dela participam o compartilhamento de vivências, práticas, discussões e horizontes de expectativas comuns. Desta forma, este fazer-se revelado no dia-a-dia do ativismo político e social, como observado por E. P. Thompson, descortina a tessitura de identidades dos trabalhadores ingleses dos séculos XVII e XVIII, por ele estudadas. Desta forma, a noção de “experiência”, destacada por esse historiador, para além de uma categoria estruturante, é um

² COSTA, Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

³ Agricultora e ativista da luta pela terra. Nasceu em Inhapi- AL, em 26/08/1967, onde permaneceu na cidade natal até os 20 anos de idade. Foi integrante do STTR/ Inhapi, onde exerceu a função de secretária e posteriormente contribuiu na construção do MST na região.

⁴ O termo “expropriação”, para o escopo desta pesquisa, é compreendido como a constituição de uma relação social que permite certo tipo de proprietários privados converterem-se em capitalistas, e que se modifica, se expande, tendendo a abranger a totalidade da vida social. A propriedade capitalista não se limita a coisas específicas, a qual pode se generalizar (como propriedade de bens), mas significa o monopólio do controle das condições (ou recursos) sociais de produção. Ver a respeito em: FONTES, Virginia. Marx, expropriações e capital monetário – notas para o estudo do imperialismo tardio. In: GALVÃO, A. et al. *Marxismo e socialismo no século 21*. Campinas, Ed. da Unicamp/IFCH: Xamã, 2005. p. 167-196.

⁵ MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão popular, 2001, p. 183.

indicativo de que os trabalhadores e os movimentos sociais, dos quais eles tomam parte, são constituídos a partir dos enlaces históricos tecidos pelos sujeitos em cada época, lugar e contexto. Essas experiências comuns, compartilhadas socialmente, suscitam identidades e campos de disputas em relação a outras identidades, classes e/ou mediações culturais e políticas.⁶

Desta forma, ao pensar as classes sociais, como uma categoria definida historicamente pelos homens e mulheres que tecem sua própria história, no campo ou nas cidades, Thompson afirma que a realidade é um movimento histórico-social “contínuo, sujeita a transformações oriundas das lutas de classes”.⁷ Sob essa perspectiva, teórica e metodológica, do “fazer-se” e do resgate das identidades externalizadas nas fontes, sejam elas escritas, visuais e/ou orais, é possível compreender como a experiência do(a)s agricultore(a)s, organizados a começar da ocupação da fazenda Peba, potencializou, em meio ao histórico de tensões agrárias latentes no Sertão Brasileiro, a constituição do Assentamento Lameirão, na região do Baixo do Rio São Francisco, em Delmiro Gouveia, Alagoas, entre os anos de 1987 e 1989, quando teve início a experiência de ocupação da fazenda Peba, depois desdobrada, a partir de 1989, na desapropriação e estruturação do Assentamento Lameirão, até 2014, quando o referido assentamento, após um processo de efetivação de parte de suas reivindicações, alcança o seu primeiro quarto de século.

Situada no contexto de indefinições, disputas e tensões acumuladas ao longo da história dos conflitos agrários brasileiros, a referida ocupação, logo convertida em assentamento, é esculpida, entre o final do século XX e início do século XXI, em meio às demandas cotidianas do(a)s trabalhador(a)s na luta pelo acesso à terra, a renda e a sobrevivência. Neste contíguo, os debates pelo acesso à terra, em particular, com base na legislação referenciada pela Constituição de 1988, impulsionou diferentes movimentos sociais na mobilização pelo direito a posse da terra e por uma política de reforma agrária, tomando como base a Carta Magna. Sob o manto do referido diploma legal, cabe à União desapropriar por interesse social, conforme o art. 184, para fins de reforma agrária, o imóvel que não esteja cumprindo sua função social. A

⁶ THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Tradução: Denise Botmann. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 9-14.

⁷ MARTINS, Suely Aparecida. “As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson: experiência e cultura”. In: *Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, Vol. 2 nº 2 (4), agosto-dezembro/2006, p. 113-126.

Constituição, em seu art. 186, ao se debruçar sobre a definição da função social da terra, esclarece que ela é cumprida quando a propriedade atende os seguintes requisitos:

- I- Aproveitamento racional e adequado;
- II- Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III- Observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV- Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.⁸

Os referidos dispositivos constitucionais, artigos 184 e 186, definem, em um contexto pós ditadura civil-militar, amparo legal para experiências sociais e políticas associadas a luta ao acesso à terra improdutivas para trabalhador(a)s sem terra. A partir deste marco legal e deste contexto político, a questão da reforma agrária e do acesso à terra em nosso país passam a ter outros significados e dimensões. Aos poucos, os meandros acerca dos significados e das dimensões deste passado – próximo e presente –, passam a ser estudados e conhecidos, sobretudo a partir da coleta das fontes e dos estudos desenvolvidos, a exemplo dos resultados da presente pesquisa. Neste sentido, histórias de sujeitos comuns, homens e mulheres, que tecem e traçam suas experiências cotidianas e de trabalho no campo, em particular no Sertão e as margens do Rio São Francisco, devem e precisam ser resgatadas e melhor compreendidas.

Em Alagoas, segundo Silva, uma das páginas desta história – da reforma agrária e do acesso à terra pelo(a)s trabalhador(a)s sem terra –, tem início com a ocupação da fazenda Pebá, em 1987, posteriormente desdobrada na desapropriação, para fins sociais, da fazenda Lameirão, dando origem ao assentamento do mesmo nome em 1989, em Delmiro Gouveia, as margens da região do Baixo do Rio São Francisco.⁹

A ocupação da fazenda Pebá, desencadeada em 1987, é marcada por tensões entre trabalhador(a)s sem terra e latifundiários, e revela o contexto de enfrentamento que estava ocorrendo no campo em torno da luta pela terra no período que antecede a atual Carta Magna. Neste cenário, o conflito de terras, ocorrido no município de Delmiro Gouveia, e a situação de vulnerabilidade econômica que atingia várias famílias na região, originada por razões estruturais como a concentração das terras, descortinava o grande imbróglio da região que não

⁸ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Governo Federal, 1988. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html> > acesso em 17/01/2018.

⁹ SILVA, José Roberto. “Um pouco da história do MST em Alagoas: dos começos até 2017”. In: Luiz Sávio de Almeida (Org.) et al. *Terra em alagoas: temas e problemas*. Maceió: EDUFAL, 2013, p. 396.

é apenas a seca mas também a cerca.¹⁰ Para Zilma Tavares Costa, uma das participantes desta experiência, um dos elementos que induziram o(a)s trabalhadore(a)s a realizar a ocupação foi:

(...) a situação em que as pessoas vivem, leva as pessoas a sonhar, em ter um pouco terra, a maioria vivia em fazendas, trabalhava, outros tinham só um pouquinho, porque às vezes herda de um parente, dos avós, que não é suficiente porque quando a família cresce, principalmente no Sertão não consegue ter uma boa renda, uma boa safra.¹¹

O foco nos sujeitos que participaram, e em alguns casos ainda participam, da experiência do Assentamento Lameirão, em Delmiro Gouveia, Alagoas, entre 1989 e 2014, tem por objetivo, sob a perspectiva de uma história vista de baixo e do tempo presente, contextualizar nuances dos conflitos sociais existentes no campo, em particular, a partir da luta pelo acesso à terra de populações que vivem próximas da região do Baixo do Rio São Francisco no Sertão de Alagoas.

Em termos historiográficos, a denominada “história vista de baixo”, por um lado, e a História do Tempo Presente, por outro, surgem, em oposição à tradição positivista vinculada ao passado das elites e de seus feitos, e, por outro, em sintonia com a valorização das experiências de resistências da cultura popular e dos sujeitos comuns, como destaca Peter Burke.¹² Frente aos desafios apresentados, a compreensão do referido contexto deve considerar também – além do histórico de conflitos agrários e do cenário de discussão dos marcos legais pós ditadura civil-militar –, a posição da Igreja Católica, em particular, das pastorais rurais que passaram a se identificar com o cotidiano daqueles que lutam pelo acesso à terra e pelo direito à cidadania e a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Em termos históricos, a presença e a atuação de setores da Igreja Católica – próximos a Teologia da Libertação e a Teologia da Enxada –, foram decisivos para os movimentos que resultaram em ocupações e de reivindicação de políticas de reforma agrária na região. A este respeito, de acordo com Guedes Neto, a postura de parte da Igreja Católica “de lutar a favor da

¹⁰ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira. “Migração camponesa: dominação e resistência ao capital.” In: Mailiz Garibotti Lusa; Maria Ester Ferreira da Silva; Cícero Ferreira de Albuquerque (Org.) *O semiárido alagoano frente à crise do capital: as faces da exploração e dominação da classe trabalhadora*. Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luiz: Universidade Federal do Maranhão, 2013, p. 1-30.

¹¹COSTA, Zilma Tavares. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

¹²BURKE, Peter. (Org). *A escrita da história: novas perspectivas*. trad. De Magda Lopes- São Paulo: Editora ENESP, 1992, p.3.

libertação dos que viviam oprimidos pelo poder elitista e outros problemas atuais como a fome e o analfabetismo”¹³, resultou na organização social dos referidos agricultore(a)s.

Concomitante a fomentação de um olhar mais sensível de parte da Igreja Católica, em relação ao homem e a mulher do campo, surge, a partir do final dos anos de 1970, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este movimento social, de caráter agrário, passou, além de defender os direitos do homem/mulher do campo, a estimular com mais ênfase as ações de ocupação de terra. A narrativa, apresentada pela agricultora Zilma Tavares Costa, é significativa para compreensão da direção estabelecida por esse movimento. Para ela, o MST passou a “fazer aquela luta de forma mais organizada, pra que eles realmente tenham sucesso, então o pessoal decidiu foi procurar apoio e ai conseguiu formar o movimento dos sem terra aqui no estado.”¹⁴

Os estudos relacionados ao surgimento do MST e de suas ações parecem destacar a contribuição do movimento para alteração da estrutura agrária no semiárido alagoano.¹⁵ Segundo Carvalho, a realidade do campo em Alagoas tende a reproduzir traços da herança colonial brasileira: concentração da terra, ausência de diversificação produtiva, pobreza e degradação ambiental.¹⁶ Para alguns autores, a exemplo de Guimarães, desde os primórdios da ocupação da América Portuguesa, já se esboçavam as linhas da política econômica seguida pela aristocracia rural, coerente com seu espírito de castas e seus interesses de domínio das relações de poder.¹⁷

Sob essa perspectiva, a política no Sertão é marcada pela presença de oligarquias políticas – configuradas pela força de personalidades mandonistas e clientelistas –, que monopolizam a economia, as relações sociais e políticas na região, articuladas com o poder local e nacional. Neste cenário, para alguns estudiosos, o campo, em particular o Sertão, configura-se como um ambiente propício para a reprodução e manutenção de resquícios

¹³ GUEDES NETO, Adauto. *Teologia da enxada e ditadura militar: relações de poder e fé no agreste pernambucano entre 1964-1985*. Jundiá, Paco Editorial: 2014, p. 85.

¹⁴ COSTA, Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

¹⁵ LUSA, Mailiz Garibotti. Políticas Públicas no Semiárido Alagoano e a Resistência Quilombola e a Camponesa a Frente da Exploração Capitalista. In: Mailiz Garibotti Lusa; Maria Ester Ferreira da Silva; Cícero Ferreira de Albuquerque (Org.) *O semiárido alagoano frente à crise do capital: as faces da exploração e dominação da classe trabalhadora*. Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luiz do Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2013, p. 1-30.

¹⁶ CARVALHO, Cícero Pérciles de. *Economia popular: uma via de modernização para Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2016, p. 24.

¹⁷ GUIMARAES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.110.

coloniais, mandonistas e clientelistas. Dentro deste escopo, Holanda, em *Raízes do Brasil*, descreve a sociedade brasileira a partir da herança rural e colonial, cujos reflexos persistem até os dias de hoje, seja na agricultura voltada para exportação, seja na manutenção do latifúndio, ou seja, na permanência dos privilégios para os proprietários de terras.¹⁸

Em Alagoas, como em outras partes do país, a concentração de terra e de poder é, ao menos no campo do “senso comum”, associado a conceitos como coronelismo, clientelismo e mandonismo. Para Leal, o termo “coronelismo” é definido pela persistência do mandonismo e do clientelismo. Para esse autor, o clientelismo é um “sistema político dominado pela barganha entre o poder privado – vinculado aos chefes locais os senhores de terras – e poder público.”¹⁹ Já mandonismo, de acordo com Carvalho, é uma característica da política tradicional, marcada pela existência de oligarquias, pela figura do chefe mandão e até mesmo do coronel, em geral aquele que obtém a posse da terra, exerce domínio sobre a população de forma arbitrária e com uso de violência.²⁰

Balizada em torno desse debate, ao iniciar, ao longo do curso de História, na condição de bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), o projeto de pesquisa: “Vozes do Ser-tão nas tramas de Mnemosine: fontes orais para a História Contemporânea em Alagoas”, sob a orientação do professor José Vieira da Cruz, passei a estudar os registros da experiência do Assentamento Lameirão, espaço constituído de forma coletiva, a partir da ocupação das terras da fazenda Peba, em Delmiro Gouveia, em 1987, quando teve início as ações de ocupação de terras na região. Movimento social, posteriormente desdobrado na desapropriação, para uso social da terra, da fazenda Lameirão, em 1989.

O estudo das narrativas relativas à ocupação das terras da fazenda Peba e, posteriormente, dos dois assentamentos que dela surgiram: O Peba e o Lameirão são partes importantes da história da luta pela Terra no Sertão do Baixo do Rio São Francisco ocorrido entre 1987 a 1989. A partir de 1989, quando a fazenda Lameirão é adquirida para fins de reforma agrária, a referida área é destinada para as famílias que estavam na ocupação da fazenda Peba e não foram assentadas na primeira fazenda negociada. Desde então, até 2014, portanto, durante o primeiro quarto de século, do processo de ocupação à organização e efetivação

¹⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹⁹ LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

²⁰ CARVALHO, Murilo de. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>, acesso em 04/10/2018.

institucional do Assentamento, algumas famílias passam se organizar em torno de arranjos produtivos locais.²¹ Para Mudrovcic, a compreensão de narrativas, sejam elas fruto de memórias individuais ou compartilhadas de modo coletivo. Neste último caso, a referência ao “nós” pode indicar narrativas de experiências compartilhadas.²²

Dentro desta perspectiva, parte das narrativas das experiências do Assentamento Lameirão, no curso deste estudo, foram coletadas e analisadas, a partir do uso metodológico da História Oral. A utilização da História Oral, enquanto metodologia, ela possibilita o registro de experiências vividas de atores e atrizes, de comunidades, grupos sociais, colocando o pesquisador em contato com atores sociais e suas lembranças silenciadas ou ignoradas.²³ Por meio do uso da metodologia da história oral e do diálogo com outras fontes e com a historiografia, este estudo pretende apresentar a experiência do primeiro quarto de século, de um dos primeiros assentamentos do Sertão do Baixo do Rio São Francisco, um fazer-se histórico que revela as nuances do movimento de resistência, ocupação e organização do(a)s trabalhadore(a)s rurais sem terra no período de 1989-2014 do Assentamento Lameirão.

Além das entrevistas, realizadas através da metodologia da História Oral, foi aplicado questionários preenchidos *in loco* com a anuência das famílias do Assentamento, por meio da coleta de dados em campo. Os questionários aplicados e as entrevistas orais realizadas, seguem um roteiro previamente elaborado, anexado ao final deste estudo. Neste trabalho procurei dialogar com as entrevistas orais, com os resultados da pesquisa quantitativa, com elementos da escrita e da oralidade, com uma historiografia produzida a respeito. Baseando-se nessa discussão, este trabalho está estruturado da seguinte forma:

O primeiro capítulo, intitulado “Da ocupação ao assentamento”, dedica-se a apresentação do contexto de discussão e de organização do(a)s trabalhadore(a)s rurais sem terra que desencadeou na a ocupação da fazenda Peba em 1987. E as organizações que contribuíram no acumulo de experiências para o debate em favor da política de reforma agrária no Sertão do Baixo do Rio São Francisco. Como também, as estratégias de resistência para aquisição da fazenda Peba e Lameirão, para fins sociais de reforma agrária. E as experiências de resistência

²¹ Ver: Proposta de participação – Doação simultânea. CONAB- SIGPAA. Código da proposta: AL/2017/02/0069.

²² MUDROVCIC, Maria Inés. “Por que Clío retornou a Mnemosine? “. In: *Cultura política, memória e historiografia*. Org. Cecília Azevedo... [et al.]. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 105.

²³ THOMSON, Alistair. *Histórias (co) Movedoras: História oral e estudos de migração*. São Paulo: Revista Brasileira de História 2002, 342 a 364 p.

traçadas pelo(a)s trabalhadore(a)s no Assentamento Lameirão, para delinear os investimentos produtivos e em infraestrutura.

O segundo capítulo, “A construção do assentamento” apresenta as ações realizadas pelo(a)s assentado(a)s para a construção do assentamento, no que corresponde a infraestrutura – casas, posto de saúde, escola, energia elétrica, água –, bem como, a característica e organização do espaço geográfico. O capítulo também contempla a organização dos investimentos produtivos, comercialização da produção via mercado institucional. E a participação do(a)s assentado(a)s na política partidária.

“A terra pra gente é muito importante...”, é a denominação do último capítulo, que apresenta o significado da terra para o(a)s assentado(a)s do Lameirão. Como também, apresenta o conceito de identidade, e analisa como os costumes/identidades comuns são (re)significados no fazer-se das experiências de resistência que constituíram o assentamento, investigado por meio de fotos, atas e narrativas. O capítulo também observa as relações sociais, culturais, econômicas e religiosas que tecem a vida no Assentamento.

1 CAPÍTULO - DA OCUPAÇÃO AO ASSENTAMENTO

1.1 A ocupação...

(...) Convencimento do trabalhador e da trabalhadora, da necessidade da terra como um meio de sobrevivência e desmistificar que isso não era crime, que não era roubo fazer ocupação.²⁴

Esta epígrafe – retirada da entrevista, concedida em 09/02/2016, pelo assentado e ativista José Cazuza Ferreira de Oliveira–, exhibe o contexto de discussão da ocupação de terras no Sertão Alagoano em 1987. Nesta narrativa, a organização das famílias baseou-se a partir da necessidade econômica e do entendimento de que a terra é um elemento essencial para a sobrevivência do(a)s trabalhadores(as) rurais, sendo então, um direito obtê-la. Para Oliveira, a ausência deste direito poderia ser modificado por meio da organização do(a)s trabalhadore(a)s, por meio de ações diretas e organizadas.²⁵ Segundo Oliveira, as discussões sobre a legislação atinente à reforma agrária e o entendimento de que a terra deveria cumprir uma função social foram fundamentais para conscientização do(a)s trabalhadore(a)s sem terra.²⁶

Em relação ao processo de tomada de consciência do(a)s trabalhadore(a)s do Sertão de Alagoas, em particular, chama atenção a remissão acerca da importância da participação de Luiz Valério – integrante da Pastoral Rural da Terra, vinculado ao Sindicato dos Trabalhadores/Trabalhadoras Rurais (STTR), do município de Inhapi –, no 1º Congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ocorrido em Cascavel, Estado do Paraná, em 1985.²⁷ Segundo Silva, Luiz Valério foi escolhido pelos demais companheiro(a)s, para representá-los no referido Congresso, pelo seu ativismo, militância e disponibilidade.²⁸

²⁴ OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 09/02/2016. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

²⁵ Ativista da luta pela terra, assentado no Assentamento Lameirão, natural de Inhapi-AL, nasceu em 21/05/1963. Foi integrante da pastoral rural de Inhapi, ex- seminarista do Seminário Rural, seminário baseado nos conceitos da Teologia da Libertação e da Enxada, que tinha como um dos organizadores o Padre José Comblim. Integrou a direção do STTR/Inhapi e posteriormente contribuiu na condução do MST no Estado de Alagoas. Devido a atuação e militância, concorreu a pleitos eleitorais, onde exerceu mandatos de vice-prefeito e prefeito do município de Delmiro Gouveia, entre 2004- 2008.

²⁶ OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Op. cit.

²⁷ Ver a respeito: MST. *1º Congresso do MST*. Cascavel/Paraná, 1985. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86/>>. Capturado em: 12/10/2018.

²⁸ SILVA, José Roberto. “Um pouco da história do MST em Alagoas: dos começos até 2017”. In: Luiz Sávio de Almeida. (Org.) et. al. *Terra em alagoas: temas e problemas*. Maceió: EDUFAL, 2013, p. 396.

Para Silva, após o encontro do Paraná, observa-se como mais ênfase os registros de organização do MST no Estado de Alagoas, em particular na região do Sertão.

Em 1987, alguns anos depois do 1º Congresso do MST, e de um período de formação e discussão, entre os diretores do STTR/ Inhapi e o MST, ocorre a ocupação da fazenda Peba no município de Delmiro Gouveia. Além da referida ocupação, a partir do contexto descrito, segundo Silva alguns dos diretores do referido sindicato rural de Inhapi, passaram a compor a coordenação executiva dos sem terra em Alagoas, entre eles: José Cazuza,²⁹ Genivaldo,³⁰ Maria Zilma,³¹ Severino³² e Luiz Valério,³³ o mesmo que fora o representante no 1º Congresso do MST.³⁴

Nesse sentido, o acúmulo de experiências construídas pela Pastoral da Terra, pelo MST e pelos debates em favor de uma política de reforma agrária – concomitantes a elaboração da Constituição de 1988 –, descortinam o cenário de mobilização do(a)s trabalhadore(a)s rurais sem terra, vivenciado no Sertão de Alagoas, às margens do Rio São Francisco, entre 1987 e 1989, na experiência e na resistência da ocupação da fazenda Peba

Posteriormente a fundação do MST e a ocupação da fazenda Peba, em Delmiro Gouveia, o debate e ações em favor da reforma agrária, sobretudo, por parte do(a)s trabalhadore(a)s rurais foram expandidas para demais regiões do Estado de Alagoas. No tocante a mobilização do(a)s trabalhadore(a)s sem terra no Sertão do Baixo do Rio São Francisco, é importante ressaltar a

²⁹ Membro da coordenação nacional do MST em Alagoas e especificamente no estado, contribuía na articulação política, institucional com a classe política e as instituições. Ver: OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 13/01/2019. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

³⁰ Membro da coordenação nacional do MST em Alagoas e tinha como tarefa no estado, realizar a agitação de massas, fazer propaganda e convencimento dos(as) trabalhadores(as), para a inserção na luta pela terra. Ver: OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 13/01/2019. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

³¹ Realizava o trabalho de convencimento das mulheres e jovens, para a inserção na luta pela terra, sensibilizando os chefes de famílias a deixarem as mulheres e jovens a participarem da ocupação. Ver: OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 13/01/2019. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

³² Foi o primeiro secretário da secretária do MST, que funcionava dentro do STTR/Inhapi. Ver: OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 13/01/2019. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

³³ Agente de base do STTR/Inhapi e do MST, designado para atuar na organização e convencimento dos(as) trabalhadores(as) no conflito de terra na fazenda Peba no município de Delmiro Gouveia, para a organização da ocupação daquela fazenda para fins de reforma agrária. Ver: OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 13/01/2019. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

³⁴ SILVA, José Roberto. Op. cit. p. 396.

contribuição das pastorais rurais de Inhapi e de Delmiro Gouveia. Estas pastorais, através de alguns padres e freiras, realizaram um significativo trabalho de base junto as comunidades da região, fomentando a organização política e social destes trabalhadore(a)s. Contudo, cabe destacar, o papel da pastoral rural de Inhapi por desenvolver um trabalho contínuo junto as comunidades rurais com cursos bíblicos e formação da juventude rural. Para Jucilene Maria Aguiar da Silva, entrevista em 26/09/2018,³⁵ assentada e envolvida com os trabalhos da pastoral rural de Inhapi, destaca:

Através das leituras que a gente explicava como era a vida da pessoa que trabalhava no campo (...) naquela época eram reuniões às escondidas para que os políticos não chegasse a saber o que realmente acontecia (...) mesmo nós sem saber o que era direito uma ditadura, já vivia ela. Eles sabiam que a partir da medida que os grupos fossem se organizando, organizando grupo jovem, era daí que iria surgir a luta pela terra.³⁶

Para Guedes Neto, o contato da Igreja Católica com o povo, contribuiu para alguns segmentos da população tornarem-se mais esclarecidos sobre os problemas sociais e sobre a política.³⁷ Contribuindo para que parte da população avaliasse qual o tipo de prática política estava próxima a sua realidade. Dentre elas, pode-se destacar práticas baseadas em troca de favores, no clientelismo e na submissão de muitos trabalhadore(a)s ao mandonismo. Em relação ao clientelismo, para Carvalho, ele “indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto.”³⁸

Como já foi dito, a mobilização do(a)s trabalhadore(a)s sem terra pelo direito de acesso à terra, já vinham sendo realizadas na região, pelo STTR do município de Inhapi, desde as contribuições, divulgadas por Luiz Valério, relativas ao 1º Congresso do MST, ocorrido em

³⁵ Assentada no Assentamento Lameirão, natural do município de Inhapi, nasceu em 09/05/1968, integrou a pastoral rural, onde exercia a função de catequista e liderança do grupo de juventude. Participou das ações de ocupação da fazenda Pebá, das negociações para desapropriação das fazendas Pebá e Lameirão. Sócia da Associação do Assentamento Lameirão e benzedeira, reza em crianças, adultos, idosos, que a procuram para curarem ou aliviarem doenças, a partir das preces, acompanhadas por ervas medicinais, bem como, profere conselhos aos que a solicita.

³⁶ SILVA, Jucilene Maria Aguiar da. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/09/2018. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

³⁷ GUEDES NETO, Adauto. *Teologia da enxada e ditadura militar: relações de poder e fé no agreste pernambucano entre 1964-1985*. Jundiá, Paco Editorial: 2014, p. 120.

³⁸ CARVALHO, Joé Murilo de. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. Rio de Janeiro, 1997. ISSN 1678- 4588. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> acesso em 04/10/2018.

Cascavel, no Paraná, em janeiro de 1985. Dentro deste contexto, as motivações relacionadas a ocupação da fazenda Peba, no município de Delmiro Gouveia, em 1987, acentuam as tensões agrárias na região. Em torno deste acontecimento, a ameaça do proprietário da fazenda Peba de expulsar os arrendatários, sem os deixar colher as lavouras tencionou as relações entre o(a)s trabalhadore(a)s e o proprietário da fazenda. Segundo Lourdes Santana,³⁹ missionária franciscana a época vinculada a Paróquia de Delmiro Gouveia, em entrevista concedida em 03/04/2016, destacou:

(...) Esse senhor se não me engane tinha 12 filhos; e daí relatou para gente o conflito que estava começando a existir entre eles e o fazendeiro, conhecido pelo senhor Miguel Gandu. Como eles já estavam na terra, que eles eram rendeiros da terra, eles tinha feito uma negociação com o fazendeiro, para num processo de 5 anos eles plantarem, depois de 5 anos eles desocupavam a terra e o fazendeiro tomava conta da terra. (...) Tinham algumas lavouras muito bonitas e um belo dia eles chegaram lá e o gado estava dentro da terra.⁴⁰

Diante do conflito, o(a)s trabalhadore(a)s pediram ajuda à Igreja Católica de Delmiro Gouveia e de Inhapi e, posteriormente, ao STTR de Inhapi. A agricultora Zilma Tavares Costa, que nesse período integrava o STTR, destaca como foi inserção da entidade, no conflito de terras na fazenda Peba.

Tinha um conflito de terra em Delmiro Gouveia na época, então a gente, o pessoal ia lá, dá muito apoio, e depois decidiram, vamos nos organizar pra fazer aquela luta de forma mais organizada, pra que eles realmente tenham sucesso.⁴¹

Então, em janeiro de 1987, o(a)s trabalhadore(a)s sem terra da região mobilizados e organizados sob a orientação política do MST, ocuparam a fazenda Peba. A ocupação da referida fazenda foi uma ação política realizada pelo(a)s trabalhadore(a)s para que houvesse a distribuição daquelas terras. Para Morissawa, esses trabalhadore(a)s já tinham claro a distinção ente invasão e ocupação:

³⁹ Natural da cidade de Água Branca- AL, aos 18 anos entrou na congregação das irmãs franciscanas missionárias de Santo Antônio, onde passou 03 anos. Após a formação religiosa foi designada para a cidade de Delmiro Gouveia, onde passou a desenvolver trabalhos nas comunidades carentes deste município.

⁴⁰ SANTANA, Lourdes. Entrevistada por Estevão Firmo Soares, em 03/04/2016. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

⁴¹ COSTA, Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

Invadir significa um ato de força para tomar alguma coisa de alguém em proveito particular. Ocupar significa simplesmente preencher um espaço vazio – no caso em questão, terras que não cumprem sua função social e fazer pressão social coletiva para aplicação da lei de desapropriação.⁴²

Em torno de 66 famílias trabalhadore(a)s sem terra ocuparam a fazenda Pebas, em 1987. Grande parte dele(a)s vindo(a)s dos municípios de Inhapi, Mata Grande e Delmiro Gouveia. Mobilizados e organizados, este(a)s trabalhadore(a)s construíram o acampamento e passaram a compartilhar experiências de identidade(s) e de resistência. Neste sentido, o termo acampamento, para além da descrição física, significa “um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia.”⁴³ Para Morissawa, a ocupação gera um fato político, por ter sido motivado pela organização da sociedade mobilizado em torno de uma causa, no caso, a reforma agrária. E isso requer uma resposta política do governo.⁴⁴

Durante as primeiras semanas o(a)s trabalhadore(a)s sem terra, do acampamento Pebas, segundo o assentado José Cazuzza Ferreira de Oliveira, foram vistos como, “coitadinhos, o governo dispôs de cestas básicas, porém as autoridades não acreditavam que a ocupação iria perdurar.”⁴⁵ O(a)s trabalhadore(a)s acamparam, montaram os barracos de lona e se preparam para resistir. Já as negociações com o governo do Estado de Alagoas, não avançavam, deixando o(a)s trabalhadore(a)s sem terra acampados sem respostas. Dentro desta perspectiva, a experiência do acampamento Pebas perdurou entre os anos de 1987 e 1989.

Enquanto as negociações não obtinham êxitos, as perseguições políticas deferidas contra o(a)s acampado(a)s teve curso. Eles sofreram enalços atribuídos aos proprietários da fazenda. Sobre essas perseguições, segundo a missionária Lourdes Santana:

Gente o Pebas tá tranquilo?... Não Irmã [não] está tranquilo! Quem está lá? Tá fulano, fulano, sicrano... Pelo amor de Deus voltem e digam para eles, vocês vão mais rápido de bicicleta do que eu, que saiam de lá... Porque irmã? Sumam porque vai ter, o fazendeiro tá indo para lá com o testa de ferro e vão matar vocês e vão fugir pelo rio, quem tiver lá vai ser morto e vão fugir pelo rio, ai então disse assim: Quer dizer que é verdade a história que fulano contou

⁴² MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. Op. cit.p.132.

⁴³ CALDART, Roseli Salete. et. al. (Org.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio -São Paulo: Expressão Popular, 2012, p, 21.

⁴⁴ MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. Op. cit. p.199.

⁴⁵ OLIVEIRA, José Cazuzza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 09/02/2016. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

hoje de manhã lá em casa; então eles já sabiam só não encaram como verdade né? Ai eles voltaram, quando chegaram lá Luiz Valério era um dos que estavam né? E ele disse: nós não fugimos, eles venham! Mais uma vez nós ficamos em casa só aguardando a má notícia; porque os que estavam lá a gente sabia que era cabeça dura, não iam realmente sair, iam para o confronto, e tudo que a gente não queira era um confronto, para não enfraquecer a luta, um derramamento de sangue naquele momento, era enfraquecer a luta por completo; ai então me disseram, tá perdido, pode agora entregar, eu disse: Não Deus é maior, e esses cara que são cabeça dura, Deus vai render eles. Ficamos preocupados, quando chegaram, eles viram realmente a coisa séria, ai se esconderam em alguns barracos que tinham feito lá, e o cara foi entrando lá e disse que realmente o Clovis era um que estava na linha de frente e foi entrando com o pessoal, só que o pessoal conhecia os capangas dele, quando viram os capangas, ai usaram a estratégia de irem por trás dos capanga e cercarem os capanga e deixar o Clovis livre.⁴⁶

A narrativa acima descreve os conflitos ocorridos durante a ocupação da fazenda Peba e as estratégias de resistência do(a)s acampado(a)s. Em meados de 1988 as negociações para a aquisição da fazenda avançaram, e a área negociada beneficiaria em torno de 08 famílias, deixando assim, várias famílias acampadas desassistidas. Diante desse acontecimento, o(a)s trabalhadore(a)s sem terra, de forma coletiva, resolveram transferir o acampamento para Capital, Maceió. O acampamento é então transferido provisoriamente para a Praça Centenário, em Maceió, em 1988, a partir de então, o(a)s acampado(a)s realizaram protestos na Capital do Estado, dentre eles ocuparam a sede da Secretaria de Agricultura e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com o objetivo de finalizar os processo de negociação da fazenda Peba e pressionar a negociação da fazenda Lameirão, para o restante do(a)s trabalhadore(a)s rurais sem terra, que ficariam desassistidos com a aquisição da fazenda Peba. O assentado José Cazuza Ferreira de Oliveira em entrevista realizada em 13/01/2019, explica como ocorreu o processo de negociação da fazenda Lameirão e de transferência do acampamento para Maceió:

No final de 1988, no acampamento Peba as negociações avançaram e tinha ficado decidido que apenas 08 famílias ficariam no assentamento, visto que só parte da área iria ser adquirida. Então o acampamento decidiu fazer pressão ao governo do Estado, passamos um período acampados dentro da secretaria estadual de agricultura e ela disse que não tinha competência para resolver o problema, nós fomos para o INCRA, passamos uma semana literalmente dentro do INCRA lá em Maceió na praça Centenário, depois deslocamos as famílias para a praça, sendo que o INCRA permanecia ocupado, na ideia de liberar, era para que os funcionários viessem trabalhar, com a argumentação de agilizar esse processo de negociação. Nesse processo de negociação

⁴⁶ SANTANA, Lourdes. Entrevistada por Estevão Firmo Soares, em 03/04/2016. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

apareceu a fazenda Lameirão como uma opção (...) de negociação, a negociação avançou, foi adquirida uma parte, 850 ha e assim que fizemos esse acordo, designamos uma comissão, nós ficamos em Maceió, e uma comissão veio fazer uma prévia vistoria e achou que aqui tinha condições e em Maceió nós averbamos essa negociação e as famílias se deslocaram pra cá.⁴⁷

A narrativa acima de Oliveira, destaca como se deu aquisição da fazenda Lameirão para fins sociais de reforma agrária, por meio da ação coletiva de resistência do(a)s acampado(a)s da fazenda Peba, que traçaram estratégias de resistência e pressão política ao governo do Estado de Alagoas, para aquisição das fazendas, atendendo o(a)s trabalhadore(a)s rurais sem terra que estavam entre o processo de ocupação e resistência da fazenda Peba. A imagem abaixo registra o acampamento do(a)s trabalhadore(a)s na capital Maceió.



Figura 1 - Acampamento do(a)s trabalhadore(a)s rurais sem terra na praça Centenário, em Maceió, meados de setembro de 1988.

Fonte: Acervo pessoal de Jucilene Maria Aguiar da Silva, cedido a pesquisadora Aline Oliveira da Silva, 2018.

De acordo com Silva, o(a)s acampado(a)s também reivindicavam em Maceió o fornecimento de sementes para o plantio, bem como cestas básicas para as famílias, a ocupação persistiu por cerca de 22 dias.⁴⁸ Este período de acampamento na capital do Estado, foi marcado por intensas perseguições, como também, de apoio por parte dos Sindicato dos Urbanitários (Maceió), Central Única dos Trabalhadores (CUT), vereador do Partido Socialista Brasileiro

⁴⁷ OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 13/01/2019. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

⁴⁸ SILVA, José Roberto. “Um pouco da história do MST em Alagoas: dos começos até 2017”. In: Luiz Sávio de Almeida. et. al. (Org.) *Terra em alagoas: temas e problemas*. Maceió: EDUFAL, 2013, p. 397.

(PSB), Ronaldo Lessa, funcionários da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Alagoas (EMATER) e estudantes universitários, aos trabalhadores(a)s sem terra, no que diz respeito à apoio político, além de mantimentos e material de limpeza.



Figura 2 - Último dia do acampamento na capital Maceió. Protesto realizado pelo(a)s trabalhadore(a)s rurais sem terra, em frente da sede do INCRA, após a negociação das terras da fazenda Peba e Lameirão, em meados de outubro de 1988.

Fonte: Acervo pessoal de Jucilene Maria Aguiar da Silva, cedido a pesquisadora Aline Oliveira da Silva, 2018.

A imagem em destaque, corresponde ao último dia de protesto na capital Maceió realizado pelo(a)s trabalhadore(a)s para as negociações da fazenda Peba e Lameirão, o(a)s acampado(a)s alcançaram a aquisição das referidas fazendas e as cestas básicas reivindicadas.

Durante as negociações, o(a)s trabalhadore(a)s sem terra almejavam que a fazenda Peba e Lameirão fossem adquiridas pelo processo de desapropriação, descreve em entrevista José Cazuza Ferreira de Oliveira “tanto [no] Peba quanto [no] Lameirão elas não foram por um processo de desapropriação, nós brigávamos pela desapropriação, mas devido a problemas de tamanho de área, problemas legais, não foi possível desapropriá-la, então foi adquirida (...) pelo fundo de terra”.⁴⁹ De acordo com a Constituição, compete a União desapropriar imóveis que não estejam cumprindo a sua função social.

O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação. Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação. O orçamento fixará

⁴⁹ OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva em 09/02/2016. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.⁵⁰

Após o averbamento e vistoria da fazenda Lameirão pelo(a)s o(a)s acampado(a)s, a propriedade foi ocupada pelo(a)s trabalhadore(a)s rurais sem terra que não foram assentado(a)s na fazenda Pebá. Em meados de fevereiro de 1989 o(a)s trabalhadore(a)s ocupam a fazenda Lameirão, a esse respeito a assentada Maria Rosângela da Silva Santos,⁵¹ entrevistada em 08/02/2016 destaca: “fomos os primeiros a chegar aqui no Lameirão, viemos na época do carnaval, já em fevereiro.”⁵² Segundo José Cazuzza Ferreira de Oliveira a fazenda Lameirão foi ocupada porque “nós viemos sem nenhuma estrutura, por isso nós chamamos de ocupação,”⁵³ o(a)s trabalhadore(a)s montaram novamente a estrutura do acampamento.

A fazenda Lameirão, fora destinada para o(a)s trabalhadore(a)s que estavam acampado(a)s na fazenda Pebá e para o(a)s trabalhadore(a)s que participaram de outras ocupações no estado, organizadas pelo MST, assim destaca José Cazuzza Ferreira de Oliveira:

No processo de ocupação original, lá no Pebá, algumas famílias naturalmente desistiram desse processo, nesse intervalo nós fizemos outras ocupações, inclusive ocupação em Penedo, que foi bastante problemática. Então, nós ficamos com dois acampamentos, o acampamento de Penedo e o acampamento aqui no Sertão, nesse processo de negociação uma equipe de acampados que fizeram ocupação em Penedo vieram pra cá, nós juntamos o restante das famílias do Pebá com essas pessoas de Penedo, nós colocamos essas pessoas de Penedo, mas as pessoas eram sobretudo de Batalha, Jacaré, Jaramataia, eram sertanejos, essas pessoas vieram para o Lameirão, para compor esse grupo.⁵⁴

A narrativa acima de Oliveira, destaca que a fazenda Lameirão foi destinada para o(a)s trabalhadore(a)s que não foram assentado(a)s na fazenda Pebá e para o(a)s trabalhadore(a)s que participaram de outros processos de ocupação de terras em outras regiões pelo estado. E que a escolha desse(a)s trabalhadore(a)s vindos de outras regiões, se deu porque eram

⁵⁰ BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Capítulo III - da política agrícola e fundiária e da reforma agrária (ART. 184 A 191).

⁵¹ Natural de Jacaré dos Homens- AL, nasceu em 30/12/1971, quando se inseriu nas ações de ocupações de terra morava em Batalha com a família, posteriormente se inseriu nas atividades de condução do MST no Estado de Alagoas, reside no Assentamento Lameirão e compôs por alguns períodos a diretoria da Associação.

⁵² SILVA, Maria Rosângela dos Santos. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva em 08/02/2016. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

⁵³ OLIVEIRA, José Cazuzza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 09/02/2016. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

⁵⁴ OLIVEIRA, José Cazuzza Ferreira de. Op. cit.

trabalhadore(a)s rurais sem terra sertanejos, continham identidade comuns, para assim compor o grupo de assentado(a)s no Lameirão.

O processo de aquisição da fazenda Lameirão se encerra em 14 de dezembro de 1989, quando os proprietários José Serpa de Menezes e Maria Java Serpa de Menezes, transferem o imóvel ao Estado de Alagoas, assistido pelo Ministério da Agricultura – Programa de Desenvolvimento do Sistema Fundiário Nacional (MA/PDSFN), pelo preço de NCZ\$ 108.875,00 (cento e oito mil, oitocentos e setenta e cinco Cruzados Novos).⁵⁵ A área, em questão, tem um total de 1.744,9583 ha,⁵⁶ destinada para o restante das famílias, que não foram assentadas na fazenda Peba, que permaneceram acampadas na referida fazenda e em outras experiências de ocupação posterior, entre mobilizações e negociações com as autoridades competentes.

A fazenda Lameirão era destinada a criação de bovinos de corte, da raça *Nelores*, e de caprinos. Os proprietários contraíram financiamento bancário para investir na propriedade, como dito, nas atividades pecuárias.⁵⁷ O registro da dívida contraída, pelo referido financiamento, consta nos valores negociados, pelos proprietários, no processo de aquisição do Estado de Alagoas da referida terras, em 1989, desta feitas para os fins devidos da Reforma Agrária. A fazenda Lameirão foi então oferecida pelos proprietários ao Estado para quitação da dívida bancária e como solução para atendimento das reivindicações do(a)s trabalhadore(a)s sem terra acampado(a)s não atendidos pela desapropriação parcial da fazenda Peba.

Desta forma, as experiências do ativismo político e social por parte destes trabalhadore(a)s resultaram na constituição dos dois assentamentos: Peba e Lameirão, em alusão às antigas fazendas. Para Bergamasco e Norber, os assentamentos representam apenas uma conquista parcial, a formação de algumas ilhas entre enormes latifúndios.⁵⁸ O termo assentamento surgiu no contexto da América Latina em 1960 e a partir de então, expandiu-se para diversos países, como destaca Bergamasco:

⁵⁵ALAGOAS. Comarca de Delmiro Gouveia. Serviço Notarial e Registral. Registrador- Bel. Adeildo Damasceno Santos – Substituta – Bela. Maria Luciana Leite da Damasceno. Certidão. Livro – “AH” (Registro Geral) nº 7.377, fls. 192/192-v.

⁵⁶MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. CAR- Cadastro Ambiental, protocolo: AL- 2702405-17B1.7D82.C9D8.F9CE.C42A.89C2.A007.2BE6, p. 1-2.

⁵⁷ ALAGOAS. Comarca de Delmiro Gouveia. Serviço Notarial e Registral. Registrador- Bel. Adeildo Damasceno Santos – Substituta – Bela. Maria Luciana Leite da Damasceno. Certidão. Livro – “AH” (Registro Geral) nº 7.377, fls. 192/192-v.

⁵⁸ BERGAMOSSO, Sônia Maria; NORDER, Luiz Antônio Cabello. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996, p.81.

O termo assentamento apareceu pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelano, em 1960, e se definiu para inúmeros outros países. De uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.⁵⁹

Desta forma, os dois assentamentos representam pontos de inflexão na experiência de ordenamento da estrutura de terras na região do Sertão do Baixo do Rio São Francisco. O “fazer-se” desses assentamentos é um indicativo que esse(a)s trabalhador(a)s sem terra foram se formando a partir do contexto político e social a qual estavam expostos, diante do enredo das ações coletivas por eles partilhadas. Para Almeida, tanto os acampamentos como os assentamentos são decorrência da consciência política.⁶⁰ É o resultado da união de trabalhador(a)s, enquanto um segmento da sociedade, partindo de suas experiências, na luta pelo direito a terra.



Figura 3 - Reunião com as famílias assentadas no Lameirão e a comissão do STTR de Inhapi e irmã Cecília componente da Pastoral Rural de Inhapi, final de 1989.

Da esquerda para direita, de camisa aberta Sr. Deca, em seguida sua esposa Cristina, Neide, Tonho com sua filha, Regi, Maria da Soledade (segurando a lista de posseiros do assentamento), Lourdes, Manoel Soares, Jucilene Maria, da direita para esquerda sentada em banquinho Antônia, João Ricardo, Cláudio, Freira Cecília, Tito, Mazé e Edmilson.

Fonte: Acervo pessoal de José da Silva Lopes, cedido a pesquisadora Aline Oliveira da Silva, 2018.

⁵⁹ BERGAMASCO, Sônia Maria, NORBER, Luiz Antônio Cabello. Op. cit. p. 7.

⁶⁰ ALMIEDA, Luiz Sávio. (Org.) et. al. *Terra e pastoral em alagoas: conflito e liberdade*. Maceió: EDUFAL, 2014, p.19.

A imagem em destaque é um dos primeiros registros fotográficos no Assentamento Lameirão. Nela o(a)s assentado(a)s estão reunidos para discutir as possíveis atividades produtivas que poderiam ser implantadas no Assentamento. Essa e outras reuniões articulada pela equipe do STTR de Inhapi – Cláudio, João Ricardo, juntamente membros da pastoral rural, dentre eles a irmã Cecília e a irmã Lourdes –, também tinham por objetivo conferir a lista do(a)s assentado(a)s.

A formação do Assentamento Lameirão, após a aquisição da área, perpassou por todo um processo de diálogo, entre as famílias assentadas e as instituições que acompanhavam o Assentamento, dentre elas: a pastoral rural, STTR/Inhapi e MST. A formação desse espaço social, ainda não visto ou observado na região, continha a responsabilidade de não conter os rastros ou vícios da estrutura fundiária que compõe o Estado de Alagoas. Para Almeida, os assentamentos são “uma nova consciência, sujeito político, coletivo, e que jamais existiu na história de Alagoas em termos de interferência na organização fundiária”.⁶¹

Para Medeiros, o latifúndio é um dos elementos geradores do não desenvolvimento da população, e acentua o processo de crescimento da miséria de muitos e da acumulação de capital de poucos.⁶² Em Alagoas, a exemplo, observamos as amarras das forças políticas, para não realizar a democratização do acesso as terras e não atendimento das reivindicações do(a)s trabalhadore(a)s sem terra.

Apesar da ausência ou da pouca efetividade de políticas de reforma agrária implementadas pelo Estado Brasileiro, no que se refere a Alagoas os números e os indicadores existentes apontam para contratos ainda mais duros em relação a outros estados e/ou regiões. Esses contratos são evidenciados, em particular, quando observamos os números de famílias assentadas em Alagoas, até 1994 e entre os anos de 1995 e 2000, em comparação aos números dos outros estados do Nordeste.

⁶¹ ALMIEDA, Luiz Sávio. (Org.) et. al. Op. cit. p.20.

⁶² MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Manuel Correia de Andrade e a questão agrária brasileira. In: *Economia política do desenvolvimento*. Maceió, vol. 3, Edição Especial, ago. de 2010, p. 191.

Tabela 1 - NORDESTE: Famílias beneficiadas pela reforma agrária no Nordeste, até 1994 e entre 1995 – 2000

Execução Anual- famílias								
UF	Até 1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Total
AL	582	640	900	1.568	1.113	737	989	6.529
BA	4.455	3.049	1.906	5.419	6.850	6.157	4.006	31.842
CE	4.721	2.891	3.297	3.027	5.387	3.027	742	23.092
PB	655	1.202	2.145	1.155	1.926	1.950	1.682	10.715
PE	1.526	743	1.567	1.955	3.155	3.705	1.332	13.983
PI	1.052	1.200	1.573	1.939	2.554	1.925	3.388	13.631
RN	1.314	1.246	1.558	2.410	2.755	2.429	1.885	13.597
MA	1.460	7.181	7.720	9.172	9.778	10.203	8.261	53.775
SE	928	399	606	454	914	857	1.173	5.331
Nordeste								172.495

Fonte: INCRA⁶³

⁶³ INCRA. Assentamentos de trabalhadores rurais. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tree/info/file/11934>> . Acesso em 16/03/18 as 14h30minutos.

Os dados revelam como Alagoas, em comparação aos demais estados nordestinos foi quem menos distribuiu terras durante o período que antecede o ano de 1994, contexto no qual está inserido as aquisições das fazendas Peba e Lameirão para fins sociais de reforma agrária. Neste período, a estrutura fundiária do Estado, para fins de reforma agrária, teve o menor índices de registros de famílias assentadas da Região Nordeste. A reestruturação fundiária no Brasil tarda em acontecer e, em Alagoas as amarras das oligarquias políticas travam a luta dos movimentos sociais do campo, que continuam esbarrando na resistência dos latifundiários. De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o campo em Alagoas é marcado pela violência contra os movimentos camponeses. Segundo a CPT, Alagoas ocupa o 6º lugar na região nordeste no que tange a violência contra a pessoa do campo, registrando, em 2015, 18 conflitos.⁶⁴

1.2 Formas de resistência

O(a)s trabalhadore(a)s assentado(a)s na fazenda Lameirão, após a efetivação do assentamento, continuaram enfrentando dificuldades, dentre elas: crédito e assistência técnica. Para o assentado José Cazuza Ferreira de Oliveira estas dificuldades foram assim descritas:

Aqui era uma fazenda abandonada, não tinha o que plantar, como plantar, praticamente era mato e um pequeno espaço no começo, em um tempo de seca. Então, foi à dificuldade de produção, a condição mínima [de] água continha muita dificuldade.⁶⁵

O(a)s assentado(a)s organizaram estratégias de resistência, uma delas foi à organização da Associação de Cooperação Agrícola do Assentamento Lameirão (ACAAL), em 20 de Agosto de 1989. O(a)s assentado(a)s com o apoio da direção do MST fundaram a referida Associação com o objetivo de implantar mecanismos para extrair melhores condições no que tange a infraestrutura e os modos de produção a serem implantados. De acordo com a assentada Maria Rosângela dos Santos Silva, o Movimento Sem Terra “fez muitos cursos para a gente,

⁶⁴COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo no Brasil*. Goiânia: CPT, 2015. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015>>. Acesso em 15/03/18 as 15h06minutos.

⁶⁵ OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 09/02/2016. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

de coletividade, o que era trabalhar em coletivo, o que era trabalhar em união, o que era associação e a gente viu que não dá para conquistar nada sozinho.”⁶⁶ Diante destas formações realizadas pelo MST o(a)s assentado(a)s constituíram a Associação, como um meio de resistência e de organização deste(a)s trabalhadore(a)s.

De acordo com a Ata de fundação da ACAAL, em assembleia presidida pelo assentado José Cazuza Ferreira de Oliveira, na época integrante e representante do MST, a entidade foi criada com a finalidade de organizar o(a)s assentado(a)s em torno dos interesses comuns, como também proporcionar a cooperação agrícola entre o(a)s trabalhadore(a)s, articulação com outros assentamentos e órgãos que ajudem no desenvolvimento econômico e social.

A ideia geral foi de que não podemos trabalhar de forma isolada, pois assim for, não conseguiremos melhoramento nenhum, tendo em vista que o governo e os latifundiários querem ver os assentados desorganizados, para isso dominar e tapiar os trabalhadores e a Reforma Agrária. Neste sentido é que a associação se torna necessária e importante, pois ela conseguirá manter todos os trabalhadores do assentamento agrupados em torno dos problemas e reivindicações que são comuns.⁶⁷

A criação da ACAAL perpassou por um processo de discussão entre o(a)s assentado(a)s, para que eles pudessem compreender os objetivos deste tipo de organização, como seria a atuação, os direitos e deveres. Na reunião de fundação compareceram 50 assentado(a)s, que escolheram a primeira diretoria da entidade, com duração de dois anos: Coordenador geral, José Erivânio Barros; Secretário, Antônio Rodrigues Neto; Tesoureiro, Manoel de Aguiar Correia; Suplentes, Manoel Barbosa da Silva Filho, Zilda Tavares Costa e Maria José Vieira; Conselho Fiscal, José Francisco da Silva, Cristina Maria da Silva e Jucilene Maria da Silva; Suplente do Conselho Fiscal, José Renildo Moreira da Silva, Manoel Francisco de Souza e Benedito Cizino Costa.⁶⁸

⁶⁶SILVA, Maria Rosângela dos Santos. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva em 08/02/2016. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

⁶⁷ACAAL. Ata de fundação da Associação de Cooperação Agrícola do Assentamento Lameirão, realizada no dia 20 de agosto de 1989. Delmiro Gouveia- AL. Livro 01, p.1.

⁶⁸ACAAL. Ata de fundação da Associação de Cooperação Agrícola do Assentamento Lameirão, realizada no dia 20 de agosto de 1989. Delmiro Gouveia- AL. Livro 01, p. 02.

A Associação foi legalizada, com ata de fundação, registro de seu estatuto, CNPJ e Certidão Negativa. A partir de então, cumpridos os ritos formais, a ACAAL ficou apta a realizar projetos de infraestrutura e de atividades agrícolas, para delinear sistemas de produção e reivindicar os direitos do(a)s assentado(a)s. Para Morissawa, politicamente as experiências produzidas nos assentamentos e pelo(a)s assentado(a)s trazem consigo as experiências de acampado(a)s e destacam-se por sua capacidade de organização e de resistência.⁶⁹

Nesse sentido de construção de experiências comuns entre o(a)s trabalhadore(a)s sem terra, o(a)s assentado(a)s em assembleia decidiram que não receberiam outro(a)s trabalhadore(a)s no Assentamento, que não fossem oriundos do processo de luta que nele resultou.⁷⁰ Essa decisão interna tomada pelo(a)s assentado(a)s, foi realizada por conta da verificação realizada pelo INCRA e o Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas (ITERAL), expondo que o assentamento tem a capacidade de beneficiar 46 famílias e propondo a possível inserção de outras famílias no assentamento. Diante dessa situação, o(a)s assentado(a)s de forma coletiva não cumpriram os direcionamentos dos órgãos já citado, discordando dos dados por eles apresentados, de acordo com o(a)s assentado(a)s parte da área não é favorável para a agricultura, a esse respeito o assentado José Cazuza Ferreira de Oliveira, explica:

O processo de ocupação é muito dinâmico, tem as pessoas que são mais decididas e tem as pessoas que vem e vai, quando a terra aqui foi adquirida o INCRA e o ITERAL fez um levantamento que aqui caberia 46 famílias assentadas, inclusive construíram 46 casinhas (...) Nesse levantamento nós tomamos uma decisão interna, porque nós tínhamos na época 32 famílias aqui, e o INCRA queria trazer mais gente para completar, nós decidimos que não, as famílias só viriam pra cá se fossem originárias do MST, em função de um processo de luta (...) E essa área não tem a capacidade que o levantamento do INCRA disse, 70% não serve para a agricultura e eles dividiram a área como um todo, então nós vimos que não cabia as 46 famílias, então tinha que ter essa garantia, de que maior parte da área de qualidade [fosse] produtiva e se sobrasse ficaria para os filhos dos assentados que fosse ficando maior de idade.⁷¹

⁶⁹ MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão popular, 2001, p. 226.

⁷⁰ ACAAL. Ata da sexta assembleia da Associação de Cooperação Agrícola do Assentamento Lameirão, realizada em 30/12/1990. Delmiro Gouveia- AL. Livro 01, p. 10.

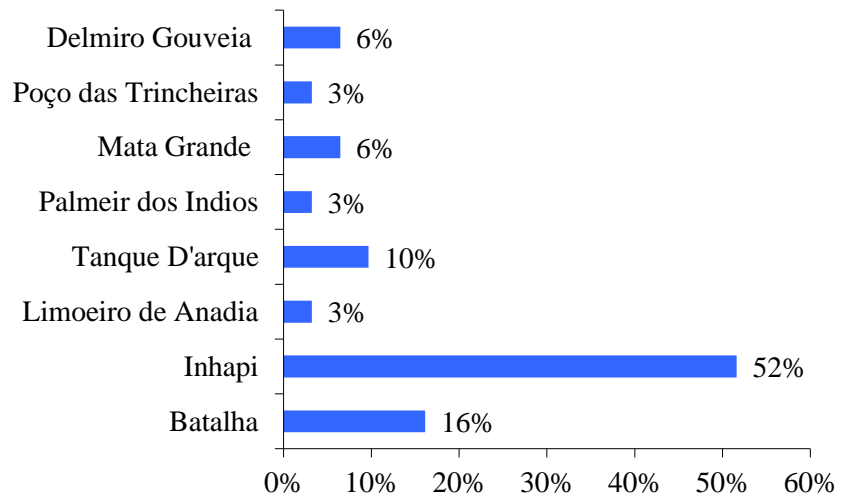
⁷¹ OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 13/012/2019. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

A narrativa em destaque de Oliveira, relata a organização do(a)s trabalhadore(a)s no Assentamento Lameirão, em relação aos direcionamentos do INCRA e ITERAL no que corresponde a divisão dos lotes, e a preocupação em conter no Assentamento trabalhadore(a)s que fossem oriundos da luta pela posse da terra. E que as terras do Assentamento, não são em sua maioria agricultáveis e desta forma não comportaria a quantidade de famílias que o levantamento dos órgãos relatou. O(a)s assentado(a)s realizaram vistoria no Assentamento e avaliaram que parte da área não era favorável para a agricultura, devido a afloramento de rochas à superfície do solo. E diante dessa situação avaliou que após a divisão interna dos lotes, o restante que sobrasse seria destinado para o(a)s filho(a)s do(a)s assentado(a)s.

Do(a)s 50 assentado(a)s que fundaram a Associação, em 1989, restam 31 famílias, que residem no Assentamento. Algumas famílias realizam migrações temporárias, algumas delas passam um período em diferentes centros urbanos, trabalhando na construção civil, após um certo período voltam para o assentamento. Para Albuquerque, “a migração temporária representa não apenas um meio de sobrevivência, é uma estratégia para garantir e aprimorar a sua existência na terra de diversas famílias camponesas.”⁷² Pois o ato de migrar nos períodos sazonais é um meio de manter a família e a propriedade rural. Esta temática da migração camponesa pode apresentar várias nuances, dentre elas a precariedade das políticas públicas para a permanência do(a)s trabalhadore(a)s no campo.

Diante das tramas reveladas no cotidiano das ações executadas por partes destes trabalhadore(a)s para a permanência no Assentamento Lameirão, essas famílias, ao longo de 25 anos, construíram uma experiência de luta pelo acesso à terra e as políticas de reforma agrária. Essas famílias, residentes no Assentamento Lameirão, vieram de diversos municípios do Estado de Alagoas, a partir de horizontes e de expectativas socioeconômicas comuns. No gráfico abaixo, é possível compreender melhor a relação de origem de residência das famílias que compõe o Assentamento Lameirão.

⁷² ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira; CANIELO, Márcio de Matos. *Migração: a amarga vida de canavieiro do camponês do semiárido*. Encontro da rede de estudos rurais. Belém – PA, 03 a 06 junho de 2012, p.117.

Gráfico 1 - Origem das famílias assentadas por município

Fonte: Dados analisados a partir da aplicação do Questionário Famílias Lameirão, 2018.

O gráfico apresenta os municípios de origem das famílias que residem no Assentamento Lameirão. Maior parte das famílias, 52%, tem origem no município de Inhapi, cujo histórico registra discussões da luta pela terra, organização de pastorais e de sindicatos rurais, a exemplo do STTR, na década de 1970/1980 e, posteriormente, o MST, nas últimas décadas. Essas famílias de municípios distintos, organizaram-se, a partir de uma questão em comum, a situação de vulnerabilidade econômica e social. A missionária Lourdes Santana ressalta, em sua entrevista, a situação de trabalho a qual as famílias sertanejas estavam expostas:

Na sua maioria agricultores, trabalhavam em terras arrendadas dos fazendeiros, isso era um costume não só na cidade de Delmiro Gouveia, mas em toda região ali do sertão. Do pessoal trabalhar arrendado ou então alugava um pedacinho de terra, sobretudo na época do inverno para plantar, e plantavam, tiravam a colheita e deixavam como resultado o capim para o gado do fazendeiro.⁷³

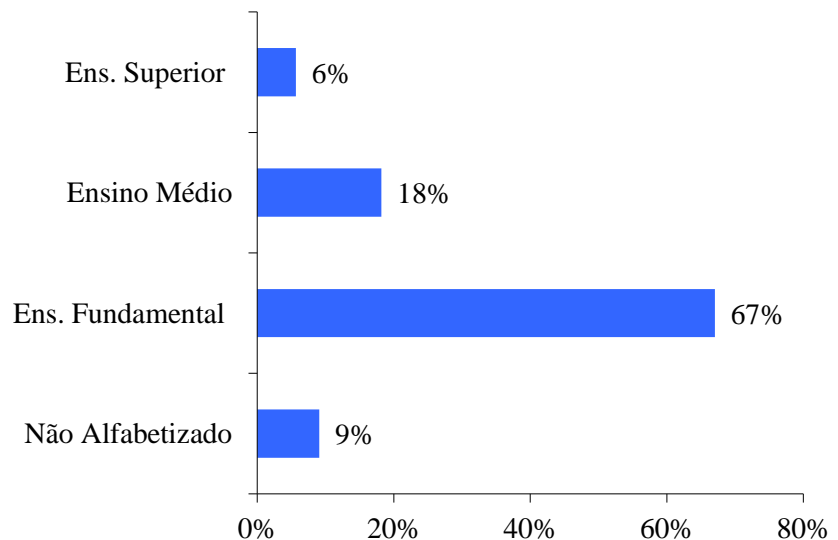
A narrativa acima, expõe a realidade comum do(a)s trabalhadore(a)s do campo no sertão, por não terem acesso à terra, precisavam arrendar dos latifundiários, para exercerem

⁷³ SANTANA, Lourdes. Entrevistada por Estevão Firmo Soares, em 03/04/2016. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

suas atividades agrícolas. E também, apresenta como esse(a)s trabalhadore(a)s estavam desassistidos pelas leis de reforma agrária, construindo assim, uma identidade comum do(a)s trabalhadore(a)s sertanejo(a)s. Diante dessa situação, e o não cumprimento de acordos entre trabalhadore(a)s e proprietários, que acirrou os conflitos agrários em Delmiro Gouveia, que resultou na ocupação da fazenda Peba em 1987.

No que diz respeito a escolaridade do(a)s assentado(a)s, foi identificado por meio da pesquisa *in loco* que maior parte do(a)s moradore(a)s do Assentamento Lameirão estudaram até o ensino fundamental, como exhibe o gráfico abaixo.

Gráfico 2 - Grau de escolaridade dos moradores do Assentamento Lameirão



Fonte: Dados analisados a partir da aplicação do Questionário Famílias Lameirão, 2018.

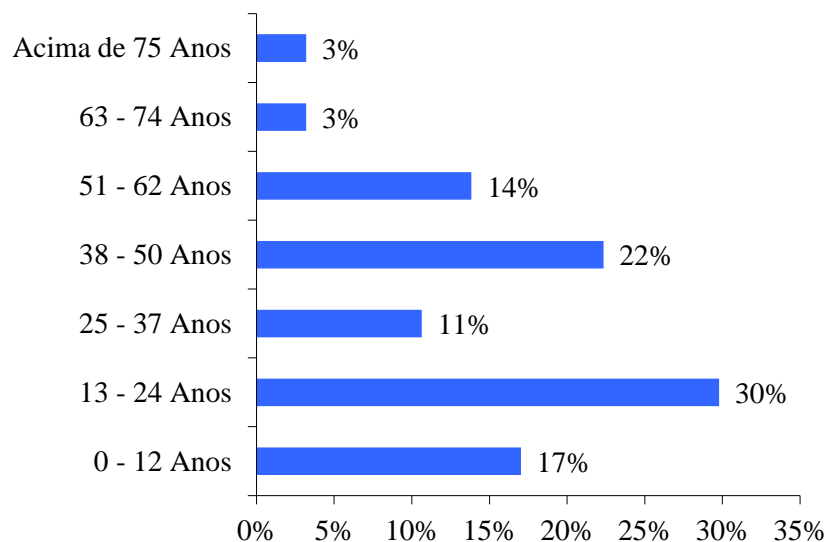
De acordo com os dados apresentados, 67% do(a)s assentado(a)s tem o nível fundamental de escolarização, neste dado está contido os filho(a)s do(a)s assentado(a)s que cursam o ensino fundamental de 04 a 18 anos, como também, o(a)s assentado(a)s que não concluíram essa modalidade e os concluintes, que estão entre a faixa etária de 20 a 55 anos.

A partir das análises dos dados, evidencia-se que maior parte do(a)s moradore(a)s do Assentamento Lameirão, possuem o nível fundamental de instrução escolar. Dados que se assemelham aos resultados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

(PNAD) que constatou que em 2016 maior parte da população com 25 anos ou mais do Brasil possuem apenas o ensino fundamental.⁷⁴

E esses números aumentam de acordo com a região e a área -urbana ou rural-, a pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostra que dentre as desigualdade na instrução da população, está o caráter regional e de localização domiciliar, pois maior parte dos analfabetos brasileiros estão localizados na região Nordeste, a taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais no Nordeste é cerca de 3,4 vezes maior que no Sul. E a incidência de analfabetismo nas áreas rurais, é de aproximadamente de 23%, em 2009, enquanto a de moradore(a)s das cidades situava-se pouco acima de 7%.⁷⁵

Gráfico 3 - Faixa etária dos moradores do Assentamento em 2018.



Fonte: Dados analisados a partir da aplicação do Questionário Famílias Lameirão, 2018.

De acordo com o gráfico acima, o Assentamento Lameirão possui um perfil populacional jovem, contrariando algumas pesquisas que apontam que os assentamentos rurais

⁷⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *PNAD Contínua 2016: 51% da população com 25 anos ou mais do Brasil possuíam apenas o ensino fundamental completo.* < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam-apenas-o-ensino-fundamental-completo.html> > acesso em 04/09/2018 as 16h.

⁷⁵ INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA. *Evolução do analfabetismo e do analfabetismo funcional no Brasil Período 2004-2009.* Brasília- DF, 09 de dezembro de 2010. Disponível em < www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101209_comunicadoipea70.pdf > acesso em 04/09/2018 as 17h.

são compostos predominantemente por idosos. Estudos realizados em assentamentos constituídos nos anos 1980/90 apontam que maior parte das famílias assentadas correspondem a idosos com mais de 60 anos.⁷⁶ Segundo o censo agropecuário de 2017 a idade da população do campo tem aumentado e a juventude não tem permanecido nos estabelecimentos rurais.⁷⁷

No entanto, esses estudos revelam problemáticas pertinentes, dentre elas, como fomentar políticas de permanência para a juventude no campo e a superação dos estereótipos que são incorporados ao campo brasileiro, que segundo Molina ainda é observado a partir “do paradigma dominante, que, antes de tudo, projeta o campo como a faceta atrasada da sociedade.”⁷⁸

Para Ronislano Francisco da Silva,⁷⁹ jovem de 24 anos residente no Assentamento Lameirão, quando questionado durante a pesquisa sobre os motivos do êxodo dos jovens do campo, expôs que a juventude do campo é impulsionada por fatores externos a sair dos assentamentos, “a todo o momento o sistema diz que devemos estudar e ir para a cidade, como se o campo não ofertasse qualidade de vida e vermos as atividades do campo como atrasadas.”⁸⁰

Apesar desta realidade do campo, do êxodo da juventude e dos paradigmas, as análises realizadas com a população do Assentamento Lameirão, apontam como um Assentamento de população jovem. Segundo Aldi Correia Nascimento⁸¹ morador do Assentamento Lameirão, jovem de 23 anos, destaca que mesmo diante de fatores que determinam a migração da juventude para os centros urbanos, ele carrega consigo o desejo de permanecer no Assentamento e desenvolver atividades produtivas, assim ele menciona no questionário aplicado.

⁷⁶ OLIVEIRA, Sônia Maria de; RODRIGUES, Rosilva, Brito. *Envelhecimento em assentamentos rurais: um olhar sobre a realidade atual*. Universidade de Araraquara, 2010. Disponível em < https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/sessao_5A/05A-10.pdf > acesso em 31/08/2018 as 16h.

⁷⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário 2017*. Disponível em < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=resultados> > acesso em 31/08/2018 as 16h15 min.

⁷⁸ MOLINA, Mônica Castagna. *Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão*. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p.19.

⁷⁹ Natural de Paulo Afonso- BA, nasceu em 22/04/1994, filho de assentado, 24 anos de idade, reside no Assentamento Lameirão desde seu nascimento, técnico em agroecologia e integrante do coletivo estadual da juventude de Sem Terra de Alagoas.

⁸⁰ SILVA, Ronislano Francisco da. Questionário juventude rural (Assentamento Lameirão). Aplicado por Aline Oliveira da Silva em 31/08/2018.

⁸¹ Natural de Porto Calvo- AL, nasceu em 20/05/1995, reside no Assentamento Lameirão desde dos 4 anos de idade, no entanto nasceu em um assentamento localizado em sua cidade natal. Filho de assentado, técnico em agroecologia, integrante da diretoria da Associação – ACAAL.

Mesmo com os desequilíbrios ambientais que afetam diretamente a agricultura, sem uma formação desde do início do ensino fundamental que valorize e faça o trabalhador permanecer adequadamente da agricultura, eu desejo ficar aqui, acredito que posso desenvolver um trabalho para melhorar o local onde vivemos. Seja com práticas agroecológicas no quintal e acredito na potencialidade da criação de caprinos no assentamento. Sigo aqui desenvolvendo atividades com algumas pessoas que fazem entrega para o PAA.⁸²

No que corresponde ao perfil destes jovens, maior parte são estudantes, distribuídos nos seguintes níveis de ensino; fundamental, médio e superior. Os alunos que cursam o ensino fundamental estudam nas escolas municipais localizadas no distrito de Lagoinha, a aproximadamente 14km do assentamento. O deslocamento do(a)s aluno(a)s se dá via transporte escolar fornecido pela secretaria municipal educação.

O Assentamento Lameirão continha uma escola municipal de ensino fundamental, que atendia o(a)s aluno(a)s da educação infantil e até o 5º ano, contudo em 2015 a escola foi fechada pela secretaria municipal de educação, com a alegação que o Assentamento não tinha alunos suficientes para manter o funcionamento da escola. O fechamento da escola, compõe os dados de redução das escolas do campo, que segundo o Centro de Referências em Educação Integral o número de escolas rurais diminuiu drasticamente nos últimos 11 anos. De acordo com dados do Censo Escolar, existiam 103.328 escolas rurais no Brasil em 2003, esse número caiu para 66.732 em 2014, o que equivale ao fechamento de cerca de 277 instituições rurais por mês, ou 9 por dia.⁸³

No que diz respeito aos aluno(a)s que cursam o ensino médio, eles estudam na cidade de Delmiro Gouveia, há transporte para o deslocamento deste(a)s aluno(a)s, fornecido pela secretaria estadual de educação. O(a)s aluno(a)s do ensino superior, estudam na Universidade Federal de Alagoas- Campus Sertão, cursando os cursos de licenciatura.

Dentre estes jovens contém 04 técnicos em agroecologia, formado(a)s a partir da metodologia do Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA) - PE que atua com jovens, agricultore(a)s, lideranças, para a transformação de suas circunstâncias, compreendendo a agroecologia e a permacultura como elementos fundamentais para o fortalecimento da

⁸² NASCIMENTO, Aldi Correia. Questionário juventude rural (Assentamento Lameirão). Aplicado por Aline Oliveira da Silva em 31/08/2018.

⁸³ CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. *Nos últimos 11 anos, 277 escolas rurais foram fechadas por mês no Brasil.* <educacaointegral.org.br/reportagens/nos-ultimos-11-anos-277-escolas-rurais-foram-fechadas-por-mes-brasil/> acesso em 04/09/2018 as 18h.

agricultura familiar.⁸⁴ Fomentando a formação técnica para que o(a)s filho(a)s do(a)s agricultore(a)s exerçam e desenvolvam tecnologias nas suas respectivas propriedades rurais.

No que diz respeito a ocupação destes jovens, maior parte trabalham conjuntamente com os pais, nos roçados irrigados ou de sequeiro e com os pastoreios dos rebanhos (ovelhas e cabras). Outros, após curso de magistério e seguimento em curso de licenciatura atuam como professore(a)s de ensino fundamental e alguns prestam serviços de assistência técnica particular. Outro aspecto relevante que foi observado durante a pesquisa, foi a migração temporária de entorno de 20 jovens, que estão nos centros urbanos, mas que contém casas ou pequenos rebanhos no Assentamento, que são mantidos pelos seus familiares, pois estes jovens saem para os centros urbanos, mas mantêm a propriedade, pois carregam consigo o objetivo de retornar ao Assentamento.

⁸⁴SERVIÇO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA. *Escolas transformadoras*. Disponível em < escolastransformadoras.com.br/escola/serta-servico-de-tecnologia-alternativa/> acesso em 01/09/2019 as 14h.

2 CAPÍTULO - A CONSTRUÇÃO DO ASSENTAMENTO

Começar do zero, você só ter uma enxada, olhe que tinha trabalhadores que nem a enxada era dele era do patrão, teve que conseguir uma com muito sacrifício, aí você olha assim, para aquele monte de terra e não tem uma semente pra plantar.⁸⁵

A fala em destaque – retirada da entrevista realizada em 26/07/2016 com a agricultora Zilma Tavares Costa – apresenta a situação a qual o(a)s trabalhado(a)r estavam expostos na fazenda Lameirão. A partir da chegada na terra, novos desafios foram sendo apresentados, a falta de crédito para fomentar as atividades agrícolas, assistência técnica, entre outras políticas para o(a) trabalhado(a)r do campo.

No primeiro momento, o(a)s assentado(a)s enfrentaram as dificuldades de sobrevivência, de organização produtiva, contudo conseguiram articular-se com instituições para que pudessem suprir as necessidades imediatas, como destaca em entrevista o assentado José Cazuza Ferreira de Oliveira,

Tivemos a dificuldade de sobrevivência (...) teve uma entidade que foi fundamental pra que pudéssemos ter ficado aqui e permanecer naquela época, foi a visão mundial. A visão mundial praticamente bancou a gente, as crianças e os adultos, durante praticamente oito anos, com comida e remédio, não era aquela farrá (...) era o essencial, foi praticamente dado pela visão mundial. Então se não fosse à visão mundial tenho certeza absoluta que nós não teríamos tido as condições de sobrevivência.⁸⁶

Diante do contexto acima narrado, Oliveira destaca atuação da Visão Mundial (World Vision Internacional) organização não governamental, que está presente em mais de 100 países lutando para erradicar a pobreza e garantir condições de vida mais justas para pessoas carentes,

⁸⁵ COSTA, Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

⁸⁶ OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 09/02/2016. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

ou que estão em situação de vulnerabilidade, principalmente os mais jovens.⁸⁷ A atuação desta instituição no Assentamento Lameirão, atribuiu-se na entrega de remédios e alimentos, como também, a entidade subsidiou atividades educacionais para as crianças do Assentamento e cursos de promoção à saúde para as famílias assentadas, como destaca-se em ata ordinária da Associação.⁸⁸ De acordo com a narrativa a cima e os registros em ata, a Visão Mundial foi uma das entidades que auxiliou corriqueiramente o(a)s assentado(a)s, garantindo as ações de construção do Assentamento em sua fase embrionária.

De acordo com o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) de 1985, é imprescindível o apoio político dos Estados e municípios, na coparticipação e realização das diretrizes do PNRA, agindo de forma integrada para agilizar e viabilizar; infraestrutura, de produção, comercialização, educação, saúde, entre outros, nos assentamentos.⁸⁹ A reforma agrária não condiz apenas com a desapropriação da terra, a distribuição de terras para fins sociais é o primeiro passo a ser dado. Para o assentado José Cazuza Ferreira de Oliveira, “a luta pela reforma agrária são todas as condições pra que você possa estar na terra, produzir, comercializar, criar seus filhos, ter uma vida digna, com todos os seus direitos conquistados e também com os seus deveres exercidos de forma plena.”⁹⁰ Aparado(a)s por essa discussão, e o não cumprimento da coparticipação do município de Delmiro Gouveia, na viabilização de infraestrutura no assentamento, o(a)s assentado(a)s do Peba e Lameirão em 1991 ocupam a prefeitura do referido município, para reivindicar professores, merenda escolar, posto médico, água potável, entre outras reivindicações, segundo Silva foi umas das primeiras ocupações em prefeituras realizadas pelos sem terra em Alagoas.⁹¹

2.1 Espaço geográfico

⁸⁷ VISÃO MUNDIAL. *Nossa história*. Disponível em <<http://www.visaomundial.org.br/nossa-organização/nossa-história>> acesso em 27/07/17 as 16h30min.

⁸⁸ ACACAL. Ata ordinária da Associação de Cooperação Agrícola do Assentamento Lameirão, realizada em 24/04/1992. Delmiro Gouveia- AL. Livro 01, p. 14.

⁸⁹ BRASIL. *Plano nacional de reforma agrária*. Decreto n° 91. 766, de 10 de outubro de 1985. Disponível em <www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91766-10-outubro-1985-441738-publicacaooriginal-1-pe.html> acesso em 24/01/2019.

⁹⁰ OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 09/02/2016. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

⁹¹ SILVA, José Roberto. “Um pouco da história do MST em Alagoas: dos começos até 2017”. In: Luiz Sávio de Almeida. (Org.) et. al. *Terra em alagoas: temas e problemas*. Maceió: EDUFAL, 2013, p. 400.

O Assentamento Lameirão contém uma área total de 1.744,9583 hectares,⁹² localiza-se no município de Delmiro Gouveia, situado na região do Alto Sertão do Baixo do Rio São Francisco Alagoano. O Assentamento encontra-se aproximadamente a 318 Km da capital Maceió e a 18 km de Delmiro Gouveia, sede municipal e cidade polo da região. O acesso ao município, partindo da cidade de Maceió dá-se através das rodovias BR-316 e da AL-220. No sentido Maceió- Delmiro Gouveia pela rodovia AL- 220, a entrada do assentamento dá-se à margem esquerda, segue-se em uma estrada vicinal até a agrovila. O mapa abaixo apresenta a localização do Assentamento.

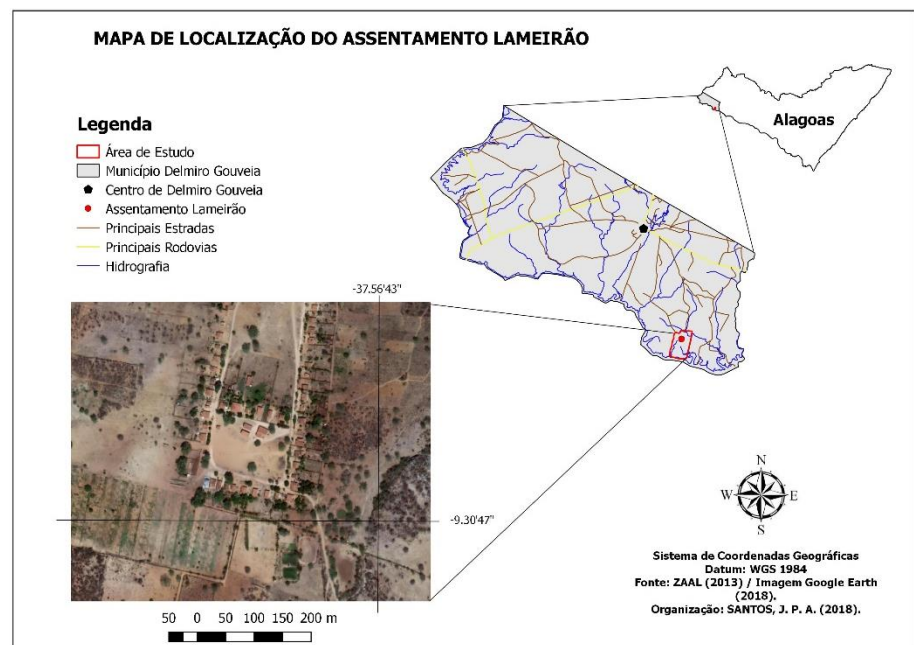


Figura 4 - Mapa de localização do Assentamento Lameirão.

Fonte: Mapa construído a partir dos dados coletados pela presente pesquisa.

Após o represamento das águas do Rio São Francisco, para a construção da barragem da Usina Hidroelétrica de Xingó entre a divisa dos estados de Alagoas e Sergipe, áreas do Assentamento ficaram submersas formando em torno do Assentamento paredões rochosos cobertos pela vegetação da caatinga. A imagem de satélite abaixo exibe o perímetro do

⁹²MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. CAR- Cadastro Ambiental, protocolo: AL- 2702405-17B1.7D82.C9D8.F9CE.C42A.89C2.A007.2BE6, p. 1-2.

Assentamento Lameirão que é banhado pelas águas do São Francisco, que tem a represa do lago de Xingó como divisa entre os estados de Alagoas e Sergipe.



Figura 5 - Área do Assentamento Lameirão

Fonte: Imagem de Satélite construída a partir do trabalho de campo de Claudemir Martins Cosme, estudante de doutorado em Geografia e Professor do IFAL. Claudemir Martins Cosme (2017).

2.1.1 Mona

Em 2009, foi criada a Unidade de Conservação de Proteção Integral Monumento Natural do Rio São Francisco (MONA), pelo Decreto de 05 de junho de 2009. Esta unidade de conservação encontra-se inserida no bioma caatinga, localizada entre os estados de Alagoas, Bahia e Sergipe. A área compreende 26.736,30 hectares e distribui-se entre os municípios de Piranhas, Olho D'Água do Casado e Delmiro Gouveia, no estado de Alagoas, Paulo Afonso, na Bahia, e Canindé de São Francisco, no estado de Sergipe. O Assentamento Lameirão encontra-se na área de extensão deste monumento, que tem por finalidade:

Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o

desenvolvimento de atividades de educação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.⁹³

Posteriormente a criação desta unidade de conservação, as populações ribeirinhas foram convidadas para a reunião de apresentação do MONA, com a equipe da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e os técnicos responsáveis pela pesquisa. De acordo com o assentado Enoque Ferreira de Oliveira, que acompanhou a reunião, não houve esclarecimentos sobre a unidade e destaca:

Não houve uma boa explicação, do que seria esse MONA, não falaram as regulamentações da lei. Falaram apenas que muitas das atividades que fazemos no assentamento, seria proibida (criação de cabras, ovelhas, peixes e irrigação), pois estamos em uma área de proteção ambiental. O que fez com que víssemos o lado ruim desta lei.⁹⁴

Apesar das exposições da regulamentação do MONA, que não ficaram explícitas para o(a)s assentado(a)s, no que corresponde a fiscalização para a proteção da fauna e flora, não há atividades de incentivo no Assentamento. Pois pressupõe-se já que o Assentamento está inserido na unidade de conservação, ocorra ações de fiscalização e proteção ambiental, por conta dos órgãos competentes.

2.1.2 Lotes

No que corresponde a organização e tamanho dos lotes – áreas que são subdivididas e destinados para as atividades agrícolas individuais do(a)s assentado(a)s –, denominadas pelo INCRA de parcelas, lotes ou glebas.⁹⁵ Estas demarcações não foram realizadas por parte dos órgãos competentes no Assentamento Lameirão, como destaca em entrevista o assentado José

⁹³ BRASIL. *Monumento nacional do rio são Francisco*. Decreto de 05 de junho de 2009. Disponível < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/dnn/dnn12057.htm > acesso em 20/03/18 as 17h13min.

⁹⁴ OLIVEIRA, Enoque Ferreira. Diagnóstico simplificado da associação do assentamento lameirão. Aplicado por Aline Oliveira da Silva em 19/05/2018.

⁹⁵ INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Assentamentos*. Disponível em < <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:-a6VGEkdOucJ:www.incra.gov.br/assentamento+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br,>> acesso em 21/07/2017 às 20h58min.

Cazuza Ferreira de Oliveira “os lotes aqui, nunca foram divididos, o INCRA e o ITERAL nunca fizeram isso (...) nós fizemos uma divisão interna, onde todo mundo [assentado(a)s] tem seu pedaço.”⁹⁶ Nessa divisão interna, foram constituídos 27 lotes, com 30 hectares, levando em consideração as áreas propícias para agricultura.

Em 1992, o Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas (ITERAL) que tinha como presidente Álvaro Otávio Vieira Machado, autoriza a Associação a organizar projetos produtivos no Assentamento, declarando 27 famílias assentadas, aptas a adquirirem financiamentos produtivos.⁹⁷

Entre 2001 e 2004, o INCRA homologa 38 famílias assentadas em sua lista de beneficiários do programa nacional de reforma agrária.⁹⁸ Desta forma, aumentando o número de assentado(a)s, que anteriormente a esta homologação incluía 27 famílias relacionadas na carta de anuência elaborada pelo ITERAL em 1992. Dentre as 38 famílias relacionadas pelo INCRA, estão filho(a)s do(a)s assentado(a)s, que passaram a ser o(a)s beneficiário(a)s titulares dos seus respectivos lotes e casas, como também, tornaram-se aptos a acessarem crédito agrícola.

No que diz respeito, a organização espacial, o Assentamento está organizado em agrovila – que corresponde ao agrupamentos de casas, formando vila -,⁹⁹ dispendo de salões comunitários, escola, posto de saúde, Igrejas e campo de futebol, localizados na área central do Assentamento. As casas foram construídas pelo ITERAL em meados de 1992 e estão organizadas de forma linear, com 4 vilas. A imagem abaixo corresponde a área central da agrovila do Assentamento Lameirão.

⁹⁶ OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 13/012/2019. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

⁹⁷ INSTITUTO DE TERRAS E REFORMA AGRÁRIA DE ALAGOAS. Carta de anuência. Maceió, 28/12/1992.

⁹⁸ INTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Relação de beneficiários. Projeto: AL0009000- PA Lameirão, p. 3/3.

⁹⁹LUNA, Jairo Nogueira. *Agricultura familiar*. Disponível em < www.projetosparaobrasil.com.br/agricultura_familiar.htm > acesso em 03/09/2018.



Figura 6 - Área central da agrovila do Assentamento Lameirão.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora Aline Oliveira da Silva, Set. 2018.

Outro elemento que dispõe no espaço geográfico do Assentamento, em sua área de reserva ambiental, são nascentes de águas salobras, nascentes que serviram no início do Assentamento, para subsidiar a necessidade de água para o consumo humano. Onde, também se encontra, sítio arqueológico preservado pelo(a)s assentado(a)s.



Figura 7 - Mina de água salobra, na área de reserva ambiental do Assentamento Lameirão.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora Aline Oliveira da Silva, Set. 2018.

A foto em destaque, corresponde a uma das minas que forneceram água para o consumo do(a)s assentado(a)s durante os primeiros anos do Assentamento, atualmente essa reserva de água permanente supri as necessidades dos rebanhos de cabras, ovelhas e bovinos do(a)s

assentado(a)s. Além desta mina de água, há outras três nascentes na área do Assentamento, em assembleias o(a)s assentado(a)s ressaltam a necessidade de manter estas nascentes e as margens dos riachos preservadas, proibindo o desmatamento e a caça predatória.¹⁰⁰

2.2 Investimentos em infraestrutura

No que corresponde aos investimentos em infraestrutura, em meados de 1992, foram construídas 46 casas, 01 escola, 01 salão comunitário, 01 posto de saúde no Assentamento. Construções estas, coordenadas pelo Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas (ITERAL). A foto abaixo, corresponde ao modelo das casas construídas pelo ITERAL.



Figura 8 - Modelo da casa construída pelo ITERAL em meados de 1992.
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora Aline Oliveira da Silva, Set. 2018.

Ainda em referência a infraestrutura das casas do Assentamento, o(a)s assentado(a)s receberam créditos destinados para reforma das casas, por intermédio do INCRA, em 2005¹⁰¹ e 2009¹⁰². Sendo beneficiado(a) com estes recursos o(a)s assentado(a)s homologados na Lista de Beneficiários – RB do INCRA.

¹⁰⁰ ACAAL. Ata da assembleia extraordinária da Associação de Cooperação Agrícola do Assentamento Lameirão, realizada em 17/06/2010. Delmiro Gouveia- AL. Livro 03, p. 94.

¹⁰¹ ACAAL. Ata da assembleia extraordinária da Associação de Cooperação Agrícola do Assentamento Lameirão, realizada em 11/01/2005. Delmiro Gouveia. Livro 03, p.25.

¹⁰² ACAAL. Ata da assembleia ordinária da Associação de Cooperação Agrícola do Assentamento Lameirão, realizada em 05/03/2009. Delmiro Gouveia- AL. Livro 03, p.77.

No que diz respeito, a instalação de energia elétrica no Assentamento, foi adquirida por meio de articulações políticas, com a Companhia Energética de Alagoas (CEAL), governo estadual e o(a)s assentado(a)s. Para a execução do projeto o(a)s assentado(a)s entraram com a contrapartida da mão de obra, para a instalação dos postes e os cabos de alta tensão. A rede elétrica originou-se do distrito de Lagoinha, com uma distância de aproximadamente 14 km do Assentamento. O assentado Enoque Ferreira de Oliveira, que era representante da Associação no período, destaca como incidiu as negociações e a execução da instalação do projeto de energia elétrica.

Para a efetivação da rede elétrica, se deu a partir da articulação com o presidente da CEAL, Joaquim Brito que era funcionário da CEAL, Paulão e a CEAPA, que também ajudou na articulação. Nós entramos com a mão de obra, cavamos os buracos, para os postes, fizemos as picadas para a passagem da rede e puxamos os fios de alta tensão. O presidente da CEAL, na época nos garantiu que até o fim do mandato, iria inaugurar a energia. Em 1995, inauguramos a rede elétrica, fizemos uma festa para comemorar, convidamos as comunidades vizinhas, que não tinham energia, depois da rede do Lameirão, conseguiram energia em suas comunidades.¹⁰³

Após a instalação da energia elétrica na agrovila, o(a)s assentado(a)s discutiram em assembleia a possibilidade de ampliação da rede elétrica de alta tensão, para as margens do lago Xingó, para a instalação elétrica de captação de água, para o consumo humano e posteriormente para irrigação. A proposta de ampliação elaborada pelo(a)s assentado(a)s foi apreciada e aprovada pela coordenação estadual do¹⁰⁴ Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste (PAPP).¹⁰⁵

Posteriormente a aprovação, o(a)s assentado(a)s melhoraram a infraestrutura de abastecimento de água no Assentamento, que inicialmente foi fomentada por meio do apoio da

¹⁰³ OLIVEIRA, Enoque Ferreira. Diagnóstico simplificado da associação do assentamento lameirão. Aplicado por Aline Oliveira da Silva em 19/05/2018.

¹⁰⁴ ACAAL. Ata de Assembleia Extraordinária da Associação de Cooperação Agrícola do Assentamento Lameirão, realizada em 04/08/1995. Delmiro Gouveia- AL. Livro 01, p.68.

¹⁰⁵ Criado no início dos anos 1980, o Programa de Desenvolvimento Rural do Nordeste, que gerou, em 1985, o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste (PAPP). O PAPP foi criado no dia 1º de abril de 1985 e tinha como preocupação “diminuir o grau de pobreza” na zona rural, programa ligado a SUDENE. Ver a respeito em: VIEIRA, Flávio Lúcio Rodrigues. *O banco mundial e o combate à pobreza no nordeste: o caso da Paraíba*. Salvador, janeiro de 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792008000100009>. Acesso em 22/01/ 2019.

Visão Mundial, com a aquisição de 01 motor a óleo diesel e 2.000 metros de canos, que bombeava a água do lago de Xingó, que está situado a cerca de 2 km da agrovila, até o reservatório de água do Assentamento.¹⁰⁶ Substituindo então, o motor a óleo diesel, por bomba elétrica. A foto a baixo corresponde ao local de captação de água para o consumo humano e para irrigação.



Figura 9 - Assentado Manoel Soares nas margens do lago Xingó, após a instalação da primeira bomba elétrica de captação de água do Assentamento em 1995.

Fonte: Acervo pessoal da Jucilene Maria Aguiar da Silva, cedido a pesquisadora Aline Oliveira da Silva.

2.3 Investimentos produtivos

O Assentamento Lameirão está organizado em torno da Associação, entidade fomentada pelo(a)s assentado(a)s para organizar os interesses comuns, como também, contribuir com as atividades agrícolas. Para o alcance dos objetivos, a Associação vem se articulando desde sua fundação com diversas entidades, órgãos públicos e pessoas que possam contribuir com as ações planejadas pela organização. Participando das reuniões periódicas da Federação das Associações do município de Delmiro Gouveia e do Colegiado Territorial do Alto Sertão.

¹⁰⁶ ACAAL. Ata ordinária da Associação de Cooperação Agrícola do Assentamento Lameirão, realizada em 24/04/1992. Delmiro Gouveia- AL. Livro 01, p. 42.

A Associação contém em torno de 40 sócio(a)s, alguns atuantes outros não, atingindo indiretamente 94 moradores residentes no Assentamento. A Associação a partir da legalidade institucional vem elaborando projetos, no que se refere a infraestrutura e investimentos produtivos, como também, integra o Assentamento ao mercado informal e formal, além de criar um espaço de representação política e jurídica.

2.3.1 Bovinocultura de leite

Em 1991, foi elaborado com os técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Alagoas (EMATER) e o Centro de Estudos e Pesquisa Aplicada (CEPA) e a Associação, um Projeto de Desenvolvimento Comunitário ao Amparo do PROCERA (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária), encaminhado ao agente de financiamento Banco do Brasil S/A em 31 de outubro de 1991. O projeto era destinado a bovinocultura de leite no Assentamento, com o valor de Cr\$ 22.006.020,00 (vinte e dois milhões, seis mil e vinte cruzeiros). Foram adquiridos 48 matrizes mestiças de Holanda- zebu, 02 reprodutores Gir leiteiro, e a implantação de infraestrutura para currais e colcheias, bebedouros, áreas destinadas para o plantio de palma forrageira e capim buffel e cercas.¹⁰⁷

Após a implantação do projeto, surgiram as dificuldades, o período de 1991 a 1994 a região foi assolada pela seca, escassez de água e alimentos, muitos produtores da região perderam os rebanhos, as vacas leiteiras por terem características de clima frio não resistiram ao clima quente do semiárido e pela falta de alimento, maior parte do rebanho adquirido morreu e o(a)s assentado(a)s coletivamente decidiram vender o restante do rebanho e saldar o financiamento bancário. Em 1994, a Associação elaborou uma relação de bens que os sócios e a entidade possuíam, e entregou ao banco, relatando que os bens adquiridos, foram destruídos pela seca em torno (60%).¹⁰⁸

No mesmo ano o Assentamento adquiriu maquinários para produzir fubá, através do PAPP, com o objetivo de suprir as necessidades alimentares do(a)s assentado(a)s, onde moíam o milho para fazer cuscuz e mingau que era distribuído com todas as famílias do

¹⁰⁷ ACAAL. Plano de crédito rural orientado. Delmiro Gouveia- AL.31/10/1991.

¹⁰⁸ ACAAL. Bens da associação do assentamento lameirão, antes da seca. Delmiro Gouveia- AL. 18/02/1994.

Assentamento. Posteriormente, o maquinário é utilizado pelo(a)s assentado(a)s para moer milho para os animais.

2.3.2 Piscicultura

Devido à localização do Assentamento, as margens do lago Xingó, apresenta-se como um local adequado para criação de peixes em cativeiro. A partir das discussões e investimentos do ITERAL, em 2001, o órgão financiou 48 gaiolas e o ponto de apoio para o(a)s assentado(a)s às margens do lago e o Instituto Xingó elaborou o Projeto Aquícola de Criação de Tilápias em Tanques – Rede.¹⁰⁹

No entanto, a implantação do projeto iniciou em 2007, com cursos de capacitação para o cultivo de tilápias e acompanhamento técnico durante 06 meses, pelo Instituto Xingó. A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEFASF) doou as primeiras toneladas de alevinos, subsidiando o(a)s assentado(a)s na implementação do projeto. A prefeitura municipal de Delmiro Gouveia contribuiu com a construção da estrada de acesso ao lago Xingó e com ração para os alevinos, até a primeira despesca. A foto a seguir corresponde ao local destinado para o cultivo de tilápias no Assentamento Lameirão.



¹⁰⁹ ACAAL. Projeto aquícola de tilápias em tanques-rede. Piranhas- AL, junho/2000.

Figura 10 - Área destinada para o cultivo de tilápias em tanque- rede no assentamento Lameirão, meados de 2008. Na foto o piscicultor Ricardo dos Santos.
Fonte: Acervo da ACAAL, cedido a pesquisadora Aline Oliveira da Silva.

A primeira despesca correspondeu a doação dos 4.000,00 alevinos doados pela CODEVASF (em 2008), essa produção foi comercializada no mercado informal, feiras livres da região. Em seguida o(a)s assentado(a)s adquiriram outros parceiros para auxiliar na implementação do projeto, dentre eles, o Arranjo Produtivo Local (APL) da piscicultura, que acompanhou o projeto com assistência técnica, entre os anos de 2007 – 2014. A CODEVASF por meio de suas iniciativas de fomento as populações ribeirinhas, subsidiou o projeto com a doação de 08 gaiolas em 2009¹¹⁰ e 01 barco motorizado, 01 caixa térmica e doação de ração entre 2014-2015.¹¹¹

2.3.3 Irrigação

O projeto de irrigação começou a ser implantado em 2005, a partir dos investimentos da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), sob orientação técnica do Instituto Xingó, que tinha o objetivo de implementar 10 hectares de manga e banana.

No entanto o(a)s assentado(a)s, através de discussão coletiva e contrariando as orientações técnicas, plantaram consociado com as mangas e bananas, feijão de corda, melancia e raízes de macaxeira. Plantio este, destinado para o consumo das famílias e para a venda no mercado informal. O assentado Enoque Ferreira de Oliveira, expõe como decorreu o projeto de irrigação.

Não tivemos acesso ao projeto, as prestações de contas, valores, tudo foi feito pela equipe do Instituto Xingó. Eram 10 ha, dividido entre manga e banana. No andar do projeto tivemos dificuldade com a energia, pois a primeira safra de manga, pagamos apenas as contas de energia. Em um período de verão,

¹¹⁰ COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA. Contrato de cessão de uso CT nº5.94.09.0011-00. Penedo- AL, 09/04/2009.

¹¹¹ COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA. Contrato de cessão de uso CT nº5.94.09.0011-00. Penedo- AL, 09/07/2015.

perdemos boa parte do plantio de banana, com fortes ventos. E avaliamos que só com o plantio de manga e banana, não conseguimos manter o projeto.¹¹²

O projeto perdurou por cerca de 4 anos, um dos entraves foram os custos com energia elétrica, como destacou em entrevista o assentado Enoque Ferreira de Oliveira, pois o(a)s assentado(a)s não conseguiam saldar a manutenção do sistema de alta tensão da irrigação. Como também, a perda dos cultivos acidentalmente com os ventos e posteriormente com pragas, causaram prejuízos financeiros. O projeto foi então desativado em 2009, quando o(a)s assentado(a)s não conseguiram quitar as dívidas adquiridas para a manutenção e administração do projeto. A foto abaixo corresponde ao plantio de bananas, no perímetro irrigado do Assentamento.



Figura 11 - Área do cultivo de banana que remanesceu, após a perda de boa parte da área com fortes ventos. No cultivo da área o assentado Enoque Ferreira de Oliveira.

Fonte: Acervo pessoal de Enoque Ferreira de Oliveira, cedido a pesquisadora Aline Oliveira da Silva.

2.3.4 Mãos camponesas

Em 2011, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Agência de Fomento de Alagoas (AFAL) e o governador do Estado de Alagoas, Teotônio

¹¹² OLIVEIRA, Enoque Ferreira. Diagnóstico simplificado da associação do assentamento lameirão. Aplicado por Aline Oliveira da Silva em 19/05/2018.

Villela Filho, divulgaram as 15 cooperativas e associações alagoanas contempladas no I Edital de Apoio a Projetos de Desenvolvimento aos Arranjos Produtivos Locais de Baixa Renda, no qual a Associação do Assentamento foi contemplada, divulgado pelo portal web do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).¹¹³

O projeto intitulado Mãos Camponesas, teve como finalidade, a implantação de criação de ovinos no método de Pastoreio Racional Voisin (PRV), o método corresponde a um sistema de manejo intensivo, a partir da divisão da pastagem em piquetes, organiza-se um processo rotacional das ovelhas.

O(a)s assentado(a)s reorganizaram a infraestrutura da irrigação desativada em 2009 (bombas, canos e a energia de alta tensão), construíram inicialmente 16 piquetes de capim, adquiriram 01 caminhão, para o escoamento da produção (piscicultura, ovinocultura).¹¹⁴ A princípio o projeto beneficiária 16 famílias assentadas, contudo algumas desistiram durante a implantação do projeto, a partir de discussões coletiva o(a)s assentado(a)s decidiram destinar alguns piquetes de capim, que corresponde a 1 hectare, para as famílias que permaneceram no projeto trabalharem individualmente. Estas famílias cultivam na área irrigada, raízes de macaxeira, abóbora, melancia, maracujá e feijão de corda, plantio destinado para o consumo familiar e o excedente para a comercialização. O assentado Enoque Ferreira de Oliveira destaca, como transcorreu a discussão para reorganização do projeto.

Vimos que só com as ovelhas, não iria conseguir pagar os custos de energia. Então, decidimos selecionar as melhores ovelhas, para cuidarmos e dividir os piquetes, entre as famílias, uns seriam para as pastagens das ovelhas e cada integrante ficaria com um piquete, para cultivar alimentos para a família. Plantamos macaxeira, feijão de corda, milho, maracujá. Garantindo alimento para a vender e para nos alimentarmos.¹¹⁵

¹¹³ SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Pequenos produtores alagoanos comemoram o financiamento com o BNDS e governo do Estado*. Disponível em < <http://www.al.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/AL/pequenos-produtores-alagoanos-comemoram-financiamento-com-bndes-e-governo-do-estado,76b64f7c27b16410VgnVCM1000003b74010aRCRD> > acesso em: 26/05/2018 às 16h47min.

¹¹⁴ ACAAL. Projeto mãos camponesas. Delmiro Gouveia- AL, abril de 2011, p. 7.

¹¹⁵ OLIVEIRA, Enoque Ferreira. Diagnóstico simplificado da associação do assentamento lameirão. Aplicado por Aline Oliveira da Silva em 19/05/2018.

A produção de alimentos cultivados pelo(a)s assentado(a)s, em sua concepção contém manejos e práticas agroecológicas, princípios adquiridos por meio das reuniões e cursos que o(a)s assentado(a)s participaram inicialmente, na Pastoral da Terra e posteriormente nos cursos realizados pelo Instituto Xingó. O projeto conteve assistência técnica no período da implantação (2014), deste período em diante, segue sendo administrado pelo(a)s assentado(a)s que integram o projeto.

2.4 Colheita dos frutos...

Amar a terra e nela botar semente
A gente cultiva ela, e ela cultiva a gente (bis)
Choro virou alegria
A fome virou fartura.¹¹⁶

A música de Zé Pinto, cantador popular, retrata a colheita das sementes inseridas na terra, a terra retribui aquilo que nela é semeado, é uma troca de frutos entre a terra e o agriculto(a)r. O(a)s assentado(a)s após 25 anos colhem os frutos advindos da terra, foram distintas as dificuldades, algumas superadas e outras ainda latentes, mas as atividades produtivas tem dado seus resultados.

Embora o projeto de irrigação que teve apoio da CHESF e orientação do Instituto Xingó, não tenha perdurado, enquanto foi sendo implantado o(a)s assentado(a)s colheram frutos, comercializaram em torno de 10 toneladas de melancias, entre os comerciantes de Paulo Afonso- BA e Delmiro Gouveia- AL, como também a produção de manga e banana.¹¹⁷ A foto adiante exhibe o carregamento da produção de melancia do Assentamento.

¹¹⁶ ZÉ PINTO. Canta MST. Coletivo de Juventude, 2014, faixa 12.

¹¹⁷ ACAAL. Ata da assembleia extraordinária da associação de cooperação agrícola do assentamento lameirão, realizada em 21/04/2009. Delmiro Gouveia –AL. Livro 03, p.81.

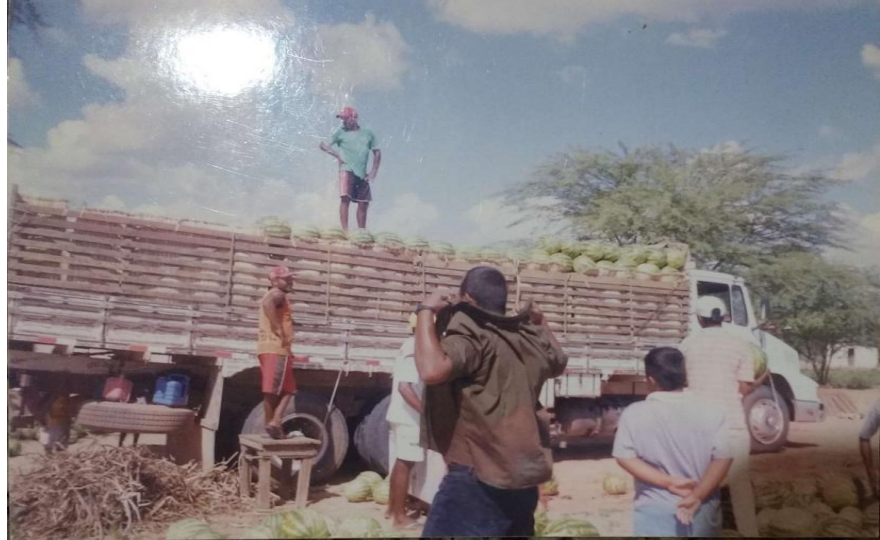


Figura 12 - Produção de melancia irrigada. Esta produção, no início, tinha o objetivo de cultivar banana e manga. Produto vendido para comerciante de Paulo Afonso- BA, em meados de 2005. Em cima do caminhão e logo a baixo em um suporte, são os ajudantes do comerciante que adquiriu a produção, que está de camisa marrom ao lado do seu filho, de boné branco a frente da criança Manoel Soares (assentado no Lameirão).

Fonte: Acervo da ACAAL, cedido a pesquisadora Aline Oliveira da Silva.

2.4.1 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) possui a finalidade de promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para alcançar estes objetivos, o PAA compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.¹¹⁸

Para alcançar os propósitos a qual o programa se propõe, o PAA está organizado em cinco modalidades diferentes: Doação Simultânea, Compra Direta, Formação de Estoque, PAA leite, e Compra Institucional. O(a)s beneficiário(a)s fornecedores são agricultores familiares, assentado(a)s da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombolas rurais e

¹¹⁸ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Programa de aquisição de alimentos*. ASCON/MDS. Novembro de 2012. Disponível em <https://www.conab.gov.br/images/arquivos/agricultura_familiar/Cartilha_PAA.pdf> acesso em 13/09/2018 às 12h.

demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da lei nº11.326, de 24 de julho de 2006.¹¹⁹

Em 2009, a Associação do Assentamento Lameirão participou da chamada pública realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), na modalidade doação simultânea. A proposta de venda foi elaborada pela Associação e analisada e aprovada pela CONAB e Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)AL.¹²⁰ Sendo então, operacionalizado pela Associação proponente. Com base nos parâmetros do programa, a Associação se adequa nos critérios de seleção do PAA, elencados abaixo:

- 1º Agricultores familiares do município;
- 2º Comunidades tradicionais, quilombolas ou indígenas;
- 3º Assentamentos da reforma agrária;
- 4º. Grupos de mulheres;
- 5º Produção agroecológica ou orgânica.¹²¹

A modalidade doação simultânea incentiva que a produção local da agricultura familiar atenda às necessidades de complementação alimentar em rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos) ou em rede socioassistencial (asilos, APAES e abrigos), governamentais ou não, responsáveis pelo atendimento a populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.¹²² Adquirindo produtos advindos da agricultura familiar próprios para o consumo humano incluindo alimentos perecíveis característicos dos hábitos alimentares locais. Podem estar *in natura* ou processados.

¹¹⁹ BRASIL. *Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais*. Lei 11.326/2006, de 24 de junho 2006. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm> acesso em 13/09/2018 às 12h30min.

¹²⁰ COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Proposta de participantes – doação simultâneas. 23/11/2009, 7/7 p.

¹²¹ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Programa de aquisição de alimentos: orientações e marco legal*. Janeiro/2016. Disponível em <www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/entenda-o-paa/modalidades-1/arquivos-1/marco_PAAINSTITUCIONAL_25022016.pdf> acesso em 13/09/2016 às 14h.

¹²² MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Compra com doação simultânea- termo de adesão*. Disponível em <mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/programa-de-aquisicao-de-alimentos/compra-com-doacao-simultanea> acesso em 30/07/2017 às 18h27min.

A entidade beneficiada no período (2009) foi a Paróquia Nossa Senhora do Rosário, instituição religiosa, localizada no município de Delmiro Gouveia, beneficiando em torno de 1.500 pessoas que vivem em processo de exclusão social proveniente de áreas periféricas do município.¹²³ O produto fornecido pelo(a)s assentado(a)s foi o peixe tilápia *in natura*, a foto abaixo exibe a distribuição de peixes na sede da paróquia.



Figura 13 - Entrega de peixe, via projeto CONAB. Assentado Enoque Ferreira entregando peixe a beneficiária da cidade de Delmiro Gouveia, jan. de 2010.
Fonte: Acervo da ACAAL, cedido a pesquisadora Aline Oliveira da Silva.

Após a implantação em 2014, do Projeto Mãos Camponesas, destinado para a criação de ovinos e reorganizado pelo(a)s assentado(a)s, para o plantio de leguminosos e raízes, o(a)s assentado(a)s inseriram na proposta de participação encaminhada para a CONAB, a possibilidade de fornecimento de raízes de macaxeira. Sendo então, apreciada e aprovada pela CONAB, o(a)s assentado(a)s passaram a entregar este produto para entidade socioassistencial do município de Delmiro Gouveia. A foto adiante exibe o plantio de raízes de macaxeira no Assentamento.

¹²³ COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Proposta de participantes – doação simultâneas. 23/11/2009, 4/7 p.



Figura 14 - Produção de raízes de macaxeira e capim, na área do assentado Enoque Ferreira, jul. de 2017.

Fonte: Acervo da pesquisadora Aline Oliveira da Silva.

A instituição socioassistencial do município de Delmiro Gouveia, beneficiada com a produção do(a)s assentado(a)s, na elaboração da proposta realizada em 2014, foi o Centro de Ação Social para as Crianças e Adolescentes (CASCA), que tem o objetivo de atender crianças e adolescentes em situação de risco, de dois bairros periféricos da cidade de Delmiro Gouveia,¹²⁴ instituição cadastrada no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Além da modalidade doação simultânea, o(a)s assentado(a)s comercializam seus produtos, na modalidade Compra Institucional, criada pelo decreto nº 7.775/2012. Que tem como finalidade garantir que os estados, Distrito Federal e municípios, além de outros órgãos federais também possam comprar alimentos da agricultura familiar, com seus próprios recursos financeiros, dispensando-se licitação, para o atendimento às demandas regulares de consumo de alimentos. Podendo ser abastecidos hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros.¹²⁵

¹²⁴ CENTRO DE AÇÃO SOCIAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. *Distribuição de peixes e macaxeira no casa.* Disponível em <
<https://www.facebook.com/cascaprojeto/photos/a.1490579074328589/1490579334328563/?type=3&theater>
> acesso em 21/03/18 às 11h48min.

¹²⁵ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Programa de aquisição de alimentos.* ASCON/MDS. Novembro de 2012. Disponível em <
https://www.conab.gov.br/images/arquivos/agricultura_familiar/Cartilha_PAA.pdf >acesso em 13/09/2018 às 12h.

Nesta modalidade, a prefeitura de Delmiro Gouveia adquiriu os alimentos produzidos no Assentamento (entre o período de 2012-2014), e a secretaria de Ação Social recebeu e destinou a produção para as instituições socioassistenciais registradas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Para o Ministério de Desenvolvimento Social, o programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, em suas modalidades, dentre seus objetivos, está o de promover o direito humano a alimentação adequada e fortalecer a agricultura familiar e suas organizações econômicas.¹²⁶ O assentado Enoque Ferreira de Oliveira, avalia a relevância do programa.

Depois que soube dessa lei do PAA, na reunião do Colegiado, corremos atrás destas leis, para vender nossos produtos, pela CONAB e pela prefeitura. Esses programas são bom demais! Plantamos com segurança, sabemos que temos onde vender e vendemos a mercadoria por preço de comércio, sem a necessidade de atravessador. E entregamos os produtos saudáveis diretamente aos beneficiários, gerando renda dentro do município e no assentamento, são nove famílias participando desse projeto. A única coisa ruim é que esse programa não é um programa de Estado e sim de governo.¹²⁷

A inserção do(a)s assentado(a)s nas políticas institucionais via PAA, é avaliada positivamente, pois de acordo com as entrevistas realizadas, a comercialização dos produtos no mercado institucional, vem otimizando a vida das famílias assentadas, garantindo a geração de renda e a produção de alimentos saudáveis, e salientando a necessidade da organização social e produtiva deste(a)s assentado(a)s, seja na associação ou em cooperativas.

2.4.2 Outras produções

Ainda em referência a produção do(a)s assentado(a)s, além da organização de algumas famílias para a venda institucional de comercialização de alimentos, há predominância entre as

¹²⁶ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Programa de aquisição de alimentos*. Disponível em < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/documentos/Apresentação%20Institucional%20do%20PAA%20-%20202.pdf > acesso em 28/05/2018 às 16h28.

¹²⁷ OLIVEIRA, Enoque Ferreira. Diagnóstico simplificado da associação do assentamento lameirão. Aplicado por Aline Oliveira da Silva em 19/05/2018.

famílias assentadas da agricultura de sequeiro – é uma técnica agrícola para cultivar terrenos onde a pluviosidade é reduzida – plantando no período do inverno, milho e feijão, produções destinadas para o consumo familiar e o excedente para a venda no mercado informal.

Há também, nos quintais de algumas famílias assentadas plantios de fruteiras, leguminosas e plantas medicinais, destinadas para o consumo familiar. A foto abaixo exhibe o quintal produtivo do assentado José Manoel da Silva, que produz e comercializa mudas de árvores nativas da caatinga, com o propósito de reflorestamento.



Figura 15 - Quintal produtivo do assentado José Manoel da Silva, set. de 2018.

Fonte: Acervo da pesquisadora Aline Oliveira da Silva.

No que se refere a produção de animais, há criação de ovelhas, cabras, bovinos, suínos, aves e abelhas *apis mellifera*. Que também, são destinados para o consumo familiar e para a comercialização no mercado informal. A foto abaixo corresponde a colmeia de abelhas *apis mellifera* africanizada.



Figura 16 - Apiário de abelhas *apis mellifera* da assentada Maria José Ferreira, jan. de 2019.

Fonte: Acervo da pesquisadora Aline Oliveira da Silva.

2.5 Relações com a política partidária

No que se refere ao envolvimento do(a)s assentado(a)s com a política partidária, o assentado José Cazuya Ferreira de Oliveira, que compunha a direção do STTR de Inhapi e contribuiu na condução do MST em Alagoas, por conta da sua atuação política e de militância, candidatou-se a deputado estadual em 1994, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), não conseguido êxito no pleito.

Em 2004, o assentado foi candidato à vice- prefeito do município de Delmiro Gouveia, na coligação “Agora é a vez do povo” junto com o radialista Marcelo Lima, na época a eleição foi disputada com o também candidato, Marcos Antônio da Silva. A coligação a qual o assentado fazia parte saiu vitoriosa do pleito eleitoral com 11.877 votos, dados do Tribunal Superior Regional.¹²⁸ Na mesma coligação José Francisco da Silva, “Joi”, também assentado no Lameirão, candidatou-se a vereador, no período atuava no STTR de Delmiro Gouveia, onde foi presidente da entidade durante o período de 2000-2004, porém não obteve êxito no pleito

¹²⁸TRIBUNAL SUPERIOR REGIONAL. *Resultado da eleição de 2004*. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2004/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-2004>> acesso em 28/05/18 às 18h57min.

eleitoral. A foto abaixo corresponde ao período de campanha eleitoral na cidade de Delmiro Gouveia (2004).



Figura 17 - Palanque eleitoral da coligação “Agora é a vez do povo”. Da esquerda para direita de amarelo Carlão (locutor das rádios Delmiro e candidato a vereador), Marlene Lopes (candidata a vereadora), Vereador em exercício Fernando Aldo, Gilson Feitosa (locutor das rádios Delmiro), no fundo esposa do então candidato a prefeito Marcelo Lima, Cazuza (candidato a vice-prefeito), Rilma (ex-vereadora do município de Delmiro), senhor simpatizante da coligação, José Francisco da Silva, “Joi” (candidato a vereador,) e Geraldo Xavier (candidato a vereador), meados de 2004.

Fonte: Acervo pessoal de José Cazuza Ferreira de Oliveira, cedido a pesquisadora Aline Oliveira da Silva.

Em 2007, após sessão extraordinária na Câmara de Vereadores, no dia 18 de julho, que votou por cinco votos a três pelo afastamento do então prefeito Marcelo Lima, “José Cazuza Ferreira de Oliveira, ex-integrante do MST, assumiu a administração da mais importante cidade sertaneja”, mencionou em publicação a revista Destaque Municípios.¹²⁹ O ex-governador Ronaldo Lessa em seu discurso, na posse de José Cazuza, enfatizou às origens de movimentos sociais e político partidário do prefeito Cazuza, “ex-líder do MST, e parabenizou o trabalho realizado no Assentamento Lameirão.”¹³⁰

¹²⁹ REVISTA DESTAQUE MUNICÍPIOS. Maceió, ed. 23, dezembro de 2007.

¹³⁰ REVISTA DESTAQUE MUNICÍPIOS. Op. cit.



Figura 18 - Revista Destaque Municípios, ed. 23, dezembro de 2007, destaca as obras realizadas pela prefeitura de Delmiro no mandato de Cazuzo.
Fonte: Acervo pessoal de José Cazuzo Ferreira de Oliveira, cedido a pesquisadora Aline Oliveira da Silva.

Como prefeito do município de Delmiro Gouveia, José Cazuzo Ferreira de Oliveira passou 11 meses à frente da prefeitura, durante a sua gestão, foi destaque nos jornais políticos pelas obras então realizadas, como exibe a foto acima. Enquanto prefeito, recebeu a comitiva presidencial na época do então, presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, em visitas nas obras do Canal do Sertão, financiada pelo governo federal, no município de Delmiro Gouveia.



Figura 19 - Ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-prefeito José Cazuza Ferreira de Oliveira, com a população DelmireNSE em 28/03/2008.

Fonte: Acervo pessoal de José Cazuza Ferreira de Oliveira, cedido a pesquisadora Aline Oliveira da Silva.

Em 2008, o assentado então prefeito em exercício, renuncia ao mandato, depois de denúncias da câmara municipal, para poder lançar a candidatura a prefeito do município, com a coligação “Delmiro em Paz” juntamente com o Pe. Eraldo, candidato a vice-prefeito. Disputando o pleito com o também candidato, Luiz Carlos Costa. O assentado obteve 11.418 votos, perdendo o pleito por 432 votos, dados do TSE.¹³¹ O assentado atualmente compõe a gestão do prefeito de Inhapi, José Cícero ex-presidente do STTR deste município.

Em 2012, a também assentada Maria José dos Santos Guerra “Mazé” lança-se candidata a vereadora do município, sendo uma das representantes da mulher agricultora, na coligação “Unidos por Delmiro”, a assentada não obteve êxito no pleito.¹³²

¹³¹TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Resultado das eleições de 2008*. Disponível em <www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2008/est_result/resultadoEleicao.htm> acesso em 28/05/2018 às 21h46min.

¹³²TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Estatística e resultado das eleições*. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/eleicoes-antiores/estatisticas-eleitorais-2012-1/estatisticas-eleitorais-2012>> acesso em 28/05/2018 às 21h26min.

3 CAPÍTULO - “A TERRA PRA GENTE É MUITO IMPORTANTE...”

Meu pedaço de terra, é minha terra, é meu sustento, é minha vida, então assim ... A terra pra gente é muito importante.¹³³

Na narrativa acima a ativista Zilma Tavares Costa, entrevistada em 26/07/2016 – explicita alguns dos significados da posse da terra para os trabalhadores e trabalhadoras do campo. Significados com valores subjetivos, sociais e econômicos compartilhados por homens e mulheres que vivenciaram e vivenciam experiências atinentes a reforma agrária, em particular, no caso em estudo, no Sertão do Baixo do Rio São Francisco, no Assentamento Lameirão, em Delmiro Gouveia, Alagoas, entre 1989 e 2014.

Para Dourado, ao estudar, no campo da geografia, as identidades e territórios nos assentamentos rurais do Sertão do vizinho Estado de Sergipe – próximo, portanto, do Sertão de Alagoas –, a luta pela terra deve ser compreendida também para além das questões econômicas. Para essa pesquisadora, a posse da terra para o(a)s assentado(a)s rurais evoca um sentimento de pertencimento e uma teia de relações socioculturais responsáveis pela “transformação de suas realidades” e pela “construção de uma nova identidade”, inclusive no campo econômico e político.¹³⁴

Para o escopo desta pesquisa, a tessitura deste processo de construção de novas identidades, no plural, ocorre, sob o ponto de vista da História Social, no fazer-se político, social e cultural destes trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, em particular nos (en)laços de seus costumes em comuns.¹³⁵ Em outras palavras, costumes/identidades (re)significados no fazer-se cotidiano das experiências, de resistência e de expectativas por direitos e futuro frente a realidade histórica de concentração de terras, poder e recursos econômicos nas mãos de latifundiários, grileiros e famílias políticas tradicionais. Em termos históricos, a construção e as evidências de identidade(s) ocorrem num contínuo movimento ativo dos sujeitos

¹³³ COSTA, Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

¹³⁴ DOURADO, Auceia Matos. *Viver e pertencer: identidades e territórios nos assentamentos rurais de Sergipe*. São Cristóvão: UFS, 2014, p. 236. (Tese doutorado em geografia).

¹³⁵ THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

participantes, no caso o(a)s assentado(a)s, inter-relacionado com outros sujeitos, interesses, negociações e disputas.¹³⁶ Neste contexto, os trabalhadores e as trabalhadoras almejavam um lugar de trabalho, de produção e de identidade(s) no Sertão de Alagoas, nas margens do Baixo do Rio São Francisco.

No estudo em apreço, a análise das ações políticas e sociais compartilhadas e construídas pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra do Assentamento Lameirão, entre 1989 e 2014, revelaram um espaço, território e comunidade, constituídas e constituintes de uma identidade esculpida nas narrativas de sujeitos que lutaram por terra e por direitos à produção, ao trabalho e à cidadania no Alto Sertão de Alagoas e as margens do Baixo do Rio São Francisco. Para Almeida, cientista social associado as questões do campo, indígenas e quilombola, os assentamentos e os acampamentos não são áreas livres da dominação política tradicional: de coronéis, de latifundiários e do mercado. Por esta razão, para este pesquisador, a reforma agrária é instrumento político de uma luta na qual a propriedade está aparentemente em disputa, quando, na verdade, tudo passa pelo significado de uma nova construção da pessoa e da sociedade.¹³⁷ As experiências constituídas pelo direito de acesso à terra, não modifica apenas a estrutura fundiária, ela transforma os sujeitos a qual estão inseridos, constrói identidades comuns, cidadãos, sujeitos políticos. Que a partir dessa nova concepção, remodela o uso da terra, da natureza e conseqüentemente da sociedade. Estes significados, são elementos tecidos através da historicidade que permeia o desenrolar dos acontecimentos, na luta pela posse e permanência na terra, em meio aos desdobramentos da ordem do capitalismo a partir do Sertão de Alagoas e das margens do Baixo do Rio São Francisco.

3.1 Identidade(s) constituída(s) na luta pela terra

As “experiências” e os “horizontes de expectativas” comuns compartilhadas socialmente, no cotidiano destes trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, sob o ângulo da História Social Inglesa, revela a construção de identidade(s), estratégias e objetivos comuns. A exemplo das atividades agrícolas e dos projetos desenvolvidos pelo referido assentamento no

¹³⁶ THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Tradução: Denise Botmann. 3.ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹³⁷ ALMIEDA, Luiz Sávio. (Org.) et. al. *Terra e pastoral em alagoas: conflito e liberdade*. Maceió: EDUFAL, 2014, p. 21.

seu primeiro quarto de século. Essa experiência, descortina aquilo que E. P. Thompson, define como classe, tecida a partir de costumes em comuns e do seu fazer-se histórico e político.¹³⁸

O resgate desta(s) identidade(s) constituída(s) a partir da tessitura do processo de experiência de luta pela terra no Alto Sertão do Baixo do Rio São Francisco – registradas em fotos, atas e nas narrativas dos entrevistados –, descortinam, através do campo da memória, fatos e acontecimentos sociais significativos para compreender a dinâmica dos conflitos agrários da/na região. Para Pollak, a memória é a operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar. Ela, a memória, segundo este autor, reforça sentimentos de pertencimento, coletividade e identidade(s).¹³⁹

O resgate da memória, em particular, da relativa a experiência e a resistência do Assentamento Lameirão são trazidas, no escopo desta pesquisa, a partir da narrativa do(a)s assentado(a)s que participaram e ainda participam das atividades constitutivas deste Assentamento. Narrativas obtidas através do uso da metodologia da História Oral. Segundo Ferreira, essa metodologia tem-se “revelado um instrumento importante no sentido de possibilitar uma melhor compreensão da construção das estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos nas diferentes sociedades”.¹⁴⁰ No tocante a esta pesquisa, as narrativas coletadas, tem revelado particularidades das tramas cotidianas e das práticas sociais do(a)s assentado(a)s, bem como, do fazer-se histórico e político de homens e mulheres comuns que traçaram seus próprios destinos.

Em referência ao uso metodológico da história oral, Portelli, evidencia que um dos desafios desta metodologia como ferramenta baseada na memória é mostrar, diferentemente do que se costuma ser consagrado, que a memória não é ideológica, mitológica e confiável, mas sim um instrumento de luta para conquistar a igualdade social e garantir o direito às identidades.¹⁴¹ A entrevista concedida pela agricultora Zilma Tavares Costa, ressalta a experiência vivida, e as estratégias construídas pelo(a)s o(a)s assentado(a)s, experiências que compõe a identidade de um determinado grupo social.

¹³⁸ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária: a árvore da liberdade*. Op. cit.

¹³⁹ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Rio de Janeiro. Estudos Históricos, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

¹⁴⁰ FERREIRA, Marieta de Moraes. “História, tempo presente e história oral”. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 330.

¹⁴¹ PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: *História oral: desafios para o século XXI*. Org. FERREIA, Marieta de Moraes [et al.] Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC- Fundação Getúlio Vargas, 2000.

Fizemos manifestações na cidade de Delmiro, caminhada com cartazes, algumas coisas para tentar sensibilizar o pessoal da cidade, porque a cidade fica muito chocada, [com a ocupação]. Em Maceió também, não avançava a questão da desapropriação, então foi feito acampamento, e todo mundo, a maioria e bem maioria mesmo vir pra cá [Maceió], é uma organização muito grande, você manter um monte de gente na cidade ... Tentando pressionar, essas estratégias funcionaram, não foi só uma que garantiu a terra, mais foram todas! Porque se a gente não tem resistindo durante dois anos, e tivesse deixado todo mundo enfraquecer, não tinha conseguido.¹⁴²

As narrativas que compõe a memória coletiva do Assentamento Lameirão, partindo do entendimento que a memória coletiva de um grupo corresponde, conforme Mudrovic, a um “discurso narrativo que tem como sujeito esse mesmo grupo e que tenta dar sentido a eventos e experiências relevantes do seu passado”.¹⁴³ Desta forma, compilando as recordações individuais de uma experiência compartilhada, que o grupo social reconhece como lembranças comuns, mesmo que todos não tenham vivenciado diretamente, possa entender a história do grupo como “nós” vivemos, esta experiência. A assentada Jucilene Maria Aguiar da Silva, ressalta em sua entrevista, como as experiências vivenciadas no período da ocupação, compõe a história coletiva do(a)s assentado(a)s.

As ocupações que a gente fazia em Maceió, teve prisão das pessoas que representavam o MST, mas foi uma luta que valeu apenas, foi ali, que a gente conseguiu a terra. Posso dizer que começou toda a nossa história de vida, que nós temos hoje, temos nossa terra, nossa casa e tudo mais...¹⁴⁴

Halbwachs, levanta que há um processo de negociação para conciliar memória coletiva e memórias individuais, para que nossa memória possa se favorecer com os testemunhos dos outros, de que “é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias

¹⁴² COSTA, Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

¹⁴³ MUDROVIC, Maria Inés. “Por que Clio retornou a Mnemosine?”. In: *Cultura política, memória e historiografia*. Org. Cecília Azevedo [et al.] Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 105.

¹⁴⁴ SILVA, Jucilene Maria Aguiar da. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/09/2018. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

e que haja bastantes pontos de contato entre umas e outras lembranças que nos recordam possa ser reconstituída sobre um fundamento comum”.¹⁴⁵

No que se referem à história do Assentamento Lameirão, as experiências vivenciadas/partilhadas por esses assentado(a)s, compõem a história social destes sujeitos, mesmo que alguns assentado(a)s não tenham vivido alguns acontecimentos, mas, elas estão imbricadas nas tessituras do Assentamento e então são legitimadas e aceitas pelo grupo.

Durante as entrevistas realizadas no curso da presente pesquisa, quando o(a)s assentado(a)s são questionados sobre o significado do assentamento, ele(a)s ressaltam que foi no Assentamento Lameirão que recomeçaram uma nova vida, “foi aqui que começou toda a minha vida, aliás e de outras pessoas.”¹⁴⁶ Como também, expressam o significado social e político, “símbolo de luta, da luta pela reforma agrária (...) significa pra mim, muito pessoal e também ao mesmo tempo muito de ordem política e ideológica.”¹⁴⁷

É nesse fluir de experiências, de organização social e de valorização das nuances para a conquista da posse da terra, que o fazer-se de uma identidade vai sendo tecida, arada e continuamente esculpida. No primeiro momento, está identidade coletiva foi construída pela condição de sem terra e de pessoas que começaram a despertar sua consciência dos direitos constitucionalmente. A identidade social constituída nos assentamentos e pelo(a)s assentado(a)s, para Dourados, “é uma identidade de resistência, que tem como referência a luta” pela posse da terra, pela reforma agrária.¹⁴⁸

Para Castellhs, toda a identidade é construída pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas e pela memória coletiva. Todos esses componentes são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de seus projetos sociais e visão do tempo/espaço.¹⁴⁹

¹⁴⁵ HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. Tradução Laurent Léon Shaffter. 2 ed. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 1990, p. 34.

¹⁴⁶ SILVA, Jucilene Maria Aguiar da. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/09/2018. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

¹⁴⁷ OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 09/02/2016. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

¹⁴⁸ DOURADO, Auceia Matos. Op. cit. p. 271.

¹⁴⁹ CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e terra, 1999, p. 23.

Aparada por essa discussão, a constituição histórica, social e cultural da construção do Assentamento Lameirão, reúne experiências de conscientização difundidas pela “Teologia da libertação e da enxada”, do novo marco legal, para o uso social da terra, estabelecido pela Constituição de 1988, e das práticas formativas e de ações diretas, em favor da reforma agrária, incentivadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Sob este horizonte de experiências e de expectativas de direitos os(as) assentado(a)s do Lameirão araram sua história e teceram suas identidades. A compreensão desta narrativa histórica, reconhecida por seus sujeitos e pares de outros assentamentos, como uma referência vitoriosa, demonstra que apesar dos encaixos vivenciados a experiência tem valido apenas. A respeito, a assentada Maria Rosângela dos Santos Silva, defende a necessidade do registro e divulgação dessa história:

... que os nossos filhos, filhos de assentados, filhos que moram aqui, que eles conheçam a história, porque apesar de ser uma história sofrida, foi uma história que evoluiu, que a gente hoje está bem, contando o que a gente passou, ninguém acredita, então hoje nós estamos bem aqui.¹⁵⁰

Nas palavras de Silva, é necessário que a história do Assentamento seja transmitida para as próximas gerações. Para ela, a preservação e a divulgação dessa história, revelada a partir de suas memórias e de outros assentado(a)s, registradas nas várias entrevistas realizadas nesta pesquisa, pode ser um instrumento de conhecimento, de identidade e de resistência. Neste sentido, a referência ao passado, por meio da memória coletiva, pode ajudar a manter a coesão social de um grupo e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum.¹⁵¹

Mas o que significa para estes sujeitos ser um assentado(a)? Quando questionados a este respeito as respostas, em regra, fazem alusão as experiências políticas e sociais compartilhadas. Dentre as respostas, destacam-se a afirmação de liberdade, modificação pessoal, elevação dos direitos e da autoestima:

É ser uma pessoa importante!¹⁵²

¹⁵⁰ SILVA, Maria Rosângela dos Santos. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva em 08/02/2016. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

¹⁵¹ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Rio de Janeiro, Estudos Históricos, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

¹⁵² SILVA, Luiz Paulo da. Questionário famílias Lameirão. Aplicado por Aline Oliveira da Silva, em 20/06/2017.

É uma questão de moral, honra!¹⁵³
 Um direito conquistado!¹⁵⁴
 Ter liberdade!¹⁵⁵

A condição de assentado(a) garantiu a estes trabalhadores e trabalhadoras, direitos antes negados como o de: acesso a crédito, ao mercado formal, seguridade social e político, direitos e reconhecimento, anteriormente negados, aqueles que eram estereotipados como invasores, desordeiros e sem posses. Neste novo cenário, novas relações com a terra e com a cidadania foram estabelecidas, sem as marcas do patrão e da expropriação. Em seu lugar, emergiu a identidade de trabalhadores e de trabalhadoras livres, autônomo(a)s e cidadã(o)s.

Ao estabelecer-se como assentado(a), estes trabalhadores e trabalhadoras carregam consigo as tessituras das experiências que constituíram o Assentamento Lameirão. Esse fazer-se constituiu uma identidade de resistência. Para Castells, a identidade de resistência “é a identidade criada por atores que se encontram em posições/situações desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim trincheiras de resistência e sobrevivência.”¹⁵⁶ E são as experiências de resistência e de sobrevivência que modelaram o Assentamento Lameirão e a constituir a identidade do(a)s seus(suas) assentado(a)s

3.2 Viver no assentamento

O Lameirão é onde a gente tem até os melhores amigos, por mais que você esteja longe... você sempre lembra, sempre volta lá, sempre vai lá. Então assim, nunca deixou de ser referência, de vida mesmo, as pessoas que você chega conversa muito.¹⁵⁷

A fala de Zilma Tavares Costa, destaca como o Assentamento Lameirão é um símbolo de referência, de identidade social, política e cultural. Para ela, portanto, o Lameirão representa um lugar de significados e de experiências comuns partilhados por um grupo que se auto

¹⁵³ SILVA, Maria Silvana da. Questionário famílias Lameirão. Aplicado por Aline Oliveira da Silva, em 20/06/2017.

¹⁵⁴ COSTA, Maria Odete Vitor da. Questionário famílias Lameirão. Op. cit.

¹⁵⁵ OLIVEIRA, Enoque Ferreira de. Questionário famílias Lameirão. Op. cit..

¹⁵⁶ CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e terra, 1999, p. 24.

¹⁵⁷ COSTA, Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016. In: *Acervo do GEPHISC/ Campus do Sertão/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

reconhece. Neste espaço constituído por uma dinâmica de experiências associadas a luta pela terra, externalizadas a partir da memória coletiva, o sentimento de pertencimento referência ao coletivo. Segundo Pollak, este tipo de memória não é imposta por uma dominação ou violência simbólica. Essa memória comum reforça a coesão do grupo, a partir da adesão afetiva. Para o referido autor, o termo “comunidade afetiva” interliga o grupo, no caso do(a)s assentado(a)s, a objetivos, horizontes, sentimentos e ideias comuns e compartilhadas.¹⁵⁸ O cotidiano dos acampamentos e dos assentamentos não é igual e está enunciada, a partir da singularidade de cada local e de cada grupo que o constitui, a partir de seus elementos históricos, geográficos, culturais, políticos e econômicos.

Dentro desta perspectiva, no que se refere as relações de produção econômicas, o(a)s assentado(a)s estabeleceram projetos produtivos delineados por meio do trabalho coletivo. A respeito, o assentado José Cazuza Ferreira de Oliveira relata que, não obstante as dificuldades, o compartilhamento de uma consciência coletiva foi decisiva para o êxito do Assentamento Lameirão:

... Uma experiência que foi implantando desde quando chegamos aqui, que é uma questão importante, que é essa consciência do coletivo, você poder fazer o trabalho, desenvolver suas atividades de forma coletiva, então um exemplo maior que nós temos aqui dentro, dentre das várias experiências que nós tivemos a criação de peixe é um exemplo da importância, que é possível o associativismo, cooperativismo, é a única forma que tem para as pessoas de fato possam se desenvolverem economicamente.¹⁵⁹

O trabalho coletivo, delineado em assembleia, estabelecia os objetivos e as tarefas a serem realizadas: limpeza coletiva, aragem, plantio, colheita, captação de projetos, institucionalização do assentamento, enfretamentos políticos, construção de barragens e de salões comunitários entre outros. Neste cenário, de tarefas e objetivos, o estabelecimento de trocas de serviços entre o(a)s assentado(a)s, no período da colheita do milho e do feijão, são realizados na forma de feitos mutirões. Neles o(a)s assentado(a)s trocam, entre si e suas

¹⁵⁸ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Rio de Janeiro, Estudos Históricos, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

¹⁵⁹ OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 09/02/2016. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

famílias, dias de serviço nos lotes. Na foto abaixo, é possível observar o registro de um desses mutirões, no qual é realizada a separação dos grãos e palhas do milho colhido entre dois assentados.



Figura 20 - Colheita de milho dos assentados Manoel Soares e Manoel Barboza, safra colhida no mês de setembro de 2008. Da direita para esquerda Enoque Ferreira (boné preto no canto da foto), José Lopes (segurando o saco), José Fernandes (boné azul), Ariclênio Aguiar (camisa preta), Genilson Nogueira (short vermelho), Nilton Pereira (na bateadeira de milho), Josenildo Barbosa (camisa branca), Manoel Soares (atrás da bateadeira de feijão) e Luzinete Aguiar (com cesto de milho na cabeça).

Fonte: Acervo da ACAAL, cedido a pesquisadora Aline Oliveira da Silva.

As relações entre o(a)s assentado(a)s são traçadas por meio da sociabilidade e da solidariedade das relações de amizade e desafios comuns. Relações que resultam em um emaranhado de experiências. No entanto, não há relações sem conflitos, disputas e desavenças, como em qualquer outro espaço. Neste sentido, a Associação do(a)s Assentado(a)s do Lameirão, além da representação jurídica, para representar o(a)s assentado(a)s nas relações externas, também atua na resolução de conflitos entre o(a)s assentado(a)s. Desta forma, de modo coletivo o grupo discute nas assembleias, em regra realizadas mensalmente, a solução de eventuais conflitos de interesses entre o(a)s associado(a)s. Como descrito em ata de assembleia ordinária da Associação, a resolução do conflito entre dois assentados, por conta do avanço de cerca.

A assemblei já tinha aprovado um lote para o posseiro José Domingos, só que quando ele foi olhar, o posseiro Milton Lourenço tinha passado uma cerca e colocado uma roça e disse que iria ficar com o lote. Foi aí que José Domingos trouxe o problema para a assembleia resolver, na assembleia houve uma longa discussão e ficou aprovado que José Domingos vai pagar os arames e o desmatamento que Milton desmatou e quando ele tirar a lavoura, entrega o lote a José Domingos.¹⁶⁰

Nas entrevistas realizadas no curso desta pesquisa, com o(a)s assentado(a)s, ele(a)s destacaram a importância do viver em comunidade, como uma característica social do Assentamento. Para o(a)s assentado(a)s, os vínculos tecidos na convivência cotidiana permeiam a vida no assentamento. A fala da assentada Rita de Aguiar Correia, de que é “muito bom morar no aqui [no Lameirão], considero uma pessoa livre e vivo em uma grande família”,¹⁶¹ externa este sentimento de pertencimento. Uma outra assentada, Girlene Barros de Santos, reforça esse sentimento afirmando que no Lameirão, ela se “considera a[uma] pessoa mais feliz!”¹⁶²

Além dos aspectos históricos e das relações pessoais, o(a)s assentado(a)s destacam os elementos geográficos como um fator importante na simbologia do Assentamento. Para ele(a)s, o Lameirão é um lugar permeado por belezas naturais. Esse fato, segundo o(s) assentado(a)s, também contribui para valorização do Assentamento e no desejo de permanecer morando no local.

¹⁶⁰ ACAAL. Ata da assembleia ordinária da associação de cooperação agrícola do assentamento lameirão, realizada no dia 02 de agosto de 2013. Delmiro Gouveia- AL. Livro 04, p. 20.

¹⁶¹ CORREIA, Rita de Aguiar. Questionário famílias Lameirão. Op. cit.

¹⁶² SANTOS, Girlene Barros de. Questionário famílias Lameirão. Op. cit.



Figura 21 - Margens do cânion inundado pela barragem de Xingó, localizado no assentamento, registro em 05/01/2019.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora Aline Oliveira da Silva.

Esmiuçando os resultados coletados a partir do “Questionário famílias Lameirão”, observa-se como resposta padrão do(a)s assentado(a)s que não se desfariam de seus lotes, pois o assentamento é o local escolhido para viver, um lugar de enraizamento.¹⁶³ Algumas famílias, proprietárias de lotes, por razões diversas, até tentam se desfazer dos lotes. Entretanto, a Associação do(a)s Assentado(a)s do Lameirão, pessoa jurídica responsável por administrar as terras do assentamento, não permite a comercialização das terras dos sócios quando decidem ir embora.

No que tange as tradições culturais, a comunidade do Assentamento Lameirão participa das corridas de mourões, das vaquejadas, das missas dos vaqueiros, realizadas no assentamento e nas comunidades vizinhas. No período de vacinação dos rebanhos do(a)s assentado(a)s, eles se organizam para conduzir o rebanho coletivamente, utilizando os trajes de couro dos vaqueiros. Os aboios, instrumentos sonoros utilizados para chamar o gado, que compõe o canto do vaqueiro, também um símbolo de entrelaçamento cultural, assim como, a corrida de mourões – atividade competitiva em que dois vaqueiros montados a cavalo tem que derrubar um boi -, como também, as denominadas pegas de boi – competição em que os vaqueiros adentram na

¹⁶³ SILVA. José Fernandes. Questionário famílias Lameirão. Aplicado por Aline Oliveira da Silva, em 20/06/2017.

caatinga com as indumentárias de couro, montados em seus cavalos com arreios de couro, vestimenta feita para a proteção dos galhos e espinhos. – Na imagem abaixo o assentado Felipe Fernandes Silva, exibe o traje do vaqueiro, montado em seu cavalo.



Figura 22 - Assentado Felipe Fernandes da Silva, com as vestimentas de vaqueiro indo para pega de boi, na comunidade Olho D’aguinha, comunidade vizinha do Assentamento Lameirão, em 01/06/2018.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora Aline Oliveira.

Em torno dessas experiências comuns compartilhadas, na constituição de memórias coletivas e de identidades, que o Assentamento Lameirão se tornou para estes trabalhadores e trabalhadoras símbolo de transformação econômica e política e de identidade social e cultural. Um espaço constituído coletivamente e transpassado por significados, símbolos e objetivos de cidadania e de ativismo a partir do Sertão do Baixo do Rio São Francisco, em Delmiro Gouveia, Alagoas, entre 1989 e 2014.

3.3 O cotidiano religioso

Em termos religiosos, o Assentamento Lameirão possui uma Capela, dedicada a Santa Luzia, na qual ocorrem anualmente, no mês de dezembro, festejos religiosos e populares, a exemplo de missas e de leilões comunitários. Além deste acontecimento anual, são realizadas na referida capela missas mensais. Estas missas são presididas pelo padre responsável pela

Paroquia Nossa Senhora do Rosário ou por seus auxiliares. Estes religiosos, em número de um ou dois, são responsáveis por grande parte das celebrações religiosas católicas nas localidades que integram o município de Delmiro Gouveia. Segundo relato de alguns assentado(a)s, nos primeiros anos do Assentamento Lameirão as missas só ocorriam uma vez por ano. Neste período, elas eram celebradas no mês de agosto, em comemoração ao aniversário da Associação, onde aconteciam os batizados coletivos e outras cerimônias religiosas no Assentamento. Um importante registro destes acontecimentos religiosos, no caso um batizado, pode ser observado na foto abaixo.



Figura 23 - Batizado coletivo das crianças do Assentamento Lameirão, município de Delmiro Gouveia, em agosto de 1996. Da esquerda para a direita: Rosana, Rosivania, Ariana, Manoel Soares, Aricledson, Ariclenio, Jucilene com o filho de colo (Arismar) Jucileide, Josivania, Ivone, em seguida sua sogra e cunhado, de boné amarelo Erivanio na sua frente seus dois filhos (Evandro e Erissuan) em seguida seu sobrinho e duas irmãs, a criança de blusa branca, Roberlanio e José Adriano.

Fonte: Acervo pessoal de Jucilene Maria, cedido a pesquisadora Aline Oliveira da Silva.

Além dos acontecimentos religiosos no Assentamento Lameirão, os membros do assentamento participam, com relativa frequência, dos festejos anuais da festa da padroeira de Delmiro Gouveia, em especial na noite das comunidades, onde todas as comunidades rurais da paroquia participam, levando a padroeira da sua respectiva comunidade. A esse respeito, o(a)s assentado(a)s discutem coletivamente a participação na festa, registrando em ata de assembleia

ordinária a participação da comunidade e a doação de “uma garrota para as despesas da festa de Nossa Senhora do Rosário.”¹⁶⁴

Um outro aspecto religioso do assentamento é a tradição religiosa do “Terço” realizado nas residências do(a)s assentado(a)s no período da Semana Santa. Essa tradição religiosa, é realizada desde o início do Assentamento. Registra-se também a realização do Terço em louvor ao dia de Santo Antônio, costume religioso iniciado pela assentada Cristina Maria da Silva falecida. Está assentada, fez parte da Pastoral Rural da Terra, no município de Mata Grande, participou da ocupação da fazenda Peba e das ações que se desdobrou no Assentamento Lameirão. No Assentamento Lameirão, além de organizar a celebração do “Terço”, Cristina também era uma referência para as mulheres gestantes do Assentamento no momento do parto.¹⁶⁵

Para a assentada Jucilene Maria Aguiar da Silva, a celebração dos terços e de suas rezas, presentes desde o período das ocupações e do início do Assentamento, também tem o objetivo de unir os(as) assentados(as). A unidade religiosa, em torno dessa tradição, aproxima o(a)s assentado(a)s. Segundo Silva, “além das reuniões mensais, não tinha outras formas para se juntar, fazia[mos] aqueles terços[por] que era uma forma de juntar todas as pessoas, para ter uma palestra, pelo menos um momento de união.”¹⁶⁶

Observa-se, portanto, que a valorização da experiência religiosa da celebração dos terços, também foi uma reminiscência do trabalho político desenvolvido pela Pastoral Rural da Terra no Sertão.¹⁶⁷ Neste sentido, um élan religioso, presente no catolicismo popular da região, também ajudou a tecer ambientes e mecanismos para o ativismo político e fazer-se histórico do(a)s assentado(a)s do Lameirão e demais assentamentos da região.

Há também no Assentamento uma Igreja evangélica, onde acontece cultos semanais e festas anuais com a participação das comunidades evangélicas. A construção da Igreja protestante, segundo relato de alguns assentado(a)s, ocorreu a partir da vinda da esposa de um

¹⁶⁴ ACAAL. Ata da assembleia ordinária da associação de cooperação agrícola do assentamento lameirão, realizada no dia 03 de outubro de 1998. Delmiro Gouveia- AL. Livro 02, p. 34.

¹⁶⁵ SILVA, Jucilene Maria Aguiar. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/09/2018. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

¹⁶⁶ SILVA, Jucilene Maria Aguiar. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/09/2018. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

¹⁶⁷ GUEDES NETO, Adauto. *Teologia da enxada e ditadura militar: relações de poder e fé no agreste pernambucano entre 1964-1985*. Jundiá, Paco Editorial: 2014.

assentado, que são oriundos das ocupações de terras realizadas em outras regiões. Os cultos aconteciam na casa deste casal de assentado(a)s, posteriormente o pastor geral da Igreja Assembleia de Deus, solicitou a Associação um local para a construção da Igreja, coletivamente os assentados em reunião permitiram a construção, como descrito em ata, “os crentes [Pastor] estão pedindo um espaço para fazer uma Igreja, decidimos que eles podem fazer ao lado da casa de Sr. Milton toma conta, ou transformá-la em uma Igreja.”¹⁶⁸

A respeito da participação de Igrejas evangélicas na ocupação de terras no Sertão, a agricultora Zilma Tavares Costa, relata “a Igreja protestante nessa época não tinha muito fieis não, no meio rural.”¹⁶⁹ A inserção destas Igrejas são fatos recentes no cotidiano do assentamento, e pressupõe-se a partir das análises de atas, entrevistas e questionários, que as ações dos protestantes não tem interferido nas relações de convivência e no fazer-se político e social do Assentamento Lameirão.

¹⁶⁸ ACAAL. Ata reunião da diretoria da associação de cooperação agrícola do assentamento lameirão, realizada em 05 de fevereiro de 2007. Livro 03, p. 54.

¹⁶⁹ COSTA, Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016. In: *Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas*. Alagoas: Delmiro Gouveia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da luta pelo direito a terra, em um dos primeiros assentamentos do Sertão do Baixo do Rio São Francisco, o Assentamento Lameirão, no município de Delmiro Gouveia, Alagoas, entre o período de 1989 a 2014, no seu primeiro quarto de século, resgata significados de uma questão histórica ainda não resolvida no Brasil.

Esmiuçar essa experiência possibilitou colocar em destaque questões sociais significativas no tocante ao acesso à terra em nosso país, em especial as terras ribeirinhas do Alto Sertão do Baixo do Rio São Francisco, entre o final do século XX e início do século XXI. Nuances ainda pouco conhecidas e estudadas pela historiografia e por outras áreas do conhecimento. O fazer histórico e o ativismo político destes trabalhadores e trabalhadoras na ocupação da fazenda Peba, desdobrado na constituição de dois assentamentos, o Peba e o Lameirão, revelaram uma parte da luta pela Terra no Sertão do Baixo do Rio São Francisco ocorrido entre 1987 a 1989, contexto e trilhas que precisam ser melhor conhecidas e pesquisadas. Este trabalho é apenas uma contribuição a esse universo.

Desta forma, pesquisar a experiência do Assentamento Lameirão revelou um contexto de efervescência política no Sertão do Baixo do Rio São Francisco. Neste contexto, a situação de vulnerabilidade dos trabalhadores e trabalhadoras sem terra desnudou os flagelos da concentração de terra e de poder. Diante deste tema, focado nos primeiros 25 anos do Assentamento Lameirão, e através da consulta a documentos, realização de entrevistas e aplicação de questionário, foi possível descortinar narrativas, significados e identidades.

As narrativas do(a)s assentado(a)s revelaram elementos fundantes na organização destes trabalhadores e trabalhadoras, a posição da Igreja Católica – a partir dos diálogos com a Teologia da Libertação e da Enxada e do trabalho das Pastorais Rurais – e a contribuição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para organização deste movimento de assentado(a)s.

Após a constituição do Assentamento Lameirão, o(a)s assentado(a)s continuaram traçando ações de resistência e experiências coletivas. Na organização da Associação, desde sua fundação em 1989, observou-se os registros do desenvolvimento de projetos em infraestrutura e produtivos, como também de acesso do(a)s assentado(a)s a políticas como o Projeto de Aquisição de Alimentos (PAA), produzidos pela agricultura familiar. O acesso a essa

política de aquisição de alimentos por parte de órgãos governamentais, vem sendo avaliada positivamente pelo(a)s assentado(a)s que as acessam. Neste sentido, a organização da produção do(a)s assentado(a)s vem sendo otimizada e paulatinamente se enxerga melhoras na organização produtiva e econômica.

Essa pesquisa não pretende e não esgota o tema em discussão. Avalia-se a partir dos resultados dessa pesquisa a necessidade de outras pesquisas e outros enfoques para dimensionar os significados e a importância da questão agrária e de cidadania, em particular para as populações rurais no Sertão do Baixo do Rio São Francisco, em especial, a partir do advento das garantias de direitos estabelecidas pela Constituição de 1988. Como também, estudar a organização política e econômica dos assentamentos e sua inserção no mercado formal, seja através de suas associações ou seja através da ação das cooperativas, a exemplo da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes (COPPABACS). E de como essa inserção modificou a dinâmica dos assentamentos, do trabalho nos lotes, da participação familiar do(a)s assentado(a)s. Mas essa e outras questões são páginas a serem pesquisadas e escritas em outros trabalhos e quiçá também por outros pesquisadore(a)s.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira. “Migração camponesa: dominação e resistência ao capital”. In: LUSA, Mailiz Garibotti; SILVA, Maria Ester Ferreira da; ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de (Org.). **O semiárido alagoano frente à crise do capital: as faces da exploração e dominação da classe trabalhadora**. Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luiz: Universidade Federal do Maranhão, 2013.
- ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira; CANIELO, Márcio de Matos. **Migração: a amarga vida de canavieiro do camponês do semiárido**. Encontro da rede de estudos rurais. Belém – PA, 03 a 06 jun. de 2012
- ALMIEDA, Luiz Sávio. (Org.) et al. **Terra e pastoral em alagoas: conflito e liberdade**. Maceió: EDUFAL, 2014.
- BURKE, Peter. (Org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. De Magda Lopes- São Paulo: Editora ENESP, 1992.
- BERGAMASCO, Sônia Maria; NORBER Luiz Antônio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- CARVALHO, Cícero Pericles de. **Economia popular: uma via de modernização para Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2016.
- CARVALHO, Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual**. Rio de Janeiro, 1997. ISSN 1678- 4588. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 30 set. 2017.
- CALDART, Roseli Salet. (Org.) Et.al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e terra, 1999.
- COSME, Claudemir Martins. **Imagem de satélite do assentamento lameirão**. Estudante de doutorado em Geografia e Professor do IFAL, 2018.
- DOURADO, Auceia Matos. **Viver e pertencer: identidades e territórios nos assentamentos rurais de Sergipe**. São Cristóvão: UFS, 2014. Tese (doutorado em Geografia) -
- FONTES, Virginia. “Marx, expropriações e capital monetário – notas para o estudo do imperialismo tardio”. In: GALVÃO, A. et al. **Marxismo e socialismo no século 21**. Campinas, Ed. da Unicamp/IFCH: Xamã, 2005. p. 167-196.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. “História, tempo presente e história oral”. In: **Topoi**, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 314-332.
- GUIMARAES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. Trad. Laurent Léon Shaffter. 2ed. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 1990.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do brasil**. 26° ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.
- LUSA, Mailiz Garibotti. “Políticas Públicas no Semiárido Alagoano e a Resistência Quilombola e a Camponesa a Frente da Exploração Capitalista”. In: Mailiz Garibotti Lusa; Maria Ester Ferreira da Silva; Cícero Ferreira de Albuquerque (Org.) **O semiárido alagoano frente à crise do capital: as faces da exploração e dominação da classe trabalhadora**. Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luiz do Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2013.
- LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil**. 7° ed. Companhia das Letras, 2012.

- LUNA, Jairo Nogueira. **Agricultura familiar**. Disponível em < www.projetosparaobrasil.com.br/agricultura_familiar.htm >. Acesso em 03 set. 2018.
- MARTINS, Suely Aparecida. “As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson: experiência e cultura”. In: **Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Vol. 2 nº 2 (4), agosto-dezembro/2006, p. 113-126.
- MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.
- MUDROVIC, Maria Inés. “Por que Clio retornou a Mnemosine?”. In: **Cultura política, memória e historiografia**. Org. Cecília Azevedo... [et al.]. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Manuel Correia de Andrade e a questão agrária brasileira. In: **Economia política do desenvolvimento**. Maceió, vol. 3, Edição Especial, ago. de 2010, p. 191-203.
- NETO, Adauto Guedes. **Teologia da enxada e ditadura militar: relações de poder e fé no agreste pernambucano entre 1964-1985**. Jundiá: Paco Editorial, 2014.
- OLIVEIRA, Sônia Maria de; RODRIGUES, Rosilva, Brito. **Envelhecimento em assentamentos rurais: um olhar sobre a realidade atual**. Universidade de Araraquara, 2010. Disponível em < https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/sessao_5A/05A-10.pdf >. Acesso em 31 ago. 2018.
- POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Rio de Janeiro. Estudos Históricos, vol. 2, n.3, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: **História oral: desafios para o século XXI**. Org. FERREIA, Marieta de Moraes [et al.] Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC- Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- SILVA, José Roberto. Um pouco da história do MST em Alagoas: dos começos até 2017. In: Luiz Sávio de Almeida (Org.) et al. **Terra em alagoas: temas e problemas**. Maceió: EDUFAL, 2013.
- THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Tradução: Denise Botmann. .3°. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- THOMSON, Alistair. **Histórias (co) Movedoras: História oral e estudos de migração**. São Paulo: Revista Brasileira de História, 2002.
- VIEIRA, Flávio Lúcio Rodrigues. **O BANCO MUNDIAL E O COMBATE À POBREZA NO NORDESTE: o caso da Paraíba**. Disponível em < www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n52/a09v2152.pdf >. Acesso em 11 set. 2018.

FONTES PRIMÁRIAS

- ALAGOAS. Comarca de Delmiro Gouveia. Serviço Notarial e Registral. Registrador- Bel. Adeildo Damasceno Santos – Substituta – Bela. Maria Luciana Leite da Damasceno. **Certidão**. Livro – “AH” (Registro Geral) nº 7.377, fls. 192/192-v.
- ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA DO ASSENTAMENTO LAMEIRÃO. **Livro de ATA 01**. Delmiro Gouveia- AL. 1989-1995.
- _____. **Livro de ATA 03**. Delmiro Gouveia- AL. 2002-2011.

_____. **Bens da associação do assentamento lameirão, antes da seca.** Delmiro Gouveia-AL. 18/02/1994.

_____. **Projeto aquícola de tilápias em tanques-rede.** Piranhas- AL, junho de 2000.

_____. **Projeto mãos camponesas.** Delmiro Gouveia- AL, abril de 2011.

_____. **Ata da assembleia extraordinária da Associação de Cooperação Agrícola do Assentamento Lameirão.** Delmiro Gouveia –AL, 21/04/2009, Livro 03.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA. **Contrato de cessão de uso CT**, nº5.94.09.0011-00. Penedo- AL, 09/04/2009.

_____. **Contrato de cessão de uso CT**, nº5.94.09.0011-00. Penedo- AL, 09/07/2015.

_____. **Plano de crédito rural orientado.** Delmiro Gouveia- AL.31/10/1991.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Proposta de participantes** – doação simultânea. 23/11/2009, 7/7.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relação de beneficiários.** Projeto: AL0009000- PA Lameirão. p, 3/3.

INSTITUTO DE TERRAS DE ALAGOAS. **Carta de anuência.** Maceió, 28/12/1992. Proposta de participação – Doação simultânea. CONAB- SIGPAA. Código da proposta: AL/2017/02/0069.

REVISTA DESTAQUE MUNICÍPIOS. Maceió, ed. 23, dezembro de 2007.

_____. Maceió, ed. 21, outubro de 2007.

FONTES DIGITAIS

ASSARÉ, Patativa do. “A terra e nossa”. In: *Revista indisciplinada de poesia avulsa*. Ano I, Nº05 de novembro de 2017. Disponível em < <http://www.poesiaavulsa.com/2017/09/pativado-assare-poemas-de-luta-e-de.html> > Acesso em 31 maio de 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Governo Federal, 1988. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.htmlpublicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 17 jan. 2018.

_____. **Monumento nacional do rio são Francisco.** Decreto de 05 de junho de 2009. Disponível < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/dnn/dnn12057.htm > Acesso em 20 mar. 2018 as 17h13min.

_____. **Plano nacional de reforma agrária.** Decreto nº 91. 766, de 10 de outubro de 1985. Disponível em < www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91766-10-outubro-1985-441738-publicacaooriginal-1-pe.html > Acesso em 24 jan. 2019.

_____. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Lei 11.326/2006, de 24 de junho 2006. Disponível em < www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm >. Acesso em: 13 set. 2018.

CENTRO DE AÇÃO SOCIAL PARA CRIAÇAS E ADOLESCENTES. **Distribuição de peixes e macaxeira no casa.** Disponível em < <https://www.facebook.com/cascaprojeto/photos/a.1490579074328589/1490579334328563/?type=3&theater> > acesso em 21 mar. 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo-Brasil-2015.** Goiânia, 2015. Disponível em: < <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015> >. Acesso em 15 mar. 2018.

CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. **Nos últimos 11 anos, 277 escolas rurais foram fechadas por mês no Brasil.** <educacaointegral.org.br/reportagens/nos-ultimos-11-anos-277-escolas-rurais-foram-fechadas-por-mes-brasil/>. Acesso em 04 set. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017.** Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=resultados>>. Acesso em 31 out. 2018.

_____. **PNAD Contínua 2016: 51% da população com 25 anos ou mais do Brasil possuíam apenas o ensino fundamental completo.** <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam-apenas-o-ensino-fundamental-completo.html>>. Acesso em 04 set. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. **Evolução do analfabetismo e do analfabetismo funcional no Brasil Período 2004-2009.** Brasília- DF, 09 de dezembro de 2010. Disponível em <www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101209_comunicadoipea70.pdf> acesso em 04/09/2018 as 17h.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Assentamentos.** Disponível em <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:a6VGEkdOucJ:www.incra.gov.br/assentamento+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em 21 jun. 2017.

_____. **Assentamentos de trabalhadores rurais.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tree/info/file/11934>> Acesso em 16 mar. 2018

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Programa de aquisição de alimentos.** ASCON/MDS. Novembro de 2012. Disponível em <https://www.conab.gov.br/images/arquivos/agricultura_familiar/Cartilha_PAA.pdf>. Acesso em 13 set. 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **1º Congresso do MST.** Cascavel/Paraná, 1985. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86/>>. Acesso em: 12 out. 2018.

_____. **Programa de aquisição de alimentos: orientações e marco legal.** Janeiro/2016. Disponível em <www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/entenda-o-paa/modalidades-1/arquivos-1/marco_PAAINSTITUCIONAL_25022016.pdf>. Acesso em 13 set. 2016.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos.** ASCON/MDS. Novembro de 2012. Disponível em <https://www.conab.gov.br/images/arquivos/agricultura_familiar/Cartilha_PAA.pdf>. Acesso em 13 set. 2018.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos.** Disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/documentos/Apresentação%20Institucional%20do%20PAA%20-%20202.pdf>. Acesso em 28 maio 2018.

SERVIÇO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA. **Escolas transformadoras.** Disponível em <escolastransformadoras.com.br/escola/serta-servico-de-tecnologia-alternativa/> Acesso em 01 set. 2019.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Pequenos produtores alagoanos comemoram o financiamento com o BNDS e governo do Estado.** Disponível em <<http://www.al.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/AL/pequenos-produtores-alagoanos-comemoram-financiamento-com-bndes-e-governo-do-estado,76b64f7c27b16410VgnVCM1000003b74010aRCRD>> Acesso em: 26 maio de 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR REGIONAL. **Resultado da eleição de 2004.** Disponível em <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2004/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-2004>> Acesso em 28 maio de 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado das eleições de 2008.** Disponível em <www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2008/est_result/resultadoEleicao.htm> Acesso em 28 maio de 2018.

_____. **Estatística e resultado das eleições.** Disponível em <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/eleicoes/eleicoes-anteriores/estatisticas-eleitorais-2012-1/estatisticas-eleitorais-2012>> Acesso em 28 maio de 2018.

VISÃO MUNDIAL. **Nossa história.** Disponível em <<http://www.visaomundial.org.br/nossa-organizacao/nossa-historia>> acesso em 27 jun. 2018.

FONTE ORAL

COSTA, Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016. In: **Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas.** Alagoas: Delmiro Gouveia.

OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 09/02/2016. In: **Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas.** Alagoas: Delmiro Gouveia.

_____. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 13/01/2019. In: **Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas.** Alagoas: Delmiro Gouveia.

SANTANA, Lourdes. Entrevistada por Estevão Firmo Soares, em 03/04/2016. In: **Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas.** Alagoas: Delmiro Gouveia.

SILVA, Maria Rosângela dos Santos. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva em 08/02/2016. In: **Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas.** Alagoas: Delmiro Gouveia.

SILVA, Jucilene Maria Aguiar. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/09/2018. In: **Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas.** Alagoas: Delmiro Gouveia.

Questionários aplicados:

COSTA, Maria Odete Vitor da. Questionário famílias Lameirão. Aplicado por Aline Oliveira da Silva, em 20 jun. 2017.

CORREIA, Rita de Aguiar. Questionário famílias Lameirão. Aplicado por Aline Oliveira da Silva, em 20 jun. 2017.

NASCIMENTO, Aldi Correia. Questionário juventude rural (Assentamento Lameirão). Aplicado por Aline Oliveira da Silva em 31/08/2018.

OLIVEIRA, Enoque Ferreira. **Diagnóstico simplificado da associação do assentamento lameirão.** Aplicado por Aline Oliveira da Silva em 19 maio 2018.

_____. Questionário famílias lameirão. Aplicado por Aline Oliveira da Silva em 20 jun. 2017.

SANTOS, Girlene Barros de. Questionário famílias Lameirão. Aplicado por Aline Oliveira da Silva, em 20 jun. 2017.

SILVA, Luiz Paulo da. Questionário famílias Lameirão. Aplicado por Aline Oliveira da Silva, em 20 jun. 2017.

SILVA, Maria Silvana da. Questionário famílias Lameirão. Aplicado por Aline Oliveira da Silva, em 20 jun. 2017.

SILVA, Ronislano Francisco da. Questionário juventude rural (Assentamento Lameirão). Aplicado por Aline Oliveira da Silva em 31 ago. 2018.

MÚSICAS

ZÉ PINTO. **Canta MST**. Coletivo de Juventude, 2014.

ANEXOS

Diretorias da Associação de Cooperação Agrícola do Assentamento Lameirão – ACAAL- 1989- 2014	
1989-1990	<p>Presidente, José Erivânio Barros Secretário, Antônio Rodrigues Neto Tesoureiro, Manoel de Aguiar Correia Suplentes, Manoel Barbosa da Silva Filho, Zilda Tavares Costa e Maria José Vieira Conselho Fiscal, José Francisco da Silva, Cristina Maria da Silva e Jucilene Maria da Silva Suplentes do Conselho Fiscal, José Renildo Moreira da Silva, Manoel Francisco de Souza e Benedito Cizino Costa.</p>
1991-1992	<p>Presidente, José Erivânio Barros Secretária, Maria Zilma Costa de Oliveira Tesoureiro, José Francisco da Silva; Suplentes, Antônio Rodrigues Neto, Nivaldo Vitor da Costa e Expedito Barbosa Conselho Fiscal, Zilda Tavares Costa, Manoel Barbosa da Silva Filho, Antônia Tavares Costa Suplentes do Conselho Fiscal, Manoel de Aguiar Correia, Ivoneide Barbosa as Silva e Jucileide Maria da Silva.</p>
1993-1994	<p>Presidente, Enoque Ferreira de Oliveira Secretária, Maria Tavares Costa Tesoureiro, José Cícero da Silva Suplentes, Antônio Rodrigues Neto, Jucileide Maria da Silva, Nivaldo Vitor da Costa Conselho Fiscal, Zilda Tavares Rodrigues, Benedito Cizino Costa e Manoel de Aguiar Correia Suplentes do Conselho Fiscal, José Francisco da Silva, José Renato da Silva e Fernandes da Silva.</p>
1996-1997	<p>Presidente, José Erivânio Barros Secretário, Enoque Ferreira de Oliveira Tesoureiro, Maria Ivoneide Barbosa Suplentes, Antônio Rodrigues Neto, Maria Tavares Costa e Manoel de Aguiar Correia Conselho Fiscal, José Ferreira de Oliveira, Manoel de Barbosa da Silva Filho e Nivaldo Vitor da Costa Suplentes do Conselho Fiscal, Maria Rosângela dos Santos Silva, Manoel da Silva e José Francisco da Silva.</p>
1998	<p>Presidente, José Ferreira de Oliveira Secretário, Enoque Ferreira de Oliveira Tesoureiro, Manoel de Aguiar Correia Suplentes, Nivaldo Vitor da Costa, Fabiana Barbosa da Silva e José Manoel da Silva; Conselho Fiscal, José Fernandes da Silva, Manoel Barbosa da Silva Filho e José Erivânio Barros Suplentes do Conselho Fiscal, Maria José dos Santos Guerra, Edmilson Rodrigues da Silva e José Lopes da Silva Filho.</p>

1999	<p>Presidente, Antônio Rodrigues Neto Secretária, Maria Rosângela dos Santos Silva Tesoureiro, Nivaldo Vitor da Costa Suplentes, José Francisco da Silva, Cleide Moura da Silva Costa e José Fernandes da Silva Conselho Fiscal, Maria Odete Vitor da Costa, José Lopes da Silva e Antônio Leite da Silva Suplentes do Conselho Fiscal, Maria José dos Santos Guerra, José Lopes da Silva Filho e José Benedito.</p>
2000-2001	<p>Presidente, Enoque Ferreira de Oliveira Secretário, José Fernandes da Silva Tesoureira, Maria Rosângela dos Santos Silva Suplentes, Antônio Rodrigues Neto, Maria José Ferreira da Silva e Josefa Patrícia Barbosa Conselho Fiscal, José Ferreira de Oliveira, Manoel Barbosa da Silva Filho e Jucileide Maria da Silva Aguiar Suplentes do Conselho Fiscal, Maria de Lourdes Soares Correia, José Lopes da Silva e José Benedito da Silva.</p>
2002-2003	<p>Presidente, José Erivânio Barros Secretário, José Arnaldo da Silva Costa Tesoureiro, Antônio Rodrigues Neto Suplentes, Manoel de Aguiar Correia, José Fernandes da Silva e Maria José dos Santos Guerra Conselho Fiscal, Maria Odete Vitor da Costa, José Lopes da Silva Filho e José Lopes da Silva Suplentes do Conselho Fiscal, Jucileide Maria da Silva, Genival Meneses e Cícero Soares da Silva.</p>
2005-2006	<p>Presidente, Manoel de Aguiar Correia Secretária, Maria Rosângela dos Santos Silva Tesoureiro, Enoque Ferreira de Oliveira Suplentes, José Cícero dos Santos Silva, Maria Odete Vitor da Costa e José Fernandes da Silva Conselho Fiscal, Manoel Barbosa da Silva Filho e José Herculano da Silva Suplentes do Conselho Fiscal, José Vitor da Costa, Manoel Messias de Aguiar Correia e José Manoel da Silva.</p>
2007-2008	<p>Presidente, Enoque Ferreira de Oliveira Secretária, Maria Rosângela dos Santos Silva Tesoureiro, José Fernandes da Silva Suplentes, Manoel de Aguiar Correia, Geine Cizino Costa e José Cícero dos Santos Silva Conselho Fiscal, José Manoel da Silva, José Herculano da Silva e José Vitor da Costa Suplentes do Conselho Fiscal, Jucileide Maria da Silva, José Lopes da Silva Filho e Luzinete de Aguiar Correia.</p>
2009-2010	<p>Presidente, Enoque Ferreira de Oliveira Secretária, Maria de Lourdes dos Santos Guerra Tesoureira, Maria Rosângela dos Santos Silva Suplentes, José Fernandes da Silva, José Cazuzza Ferreira de Oliveira e Manoel de Aguiar Correia</p>

	<p>Conselho Fiscal, Manoel Barbosa da Silva Filho, Jucileide Maria da Silva e José Manoel da Silva</p> <p>Suplentes do Conselho Fiscal, Maria José Ferreira da Silva, José Lopes da Silva Filho e José Vitor da Costa.</p>
2011-2012	<p>Presidente, Maria Rosângela dos Santos Silva</p> <p>Secretária, Maria José Ferreira da Silva</p> <p>Tesoureiro, Enoque Ferreira de Oliveira</p> <p>Suplentes, José Fernandes da Silva, Maria Do Carmo Ferreira de Oliveira e José Cícero dos Santos Silva</p> <p>Conselho Fiscal, José Lopes da Silva Filho, Jucileide Maria da Silva e Girlene Barros dos Santos</p> <p>Suplentes do Conselho Fiscal, Luzinete de Aguiar Correia, José Genilson Nogueira e Maria José dos Santos Guerra.</p>
2013-2014	<p>Presidente, Enoque Ferreira de Oliveira</p> <p>Secretária, Maria José Ferreira da Silva;</p> <p>Tesoureira, Jucileide Maria da Silva</p> <p>Suplentes, Manoel de Aguiar Correia, Maria Do Carmo Ferreira e José Vitor da Costa</p> <p>Conselho Fiscal, Everaldo Vitor da Costa, Maria José dos Santos Guerra e José Fernandes da Silva</p> <p>Suplentes do Conselho Fiscal, José Genilson Nogueira, Luzinete de Aguiar Correia e José Lopes da Silva Filho.</p>



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE HISTÓRIA**



I – Identificação do projeto de pesquisa

1 – Projeto de Pesquisa.

**A LUTA PELA TERRA NO SERTÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: A EXPERIÊNCIA
DO ASSENTAMENTO LAMEIRÃO, DELMIRO GOUVEIA, ALAGOAS, 1989-2014**

2 – Pesquisador do projeto:

Aline Oliveira da Silva

3 – Orientador: **Prof. Dr. José Vieira da Cruz**

4 - Dados pessoais do entrevistado:

Nome:

Data de Nascimento:

CPF

RG Órgão de expedição /Estado

Endereço:

Telefone:

5- Data e local da entrevista Resumo:

Transcrição:

1º) Bom dia\tarde\noite, hoje, dia xx de xxxx de 20xx, estamos aqui em xxxx para mais uma entrevista do projeto Vozes do Ser-tão. E, como de costume, começamos a entrevista perguntando que é o entrevistado? [ESTIMULAR O ENTREVISTADO A FAZER UMA AUTO-APRESENTAÇÃO E SE POSSÍVEL, UMA APRESENTAÇÃO RELACIONADA AO TEMA DO TCC]

- Como foi a sua inserção junto ao assentamento Lameirão? (Antes você já havia participado de outra experiência relacionada a luta pela terra?)

- Algum movimento, instituição ou sindicato apoiou ou orientou vocês a participar da ocupação do Peba [Lameirão]? E como foi essa orientação?
- Quem foram as pessoas e os grupos ligados a Igreja Católica que apoiaram a ocupação?
- Vocês tiveram alguma relação com o MST? Como foi é essa relação?
- Na sua avaliação, qual a motivação para você entrar nesse processo de luta pela terra e de ocupação de terras no Sertão Alagoano?
- Quais foram às dificuldades na ocupação das terras do atual assentamento Lameirão?
- Ocorreu perseguição política? Por parte de quem?
- Como o Lameirão está organizado?
- Por que Lameirão tem uma forma organizativa diferente de outros assentamentos? (Associação)
- Como é morar no assentamento?
- Como os mais jovens e/ou quem chegou mais recentemente no assentamento, e que não participaram da ocupação, se identificam e se inserem no Assentamento?
- Como os jovens que não participaram da experiência da ocupação se inserem nas discussões do assentamento e dos cursos/oficinas de formação?
- Qual o significado do Assentamento Lameirão para você?
- Para finalizar essa primeira fase da entrevista, gostaria que @ senhor@ respondesse duas perguntas: uma, que é de praxe nas entrevistas, é se @ senhor@ autoriza que essa entrevista, que está sendo filmada e depois será transcrita, possa ser utilizada para fins de pesquisa e fique no arquivo sob responsabilidade da UFAL. E, a segunda, é que deixe uma mensagem final para aqueles que estão lendo ou assistindo essa entrevista sobre o significado da luta pela terra no sertão.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE HISTÓRIA**



I – Identificação do projeto de pesquisa

1 – Projeto de Pesquisa.

A LUTA PELA TERRA NO SERTÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: A EXPERIÊNCIA DO ASSENTAMENTO LAMEIRÃO, DELMIRO GOUVEIA, ALAGOAS, 1989-2014

2 – Pesquisador do projeto:

Aline Oliveira da Silva

3 – Orientador: **Prof. Dr. José Vieira da Cruz**

4 - Dados pessoais do entrevistado:

Nome:

Data de Nascimento:

CPF

RG Órgão de expedição /Estado

Endereço:

Telefone:

5- Data e local da entrevista Resumo:

Transcrição:

1º) Bom dia\tarde\noite, hoje, dia xx de xxxx de 20xx, estamos aqui em xxxx para mais uma entrevista do projeto Vozes do Ser-tão. E, como de costume, começamos a entrevista perguntando que é o entrevistado? [ESTIMULAR O ENTREVISTADO A FAZER UMA AUTO-APRESENTAÇÃO E SE POSSÍVEL, UMA APRESENTAÇÃO RELACIONADA AO TEMA DO TCC]

- Como ocorreu a sua inserção na ocupação da fazenda Peba?
- Participava das discussões das pastoral rural de Inhapi?

- Como se dava as reuniões da pastoral? Qual o era o objetivo?
- Quando e como surgiu os terços no Assentamento Lameirão?
- Os terços/ rezas são mecanismos de unidade entre os assentados? Deles lembrarem as ações que desencadearam no Assentamento? As lembranças de luta?
- Qual o significado do Assentamento Lameirão pra você?
- Para finalizar essa primeira fase da entrevista, gostaria que @ senhor@ respondesse duas perguntas: uma, que é de praxe nas entrevistas, é se @ senhor@ autoriza que essa entrevista, que está sendo filmada e depois será transcrita, possa ser utilizada para fins de pesquisa e fique no arquivo sob responsabilidade da UFAL. E, a segunda, é que deixe uma mensagem final para aqueles que estão lendo ou assistindo essa entrevista sobre o significado da luta pela terra no sertão.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE HISTÓRIA



A LUTA PELA TERRA NO SERTÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: A EXPERIÊNCIA DO
 ASSENTAMENTO LAMEIRÃO, DELMIRO GOUVEIA, ALAGOAS, 1989-2014.

Orientador: Dr. José Vieira da Cruz

Orientanda: Aline Oliveira da Silva

Questionário Famílias Lameirão

1. Nome completo.
2. Idade.
3. Sexo.
4. Escolaridade.
5. Estado civil.
6. Número de filhos.
7. Local de nascimento.
8. Cor/Etnia.
9. Religião.
10. Origem do assentado (ou da família).
11. Tempo de residência no assentamento.
12. Quantos membros da família residem no assentamento.
13. Já morou em algum outro assentamento?
14. Por que fez a opção por morar nesse assentamento?
15. O que você fazia antes de ser assentado? Já trabalhava na terra?
16. Como foi sua inserção na luta pela terra (como começou sua história da luta pela terra)?
17. Por que você escolheu esse assentamento para viver (trabalhar).
18. Passou pela experiência do acampamento? Quanto tempo. Quando.
19. Como foi sua vivência no acampamento?
20. Qual foi o seu sentimento quando adquiriu o lote (quando se formou o assentamento).
21. Como é morar no assentamento.
22. Quais os principais problemas do assentamento.
23. Qual o significado da terra para você (atributos valorativos).
24. Você se desfaria do seu lote por algum motivo? Qual?
25. Você trocaria seu lote por um em outro assentamento?
26. A valorização do assentamento, da terra estraria relacionado a que na sua opinião?
27. Qual o significado que o assentamento tem para você.
28. Como você se define: agricultor familiar, pequeno produtor, camponês?
29. O que significa ser assentado para você?
30. Você passa algum ensinamento para seu filho(s), que considera importante? (Vivência comunitária, luta, amor à terra)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 CAMPUS DO SERTÃO
 CURSO DE HISTÓRIA



A LUTA PELA TERRA NO SERTÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: A EXPERIÊNCIA DO
 ASSENTAMENTO LAMEIRÃO, DELMIRO GOUVEIA, ALAGOAS, 1989-2014.

Orientador: Dr. José Vieira da Cruz

Orientanda: Aline Oliveira da Silva

Diagnostico simplificado da Associação do Assentamento Lameirão

Nome da Associação: _____

Entrevistado(a): _____

Município: _____

Data: //

1. Identificação: nome do entrevistado, contato, função.
2. Data de criação de associação?
3. Como e por que foi criada a associação?
4. Qual o perfil dos sócios? Número dos sócios?
5. Possui DAP jurídica? CNPJ? Certidão negativa?
6. Como é a organização da associação internamente e nos espaços externo?
7. Em quais mercados são comercializados os produtos dos assentados?
8. Em quais mercados são comercializados os produtos dos(as) assentados(as)?
9. Participa dos programas PAA/PNAE? Desde de quando?
10. Quais as mudanças sociais e econômicas dos assentados, após a inserção nas políticas institucionais de comercialização?
11. Quais os pontos positivos e negativos do PAA/PNAE?
12. Quais os projetos produtivos estão em funcionamento no assentamento? E como foi a implementação?
13. Recebe atualmente algum tipo de assessoria ou capacitação continuada? Se sim em que áreas?
14. A infraestrutura do assentamento, foram constituídas por intermédio da associação? (Casa/ escola/energia elétrica/água)
15. Como a associação previne a venda de lotes no Assentamento?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE HISTÓRIA**



A LUTA PELA TERRA NO SERTÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: A EXPERIÊNCIA DO ASSENTAMENTO LAMEIRÃO, DELMIRO GOUVEIA, ALAGOAS, 1989-2014.

Orientador: Dr. José Vieira da Cruz

Orientanda: Aline Oliveira da Silva

Questionário juventude rural (Assentamento Lameirão)

1. Nome:
2. Idade:
3. Local de nascimento?
4. Escolaridade:
5. Local onde estudou? Se estudou na escola do Assentamento, qual a importância de estudar na escola do campo?
6. Desde de quando reside no Assentamento Lameirão?
7. Quais os fatores que desencadeia o êxodo rural da juventude?
8. Quais as atividades que desempenha no Assentamento?
9. Deseja permanecer no Assentamento? Justificar a resposta.
10. Qual o significado do Assentamento Lameirão pra você?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE HISTÓRIA**



CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

Ao Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, ao Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura e ao Centro de Documentação, Imagem, Ensino no Sertão

Eu, _____, CPF _____ declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista filmada, realizada no dia _____, e transcrita no dia _____ para que pesquisadores vinculados às instituições mencionadas a utilizem com o objetivo **restrito de investigar, produzir e divulgar o conhecimento científico**. Da mesma forma, estendo os limites a terceiros, ficando vinculada a disponibilidade dessa entrevista ao **Ao Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, ao Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura e ao Centro de Documentação, Imagem, Ensino no Sertão**, que passarão a ter a guarda deste material.

Em conformidade com o exposto, subscrevo o presente documento.

Delmiro

Gouveia,

de

20XX.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE HISTÓRIA



CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

Ao Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, ao Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura e ao Centro de Documentação, Imagem, Ensino no Sertão

Eu, José Caxazeira Ferreira de Oliveira, CPF 376257044-68 declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista filmada, realizada no dia 09/02/2016, e transcrita no dia 25/02/2016 para que pesquisadores vinculados às instituições mencionadas a utilizem com o objetivo **restrito de investigar, produzir e divulgar o conhecimento científico**. Da mesma forma, estendo os limites a terceiros, ficando vinculada a disponibilidade dessa entrevista **Ao Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, ao Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura e ao Centro de Documentação, Imagem, Ensino no Sertão**, que passarão a ter a guarda deste material.

Em conformidade com o exposto, subscrevo o presente documento.

José Caxazeira Ferreira de Oliveira

Delmiro Gouveia, 09 de fevereiro de 2016.



CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

Ao Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, ao Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura e ao Centro de Documentação, Imagem, Ensino no Sertão

Eu, José Cazuza Ferreira de Oliveira, CPF 376257044-68
declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista filmada, realizada no dia 13/01/2019, e transcrita no dia 20/01/2019 para que pesquisadores vinculados às instituições mencionadas a utilizem com o objetivo **restrito de investigar, produzir e divulgar o conhecimento científico**. Da mesma forma, estendo os limites a terceiros, ficando vinculada a disponibilidade dessa entrevista **Ao Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, ao Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura e ao Centro de Documentação, Imagem, Ensino no Sertão**, que passarão a ter a guarda deste material.

Em conformidade com o exposto, subscrevo o presente documento.

José Cazuza Ferreira de Oliveira

Delmiro Gouveia, 13 de janeiro de 2019.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE HISTÓRIA



CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

Ao Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, ao Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura e ao Centro de Documentação, Imagem, Ensino no Sertão

Eu, Juvelene Maria Aguiar da Silva, CPF 041958804-05 declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista filmada, realizada no dia 26/09/2018, e transcrita no dia 01/10/2018 para que pesquisadores vinculados às instituições mencionadas a utilizem com o objetivo **restrito de investigar, produzir e divulgar o conhecimento científico**. Da mesma forma, estendo os limites a terceiros, ficando vinculada a disponibilidade dessa entrevista **Ao Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, ao Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura e ao Centro de Documentação, Imagem, Ensino no Sertão**, que passarão a ter a guarda deste material.

Em conformidade com o exposto, subscrevo o presente documento.

Juvelene Maria Aguiar da Silva

Delmiro Gouveia, 26 de setembro de 2019.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE HISTÓRIA



CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

Ao Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, ao Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura e ao Centro de Documentação, Imagem, Ensino no Sertão

Eu, maria Rosângela dos santos silva, CPF 860422144-04 declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista filmada, realizada no dia 08/02/2016, e transcrita no dia 28/02/2016 para que pesquisadores vinculados às instituições mencionadas a utilizem com o objetivo **restrito de investigar, produzir e divulgar o conhecimento científico**. Da mesma forma, estendo os limites a terceiros, ficando vinculada a disponibilidade dessa entrevista **Ao Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, ao Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura e ao Centro de Documentação, Imagem, Ensino no Sertão**, que passarão a ter a guarda deste material.

Em conformidade com o exposto, subscrevo o presente documento.

maria Rosângela dos santos silva

Delmiro Gouveia, 08 de fevereiro de 2016.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE HISTÓRIA



CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

Ao Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, ao Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura e ao Centro de Documentação, Imagem, Ensino no Sertão

Eu, Maria Zilma Tavares Costa, CPF 563311934-72 declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista filmada, realizada no dia 26/07/2016, e transcrita no dia 01/08/2016 para que pesquisadores vinculados às instituições mencionadas a utilizem com o objetivo **restrito de investigar, produzir e divulgar o conhecimento científico**. Da mesma forma, estendo os limites a terceiros, ficando vinculada a disponibilidade dessa entrevista **Ao Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, ao Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura e ao Centro de Documentação, Imagem, Ensino no Sertão**, que passarão a ter a guarda deste material.

Em conformidade com o exposto, subscrevo o presente documento.

Maria Zilma Tavares Costa

Maceió, 26 de julho de 2016.